



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Ano CI – Nº 824 – 2º quadrimestre de 2014

**25 DE AGOSTO
DIA DO SOLDADO**

O BRASIL E O MUNDO NA II GUERRA MUNDIAL p.4

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

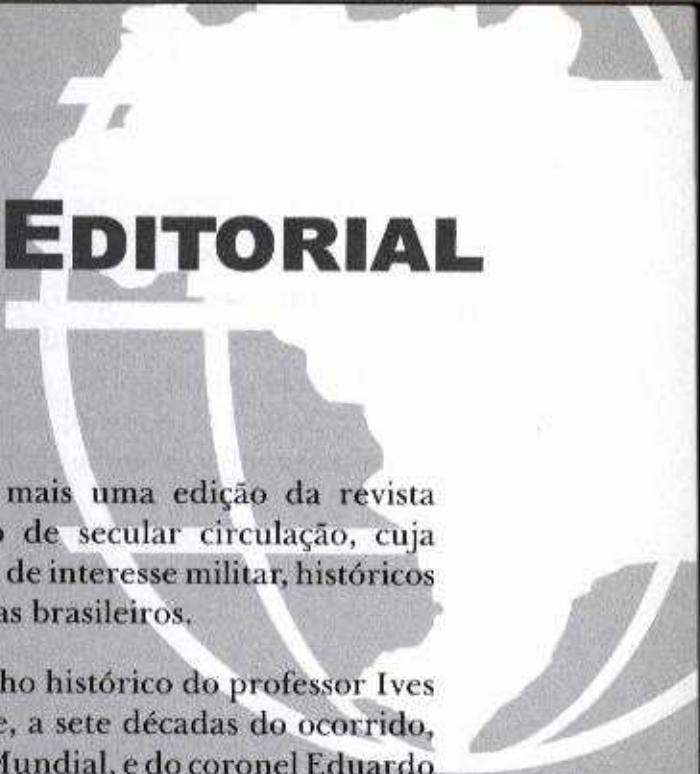
A INTELIGÊNCIA LOGÍSTICA APLICADA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL p.46

GUILHERME CALLS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA E FRANCISCO NIXON LOPES FROTA

CONFLITOS FUTUROS E A ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO p.60

MARCELO OLIVEIRA LOPES SERRANO





EDITORIAL

Prezados Leitores,

Enviamos à sua apreciação mais uma edição da revista *A Defesa Nacional*, periódico de secular circulação, cuja finalidade é divulgar assuntos de interesse militar, históricos ou atuais, e estudar problemas brasileiros.

Destacamos os artigos de cunho histórico do professor Ives Gandra da Silva Martins, que, a sete décadas do ocorrido, aborda o Brasil na II Guerra Mundial, e do coronel Eduardo Martins Alves, professor com bacharelado e licenciatura em História, que expõe as entranhas das Revoltas Militares de 1924 no Estado de São Paulo e no sul do Brasil, passados noventa anos.

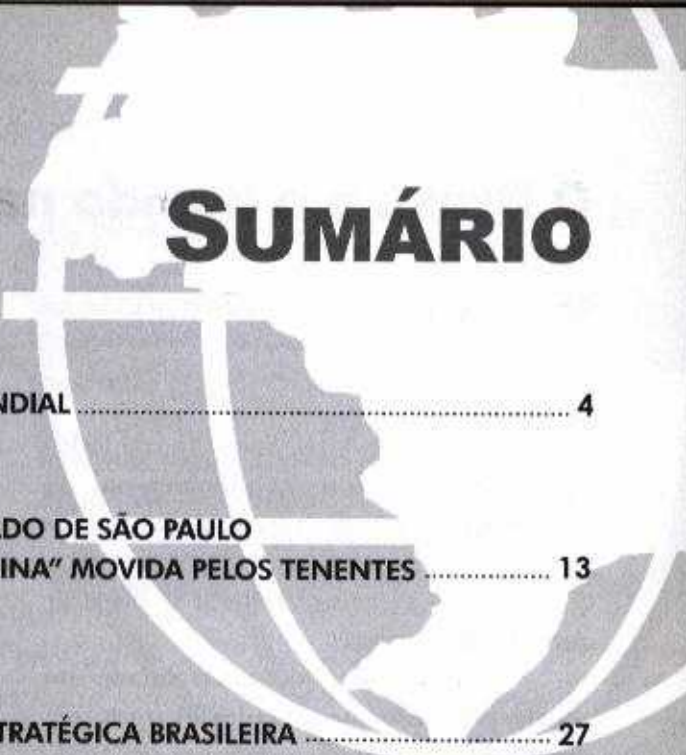
Quanto a assuntos mais atuais, este número apresenta o artigo do professor Cesar Campiani Maximiano, que discute como a identidade cultural e a estratégica adotadas pelo Brasil até o fim do século XX não foram consequências da aproximação com os EUA durante a II GM e a Guerra Fria.

Outro assunto de relevância trata da Inteligência Logística aplicada à Amazônia Ocidental, exposto pelo Gen Ex Guilherme C. Theophilo Gaspar de Oliveira e pelo Maj Inf Francisco Nixon Lopes Frota.

Finalizando, dois temas de elevada importância são explanados. Tendo como autor o Cel R/1 Marcelo Oliveira Lopes Serrano, o artigo *Conflitos Futuros e a Organização do Exército* busca identificar pontos comuns que façam as

guerras atuais assemelharem-se, de modo a apontar uma tendência. Em outro artigo, o Ten Cel Fabrício Leite Silva desenvolve interessante estudo de caso sobre o terremoto no Haiti, concluindo sobre seus reflexos na logística do CONTBRAS HAITI e as implicações sobre o adestramento de tropas para missões humanitárias.

Assim, esperando corresponder às suas expectativas, desejamos uma boa leitura.



SUMÁRIO

O BRASIL E O MUNDO NA II GUERRA MUNDIAL	4
--	----------

Ives Gandra da Silva Martins

AS REVOLTAS MILITARES DE 1924 NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO SUL DO BRASIL E A "GUERRA INTESITINA" MOVIDA PELOS TENENTES	13
--	-----------

Eduardo Henrique de Souza Martins Alves

SUL DO NORTE OU NORTE DO SUL?: IDEOLOGIA E INFLEXÕES NA CULTURA ESTRATÉGICA BRASILEIRA	27
---	-----------

Cesar Campiani Maximiano

A INTELIGÊNCIA LOGÍSTICA APLICADA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL	46
--	-----------

Guilherme Calls Theophilo Gaspar de Oliveira

Francisco Nixon Lopes Frota

CONFLITOS FUTUROS E A ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO	60
--	-----------

Marcelo Oliveira Lopes Serrano

O "EFEITO DOMINÓ" DA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA INFLUENCIANDO AS AÇÕES OPERACIONAIS DO BATALHÃO BRASILEIRO NA MINUSTAH	72
--	-----------

Fabricio Leite Silva

O Brasil e o mundo na II Guerra Mundial

Ives Gandra da Silva Martins¹

A entrada do Brasil no conflito de 1939-1945 deveu-se ao afundamento de navios brasileiros em nossos mares territoriais e no Atlântico Sul, no ano 1942, que levou o Governo Federal a declarar guerra à Alemanha.

Tínhamos mantido neutralidade até aquela data, visto que a ditadura Vargas, que abafara uma intentona comunista em 1935, não era inteiramente contrária ao regime nazista, à época combatendo a Rússia em suas terras.

É bem verdade que Getúlio, após o rompimento diplomático com a Alemanha, oferecera aos americanos o terreno em Natal, para a instalação da base aérea usada como trampolim dos aviões americanos, que assim atravessavam o Atlântico a fim de serem utilizados pelas forças aliadas.

Houve, inclusive, um movimento nas escolas nacionais de entrega de donativos para a compra de um “avião patrulha” para as costas brasileiras, o que me assegurou a função de orador da minha classe (tinha então sete anos), por ter sido, entre os alunos,

aquele que mais recursos obtivera, em prol do Governo brasileiro.

É que meu pai, português de Braga, já vinha contribuindo com a “ordem do fole”, conseguindo, assim, recursos para RAF, “Royal Air Force” da Inglaterra, de tal maneira que me ajudou, apesar da pouca idade, na captação de recursos para o bem do Brasil.

Vivíamos, no país, um momento delicado. Getúlio Vargas, que, mediante um Golpe de Estado (1930), assumira o Governo, derrubando o presidente Washington Luis e não permitindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes, pressionado pela Revolução Constitucionalista dos Paulistas, de 1932, outorgou uma Constituição democrática, em 1934. As eleições estavam previstas para 1937, mas Getúlio Vargas, em novo golpe, suspendeu as atividades do Congresso, tornou-se a suprema autoridade, com força, inclusive, de alterar decisões do Poder Judiciário, e promulgou uma Constituição tão ditatorial, que foi chamada de “A Polaca”.

O grande jurista Francisco Campos — denominado “Chico Ciência” — foi quem a

¹ Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa das Universidades de Craiova (Romênia) e da PUC-Paraná, e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO - SP; Fundador e Presidente Honorário do Centro de Extensão Universitária (CEU) da Escola de Direito/Instituto Internacional de Ciências Sociais - IICS.

redigiu. Naquela ocasião, alguém pronunciou a frase, que se tornou histórica: “Quando as luzes de inteligência de Francisco Campos acendem, provocam curto-circuito em todos os fusíveis da democracia”.

Embora sob pressão, Getúlio Vargas governou até ser deposto, em outubro de 1945. Era um ditador e não abominava nem o fascismo, nem o nacional-socialismo.

Ocorre que, nos últimos anos, a pressão do povo era grande. Chegou a proibir que as cores das bandeiras dos Estados fossem hasteadas nas repartições públicas.

Lembro-me do episódio paradigmático de rejeição ao ditador, na inauguração do Estádio do Pacaembu (1940). Um pequeno clube, que desde a sua refundação (1935) nunca fora campeão e que só mantinha a modalidade futebol (São Paulo Futebol Clube), foi um dos últimos a entrar no desfile para inauguração do Majestoso Estádio, com a presença do ditador. Quando as cores da bandeira paulista apareceram no uniforme dos atletas, a multidão prorrompeu em aplausos que não pararam até o grupo perfilar na posição que lhe fora determinada no gramado do Estádio. Tudo como forma de demonstrarem, os paulistas, o descontentamento com o ditador, que apenas observou: “certamente, este é o clube mais querido da cidade”. Percebeu, entretanto, que o povo já não o aceitava.

Pela pressão popular, entretanto, foi obrigado a entrar na guerra, mas só enviou tropas para a Itália em 1944.

Ao enviar nossos soldados, vingou-se dos estudantes de Direito da Universidade de São Paulo, que se tinham rebelado contra o regime ditatorial em 1943, no Largo de São Francisco, alguns tendo sido mortos na repressão pelo Governo.

Os únicos universitários do Brasil enviados para a luta na Itália foram os da Faculdade de Direito da USP, todos do úl-

timo ano, com o que perderam um ano de Faculdade. Entre eles estava meu confrade em diversas Academias, jurista e poeta, introdutor do movimento literário no Brasil intitulado “Ge-

*Os únicos universitários
do Brasil enviados
para a luta na Itália foram
os da Faculdade de
Direito da USP*

ração de 45” (Geraldo de Camargo Vidigal) e acadêmico correspondente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, em Lisboa, cujo presidente de honra e seu fundador é o Prof. Adriano Moreira.

De qualquer forma, apesar das reticências do ditador Getúlio Vargas, o povo brasileiro impôs o envio de tropas à Itália, que, sob o comando do general de divisão Mascarenhas de Moraes, houve-se muito bem em inúmeras batalhas, principalmente na de Monte Castelo.

Nesta batalha, ocorreu um episódio marcante: a decisiva atuação do maior geopolítico da história brasileira general Carlos Meira Mattos. Capitão à época, substituiu o capitão anterior, que, à frente de uma companhia do batalhão vanguarda, recuara, no dia anterior, tendo os demais comandantes do nosso exército envolvidos naquela ofensiva considerado que o fizera, por falta de coragem e competência.

Com indiscutível liderança, Carlos Meira Mattos assumiu o novo comando e, depois de uma conversa com os soldados, em nova tentativa, conseguiu entrar na fortaleza nazista e tomá-la, no dia seguinte.

Aberto o processo contra o capitão que sucedeu, foi Meira Mattos sua principal testemunha. No seu depoimento disse que, se a tropa não tivesse sido bem treinada pelo comando anterior, jamais, em um único dia, ele teria conseguido obter a vitória que obteve. E declarou que, certamente, o recuo deveria ter sido por questão de prudência, de oportunidade e de logística, para permitir novo assalto.

O seu depoimento a favor do capitão anterior foi decisivo para sua absolvição.

O certo é que a participação do Brasil na guerra foi importante, tendo nossas tropas recebido elogios especiais tanto do comandante do V Exército, o general americano, Mark Clark, assim como, do comandante do TO onde atuava diretamente a FEB, o general inglês Alexander, e, posteriormente, do próprio Governo Americano. A entrada na guerra foi, contudo, uma exigência do povo brasileiro junto a um Governo que, até o afundamento de navios brasileiros em nossas costas, estava reticente e indeciso em tomar partido no grande conflito mundial.

A estas reminiscências acrescento breves considerações, em que analiso os fundamentos das Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

A Primeira Guerra Mundial

O ambiente de tranquilidade e predomínio europeu dos primeiros anos do século

XX terminou com o assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro e o início da Primeira Guerra Mundial.

Não foi uma guerra de defesa de princípios, como ocorreu durante as guerras das cruzadas, em que os ideais superavam os interesses.

Foi uma guerra que buscou definir a força dos diversos interlocutores, no predomínio europeu.

Alemanha e Itália, unificadas no século anterior, fortaleceram-se, e França e Inglaterra uniram-se para enfrentar o crescente poderio alemão, guardando, os franceses, tanto a lembrança da humilhante derrota na guerra de 1870, em que capitularam perante a melhor organização militar alemã, quanto a nostalgia dos saudosos tempos em que as táticas militares de Napoleão dominavam os melhores exércitos de seus adversários.

É de se lembrar que Napoleão apenas perdeu a batalha de Waterloo — que já tinha ganhado, encurralando Wellington contra morros, sem possibilidade de retirada — porque o general Grouchy, que deveria perseguir as tropas germânicas derrotadas em Ligny, perdeu seu rastro, permitindo que Blücher, seu comandante, chegasse a Waterloo, no fim do dia, e atacasse o vitorioso Napoleão pelo flanco direito, o qual ficou sem condições de defender-se. Não foi Wellington, mas Blücher quem ganhou Waterloo e decretou a derrota definitiva de Napoleão.

Os franceses, portanto, ao enfrentarem a tentativa de hegemonia alemã pretendida por Bismarck, procuraram dar o troco de duas derrotas anteriores, enquanto os ingleses, decididamente, não viam com bons olhos o crescimento do poderio alemão.

Foi uma guerra objetivando dar um novo perfil ao mapa europeu, com definição daquelas potências que deveriam dominá-lo, mantendo seus controles além das fronteiras do continente.

A Primeira Guerra Mundial é exclusivamente uma guerra de interesses econômicos e políticos para conformar a nova Europa e atalhar o crescimento da influência alemã, que começava a preocupar, inclusive aos Estados Unidos, que acabaram por entrar no conflito europeu.

Foi nessa situação que ocorreu a 1ª Batalha de Marne, quando o comandante francês, o Gen Joffre, conseguiu que todos os veículos disponíveis de Paris fossem utilizados para levar homens, armas e equipamentos para a frente de batalha. Tal providência salvou Paris. Os franceses denominam o episódio como o "Milagre de Marne". A pretensão que se tinha de uma guerra curta esvaiu-se, sendo substituída pela guerra de trincheiras.

A preocupação de Clemenceau e Wilson de que novos conflitos dessa natureza pudessem surgir, após a derrota alemã, levou-os a defender a criação de uma Sociedade das Nações, para assegurar o predomínio dos vencedores, mas com a participação de todos os países, sob sua tutela.

Wilson, que deu origem à criação do próprio organismo e foi seu grande defensor, não conseguiu fazer, todavia, com que os Estados Unidos aderissem a uma supervisão internacional, o que decretou o fracasso da

instituição, incapaz de se opor a um segundo conflito mundial.

A Primeira Guerra Mundial estabeleceu um novo conceito de forças na Europa, mas a presença americana demonstrou que o predomínio europeu começava a ceder terreno à nova potência mundial, geograficamente longe dos conflitos europeus, mas

política e economicamente mais forte que as nações do velho continente. Por essa razão, a história do século XX começou a ser definida como a do predomínio americano.

A grande contradição dessa nova realidade residiu no fato de que a filosofia que aparentemente determinara o fracasso da sociedade das nações, isto é, o isolacionismo dos Estados Unidos, apenas serviu para não permitir o fortalecimento de uma entidade em que a força maior seria européia, mas não afetou o sonho expansionista econômico dos Estados Unidos, já a essa altura, a maior potência econômica do mundo.

A Primeira Guerra Mundial deu início à derrocada dos grandes impérios. As colônias francesas e britânicas mostravam-se de mais difícil controle. A Índia principiava seu movimento de libertação, que só ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial, e a China saía completamente do controle ocidental, passando à gradativa influência japonesa, que, de um país obsoleto do início do século XIX, começava a surgir como potência de respeito.

*Os ingleses, decididamente,
não viam com bons
olhos o crescimento
do poderio alemão*

Destruíu, por outro lado, o maior império europeu, com o desmembramento do império austro-húngaro, e não impediu o surgimento do comunismo na Rússia, durante o conflito, em outubro de 1917, trazendo, pela primeira vez, na Europa, concepção econômica e política que se conhecia apenas em livros.

As consequências da Primeira Grande Guerra, embora tenham permitido o redesenho do mapa europeu, transcenderam a mera luta de predomínio, a que o continente se acostumara, no curso de toda a sua história, principalmente após a queda do império romano. Mas gerou um novo período de relações internacionais em todos os campos, como a certeza de que o colonialismo estava chegando ao fim e de que o homem seria cada vez de mais difícil manipulação pelas nações, por sua percepção dos direitos que lhe são inerentes e que cabe ao Estado apenas reconhecer. A grande contradição, portanto, foi a guerra ter sido feita para consolidar predomínios e ter servido para começar a derrocada do predomínio europeu.

As crises econômicas

A derrota da Alemanha e o pesado ônus que lhe foi imposto, como dívida de guerra, num período de consolidação das novas fronteiras européias, coincidiu com uma expansão econômica americana considerável e a sensação de que as crises cíclicas do passa-

do ficariam definitivamente esquecidas.

A economia americana expandiu-se, à luz de um sólido controle do sistema financeiro, que provocara, na década de 10 a 20, uma reorganização da banca estadunidense, com o desaparecimento de inúmeros estabelecimentos inconsistentes e uma expansão inédita do mercado de capitais, considerado o "novo eldorado" dos investimentos, para o cidadão comum.

Por outro lado, apesar das leis Sherman e Clayton, o controle sobre o abuso do poder econômico era ainda precário e o denominado direito do consumidor, que ganhou consistência considerável a partir da Segunda Guerra Mundial, praticamente inexistia.

O quadrilátero em que uma economia se desenvolve são: (1) sistema financeiro capaz de alavancar o desenvolvimento, dentro de uma política monetária e cambial

*A Alemanha
tornou-se terreno fértil
para o aparecimento
de salvadores da pátria;
no caso, o carismático Hitler*

voltada ao controle da inflação e das contas externas; (2) sólido mercado de capitais, com controle dos fluxos de investimentos e a fiscalização sobre empreendimentos sem condições de ingressar na estrutura do setor; (3) legislação com condições de controlar as distorções da competitividade, punindo o abuso do poder econômico e, na outra ponta, (4) legislação capaz de proteger o consumidor contra os excessos dos que controlam o capital. Essas são as quatro estacas em que se alicerça o desenvolvimento, pois possibilitam a atração de capi-

tais menos especulativos e mais destinados a investimentos de médio e longo prazos.

Os quatro elementos estavam desbalanceados, nos Estados Unidos, a partir do início da década de 20, de tal maneira que o mercado de capitais, no final dela, recebeu uma crescente onda de investimentos, com a valorização brutal de títulos sem consistência, pela escassez de oferta e excesso de demanda, provocando o "crash" de 1929, sem uma intervenção adequada do Governo americano, que não criara os mecanismos para impedir o desastre.

É interessante notar que, nesse período, eram lançados, no mercado americano, títulos de empreendimentos inexistentes, sem que "Wall Street" averiguasse a solidez daqueles papéis. Por essa razão, quando a verdade começou a surgir e todos desejaram realizar seus lucros num mesmo momento, a queda impressionante do valor dos papéis mergulhou os Estados Unidos na grande depressão.

À época, não havia suficiente "tecnologia" de mercado. É de se lembrar que, nas décadas de 80 e 90 do século XX, houve pressão especulativa sobre os mercados de capitais do mundo inteiro, inclusive com crises sucessivas, a partir de 94. Mas as estruturas, as técnicas, os mecanismos para enfrentar as grandes variações tinham sido bastante aperfeiçoados, de tal maneira que, apesar dos choques, o mercado se recompôs sempre, sem grandes traumas.

O mesmo está ocorrendo com a crise desencadeada nos EUA e Europa, desde 2008, o que mostramos em nosso livro *Crise financeira internacional* (Fernando Ale-

xandre, Ives Gandra Martins, João Sousa Andrade, Paulo Rabello de Castro e Pedro Bação, impresso pela Universidade de Coimbra, Setembro de 2009, Portugal).

Na depressão americana, há de se considerar que o Sistema de Reserva Federal não abriu mão do controle da moeda e permitiu que aproximadamente 3.000 instituições estourassem, sem admitir que a solução americana passasse por um afrouxamento da política monetária.

Muitos analistas consideram que tal rígida política do Banco Central americano foi responsável pelo aprofundamento do período de depressão, do qual os Estados Unidos apenas saíram com a Segunda Guerra Mundial.

O mundo inteiro sofreu o impacto da crise americana, não só os países emergentes — a crise do café de 29, no Brasil, foi decorrência da crise americana —, como os países desenvolvidos. A Alemanha ficou em situação dramática, pois, vivendo a recessão desde a Primeira Guerra Mundial e a aplicação de uma rígida política anti-inflação, geradora de recessão e desemprego, tornou-se terreno fértil para o aparecimento de "salvadores da pátria"; no caso, o carismático Hitler, que prometeu aos alemães desesperançados uma Alemanha vencedora e dominadora.

Na década de 30, portanto, as crises econômicas vividas pelo mundo e especialmente pelos Estados Unidos e o desespero da economia alemã fragilizada, propiciaram o aparecimento de duas ditaduras, que investiram na recuperação do orgulho nacional de seu país e de sua economia. Hitler e Mussolini, aproveitando-se

de uma certa mediocridade das lideranças mundiais, em enfrentar crises econômicas — e algumas políticas —, conformaram um novo sistema de forças, que acabou por desembocar na Segunda Grande Guerra.

E a contradição maior foi que, ao contrário de Hitler, as nações não queriam a guerra. Mas deveu-se a Hitler e ao pleno emprego nos Estados Unidos por força da guerra, a consolidação da economia americana, como se verá a seguir.

A Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial foi uma consequência dos erros da política econômica dos países vencedores da Primeira Guerra para com a Alemanha, exigindo o cumprimento de uma dívida de guerra, que esgotou todo o esforço germânico de recuperação, gerando as crises da hiperinflação e da recessão após a implantação do Marco forte (15/11/1923), até o início da carreira política de Hitler. Acresceu-se uma divisão insatisfatória dos despojos da Primeira Guerra, com a permanência de restrições entre as nações vencedoras, sobre ter havido a falência da Sociedade das Nações e a depressão americana, que abalou a economia de todo o mundo.

O surgimento carismático de Hitler, oferecendo aos alemães a oportunidade de recuperar seu orgulho nacional, pela reestruturação da economia e dominação do

mundo, foi o estopim, que a frágil política aliada não entendeu como sinalização perigosa para o Ocidente, a ponto de fazer vistas grossas ao início da perseguição aos judeus, ainda nos meados da década de 30.

A incompetência do chanceler inglês Chamberlain, de Laval e de outros líderes franceses, por outro lado — quando ficou claro que Hitler objetivava conquistar a Europa, assinando um pacto que entregava a Tchecoslováquia para saciar a ambição pantagruelsca do Führer de anexar outros países —, terminou resultando na invasão da Polônia, após acordo de interesses entre Rússia e Alemanha. Acresce-se que a má preparação dos aliados para enfrentar, na guerra então declarada, a intelectualidade militar alemã, superior à dos franceses e ingleses, decretou o destino do velho continente.

A monumental linha Maginot não apresentou qualquer obstáculo ao avanço alemão, que, conquistando a Bélgica, contornou a defesa imóvel dos franceses, sem qualquer dificuldade. Só não obteve uma vitória esmagadora, em Dunquerque, porque

os sucessos da Wehrmacht geraram inveja na Luftwaffe, pretendendo Goering liquidar os aliados ilhados numa praia sem saída, com sua aviação.

Tal erro estratégico permitiu a heróica retirada e a recuperação parcial do orgulho inglês, desfigurado nos primeiros combates, embora os franceses permanecessem humilhados, pela tomada do país e a criação da

*A incompetência do chanceler
inglês Chamberlain
terminou resultando
na invasão da Polônia*

República de Vichy, com o marechal Pétain dirigindo a França, em nome dos alemães.

Raymond Cartier, historiador francês da Segunda Guerra, declarou que a inferioridade dos aliados não estava em seu material bélico, idêntico ao dos alemães, no número de unidades e no potencial agressivo, mas na "cabeça" de seus generais.

O domínio alemão na França, a batalha da Inglaterra, a pirataria dos submarinos germânicos, que destruíram os comboios aliados para que a Inglaterra não recebesse suprimentos de suas colônias, a correta substituição do fraco Chamberlain pelo combativo Churchill, a destruição da poderosa frota americana, em Pearl Harbour, e a entrada dos americanos na guerra contra o Japão e contra a Alemanha — que se precipitou em formalizar declaração contra os Estados Unidos, para obter o apoio japonês — foram ingredientes que conformaram os três primeiros anos da segunda conflagração mundial.

Dois eventos, todavia, liquidaram as pretensões do III Reich. Hitler cometeu o mesmo erro de Napoleão, ao tentar invadir a Rússia, apesar de ter sido atrapalhado pelos italianos, em sua infeliz campanha na Grécia. Tal fato retardou a invasão da Rússia e fez com que o general Van Guderian chegasse a 22 quilômetros de Moscou, em pleno inverno, sendo obrigado a começar a retirada por falta de logística. A estratégia alemã revelou-se inútil, e a reação russa, irreversível, pois a liquidação de sua população nos avanços germânicos — os russos perderam mais vidas, na invasão alemã, que os judeus, nos campos de concentração — gerou um desejo de vingança incapaz de permitir uma paz negociada. O ódio russo esgotou o

exército da Alemanha e mostrou que o país não estava preparado para enfrentar duas frentes (a Ocidental, a partir da África) e a Oriental.

O segundo evento foi a batalha de Midway, em que a perda de quatro porta-aviões japoneses encerrou sua capacidade de expandir o domínio pela Ásia e deu o fôlego necessário aos Estados Unidos para começarem a recuperação dos povos dominados pelos japoneses.

A partir de 1943, o destino do III Reich e do Japão estava definido, restando apenas determinar o momento de sua queda, que nem as bombas voadoras, a busca desesperada de Hitler por artefatos nucleares e o heróico desempenho das forças japonesas, nos combates contra os americanos puderam impedir.

A derrota do III Reich e do Japão foi selada em 1945, com a rendição incondicional da Alemanha e com uma rendição mais honrosa do Japão, após perceber a impossibilidade de enfrentar as bombas atômicas aliadas.

O aspecto interessante da capitulação japonesa é que Mac Arthur compreendeu a importância de não humilhar o adversário, preservando a autoridade simbólica do Imperador e outorgando ao Japão uma Constituição tão maleável, que, no ano 2014, ainda está em vigor.

A grande diferença da Segunda Guerra Mundial em relação à Primeira é que, embora as duas tenham representado choques de interesses e busca de domínios, a primeira teve apenas este escopo, enquanto a segunda converteu-se, em um determinado momento, na luta entre os

ideais da liberdade e da democracia contra aqueles da ditadura (nacional socialismo e fascismo), os valores passando a representar elemento relevante, no choque entre os governos em conflito.

É interessante que essa luta pela liberdade, no final da Segunda Guerra Mundial, era o elemento matriz do conflito, ao ponto de Truman, vitorioso, ter pretendido estender a maneira de ser dos americanos para todo o mundo, estimulado pelo sucesso de seu povo.

Certa vez, estive com o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal (1964), Oliveira Salazar, que me contava ter dito a Truman, em 1946, que tal objetivo era impossível de ser alcançado, pois, nem os americanos tinham recursos para impor seu estilo ao mundo inteiro, nem os países beneficiados (Plano Marshall) reconheceriam dever sua recuperação aos americanos.

E concluiu, com aquele sorriso radiográfico, que o caracterizava: "Vê-se, hoje, professor, que eu tinha razão e não ele".

O certo é que os ideais de liberdade e de democracia foram a grande inspiração das forças aliadas, a partir da metade da Segunda Guerra Mundial, a ponto de influenciarem as artes, a literatura e até a filosofia.

No Brasil, a Geração de 45, que dá início a um novo movimento literário e cultural, alicerça-se nos ideais de liberdade para resgatar a forma clássica e inúmeros valores na produção artística. Entre seus fundadores estão João Cabral de Melo Neto, Mário de Andrade, Geraldo Vidigal, Domingos Carvalho da Silva, Péricles Eugênio etc. .

A grande ironia é que o III Reich, preparado para durar mil anos, durou apenas doze (1933-1945). ☺

As revoltas militares de 1924 no Estado de São Paulo e no sul do Brasil e a “Guerra Intestina” movida pelos tenentes

Uma abordagem histórico-metodológica

Eduardo Henrique de Souza Martins Alves¹

Introdução

O presente artigo aborda as Rebeliões de 1924, ocorridas nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul — idealizadas e conduzidas por militares de baixa patente, na sua maioria pertencentes ao Exército Brasileiro; os “Tenentes”, como ficaram conhecidos —, e a formação das colunas Paulista e Gaúcha; a reação do governo federal; e o emprego da força legal, constituída por tropas do Exército Brasileiro e da Força Pública dos estados envolvidos, visando debelar as rebeliões.

Noventa anos são passados dos fatos ocorridos nos anos de 1924 e 1925, que tiveram, como consequência imediata, a perseguição aos rebeldes pelo interior dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo, por forças leais ao governo brasileiro.

Relembrar essas revoltas, no presente ano, emblemático no que diz respeito a fatos históricos importantes (100 anos do início da I Guerra Mundial – 1914; 80 anos da pro-

mulgação da Constituição de 1934 – a “Polaca”; 70 anos da participação do Brasil na II Guerra Mundial – 1944; 60 anos do suicídio do Presidente Getúlio Vargas – 1954; e 50 anos da Contrarrevolução de 1964), é oportuno e fundamental para a manutenção da memória e da história nacional.

Antecedentes históricos

A substituição do regime monárquico pelo republicano no Brasil, a partir da última década do século XIX, trouxe novamente para o centro da turbulência política os militares. A “República da Espada,” como ficou conhecido o período dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (1889-1894), caracterizou-se pela disputa do poder envolvendo os militares, particularmente do Exército, e civis que compunham as oligarquias paulista e mineira, ligados à indústria cafeeira.

Com a ascensão ao poder de governos civis, as alianças políticas entre os estados concretizaram-se, e a monocultura do

¹ O autor é coronel do Exército, da arma de Infantaria, turma de 1976. Possui os cursos de carreira do EB, foi Cmt do 3º BI, é bacharel licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente é professor contratado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

café estabeleceu o modelo econômico para o Brasil. Com isso, a perpetuação no poder e a manutenção dos privilégios auferidos pela cúpula cafeicultora dominaram a estrutura política do governo até o final da década de 1920.

O poder das oligarquias políticas teve, na figura do Presidente Campos Sales, o verdadeiro amalgamador da organização dessa sociedade. Mesmo com a ocorrência de confrontos que desestabilizavam periodicamente o país, conseguiu o presidente unir todas as vertentes oligárquicas com um projeto de governo que ficou conhecido como a “política dos governadores”. Nessa nova organização política, o Exército deveria cumprir sua destinação constitucional de garantidor da ordem².

Em 1910, ascendeu ao poder, democraticamente, o marechal Hermes da Fonseca. Ele tentou formalizar a chamada política “salvacionista”, com o objetivo de afastar as oligarquias e equilibrar o poder central com os estados, dominados por verdadeiros clãs regionais. Com o término do governo Hermes, o poder retornou aos governadores.

Durante o período de 1914 a 1918, no desenrolar da Primeira Grande Guerra na Europa, a instabilidade político-econômica mundial causou reflexos negativos no Brasil.

O país, atingido pela crise e pela ausência de projetos alternativos do governo de Wenceslau Brás, viu comprometido seu sistema bancário e a rarefação do mercado consumidor de café, o principal produto de exportação, que sustentava a economia brasileira, principalmente nos momentos de crise interna. Essa conjuntura levou ao enfraquecimento das lideranças paulistas, que procuraram de qualquer modo preservar o valor econômico do café, tornando-se cada vez mais impopulares.

No contexto da sociedade brasileira dos anos 20, o Exército era considerado como uma instituição formada na classe média.

*No contexto da sociedade
brasileira dos anos 20,
o Exército era considerado
como uma instituição formada
na classe média*

A maior parte da oficialidade provinha de setores urbanos, e até os originários do campo não possuíam qualquer relação com os poderes regionais. Deve-se levar em consideração também que o soldo

recebido não expressava uma situação de conforto econômico.

As divisões no poder político-social que existiam na “República Velha” (1889-1930) transformaram o Exército na única instituição que possuía caráter verdadeiramente nacional, e o “Tenentismo” passou a expressar a contestação ao governo, particularmente porque não havia espaço político para os setores médios da população brasileira. As ideias e os projetos políticos da classe média urbana, em

² As forças de terra (Exército) e mar (Marinha) são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições nacionais. Artigo nº 14 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

potencial, aguardavam uma oportunidade que permitisse modificar a estrutura conservadora do governo (a elite cafeeira). Como ainda não estava arraigada a consciência de classe, foi mais prático eleger os militares como o grupo que poderia realizar essa reestruturação no modelo político-social do Brasil.

A partir da década de 1920, as mudanças ocorridas no mundo modificaram o comportamento político-ideológico do Brasil, que possuía apenas correntes conservadoras como condutoras do poder político do Estado. O surgimento do incipiente movimento do operariado urbano, fruto de uma industrialização precária e lenta, preocupou de imediato o governo. Os confrontos regionais expuseram as contradições e os movimentos oposicionistas começaram a surgir. Os militares, de certa forma, encontravam-se divididos. Oficiais superiores, mais antigos, ligados mais à vida nos quartéis, permaneceram conscientes de sua missão constitucional de mantenedores da ordem (o que pressupunha obedecer às ordens das autoridades constituídas legalmente); contudo a oficialidade mais jovem, descontente com a situação vigente no país, passou a participar mais ativamente do processo político nacional.

Aspectos histórico-metodológicos

Na visão de alguns historiadores³, que tentaram estabelecer uma correlação entre os "tenentes" e as classes médias urbanas, os aspectos acima foram suficientes para validar

o "Tenentismo" como representativo da burguesia emergente, em condições de participar das contestações ao governo. O Exército seria a vanguarda do processo de mudança. Outros estudiosos⁴ do assunto preferiram dar mais abrangência ao estudo do processo econômico-social daquela época. Suas convicções a respeito do "Tenentismo" estavam concentradas no confronto que existia entre uma sociedade agrário-exportadora e a recente urbano-industrial.

De outra forma, numa visão mais equilibrada, os "tenentes" não puderam efetivamente representar os anseios dessa nova classe, mesmo que eles se considerassem participantes da comunidade e importantes no desenvolvimento da instituição que representavam. A jovem oficialidade não se considerava mais como "mantenedora" de governos eleitos de maneira corrupta e moralmente ilegal. O que se verificou foi que a relação entre os militares e a classe média era complicada. Primeiro, porque não existia uma classe média homogênea e, segundo, porque o Exército abrigava uma cisão entre os "tenentes" e os oficiais mais antigos. Não se pode deixar de considerar a origem pequeno-burguesa da jovem oficialidade, no entanto, também não havia entre a classe média e os "tenentes" uma similaridade na formação de ambos.

Para que manifestações como o tenentismo e o civilismo possam ser esclarecidas, deve ser examinada a relação de representação entre classes médias e burocracia ci-

³ Essa visão foi adotada por Nelson W. Sodré, Edgard Carone e Virgínio Santa Rosa.

⁴ Participam dessa opinião Boris Fausto, Maria do Carmo Campello de Souza e José Murilo de Carvalho.

vil, entre classes médias e militares: de que maneira, diante da incapacidade constitutiva das classes médias em se organizarem politicamente, elas passam a se manifestar através de outras categorias onde sua presença nem sempre é hegemônica. No interior dessas categorias, as classes médias repetem o mesmo relacionamento contraditório que marca sua presença na estrutura social: como não é compacta sua presença na burocracia e no aparelho militar, a sua manifestação no interior dessas categorias enfrentará as mesmas dificuldades que encontra no confronto com a burguesia e o proletariado.⁵

Então, se a classe média não estava conformada com o processo político vigente, não deveria ter participado do desenvolvimento econômico junto com a oligarquia, o que não foi uma constatação. Por isso, o caminho para a distensão foi demorado e repleto de contradições, até o rompimento definitivo e a extinção da "República Velha".

Ao se abordarem os acontecimentos ocorridos no Brasil, durante a chamada "República Velha", tem-se que destacar o "Movimento Tenentista" como um dos eventos mais marcantes e emblemáticos daquela época. É de se ressaltar

também que, dentro da conjuntura do "Tenentismo", a "Marcha"⁶ através do território brasileiro, a partir do ano de 1924, que passou à História cognominada de "Coluna Miguel Costa-Prestes", representou o ponto alto, o "clímax" daquele movimento, pela sua duração no tempo e porque concentrou na sua constituição importantes lideranças do "Tenentismo".

O movimento político-militar ocorrido no Brasil, a partir da década de 1920, com a denominação de "Tenentismo" (por envolver a oficialidade de patentes subalternas das Forças Armadas – "os tenentes"), atingiu seu ponto de ebulição com a realização de uma marcha através do território brasileiro, levada a efeito pelos revoltosos (militares e civis), por cerca de dois anos e meio: Os

rebeldes eram oriundos das rebeliões de 1924, que eclodiram primeiramente no Estado de São Paulo (5 de julho) e posteriormente no Estado do Rio Grande do Sul (29 de outubro). Esse fato ficou conhecido

A jovem oficialidade não se considerava mais como "mantenedora" de governos eleitos de maneira corrupta e moralmente ilegal

na historiografia brasileira como "A Marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes".

As Rebeliões de 1924, tanto na cidade de São Paulo quanto nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, estavam inseridas no

⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Dir). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, sociedade e instituições**. Rio de Janeiro: Difel, 1985, p. 30.

⁶ Marcha: Movimento de tropa para se transportar de um para outro ponto; Marcha de retirada, a que se faz para evitar o inimigo. MARCHA. In: DICIONÁRIO técnico militar de terra. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911. p. 249.

contexto maior do movimento "Tenentista", que objetivava a tomada do poder e a derrubada do governo constituído no Brasil.

Quando se estuda o movimento "Tenentista," há a incorporação natural da imagem de que o Exército, como instituição da República, ficou comprometido por não ter combatido, com resultados satisfatórios, os rebeldes envolvidos nas diversas rebeliões ocorridas durante as primeiras décadas da República. Os tenentes, a despeito do heroísmo e da determinação de conseguir seus objetivos, eram ainda jovens demais para acumular muita experiência em operações militares reais. Desconheciam também a dimensão territorial do Brasil.

A "Coluna Miguel Costa-Prestes" se originou de duas vertentes rebeldes: uma, paulista, comandada pelo major da Força Pública de São Paulo, Miguel Costa; a outra, gaúcha, liderada pelo capitão do Exército Brasileiro, Luis Carlos Prestes. Essas duas colunas encontraram-se formalmente na cidade de Foz de Iguaçu, no oeste do Estado do Paraná, em 1925. Desse encontro, surgiu a "Coluna Miguel Costa-Prestes".

A Rebelião⁷ "Tenentista", ocorrida no ano de 1924 nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul e que eclodiu com os levantes militares, nos quartéis localizados na

cidade de São Paulo e em cidades do interior gaúcho, disseminou-se por toda a região do interior, estendendo-se a oeste dos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Muitos civis comprometidos com a disputas políticas regionais aderiram à causa rebelde.

O Exército já possuía uma estrutura administrativa e operacional que permitiu seu engajamento no combate aos rebeldes, desde os acontecimentos do "Forte de Go-pacabana", em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, até o momento do exílio, imposto pelas circunstâncias, dos remanescentes da conhecida "Coluna

Miguel Costa-Prestes", no interior da Bolívia em fevereiro de 1927.

Não se consegue entender, até agora, de fato, como um punhado de militares, desprovidos de apoio logístico eficiente, conseguiu marchar através do território brasileiro sem sofrer uma derrota definitiva. Por não terem oferecido combate deliberado às forças legais, conseguiram sustentar o movimento por cerca de dois anos.

O que se tornou outra questão importante foi tentar conhecer o "tipo de guerra" praticado por ambos os lados durante toda a campanha até a formação da "Coluna Miguel Costa-Prestes", na cidade de Foz de Iguaçu. O presente artigo não aborda o processo de implantação da Missão Militar Francesa

*Não se consegue entender
como um punhado de militares,
desprovidos de apoio logístico
eficiente, conseguiu marchar
através do território brasileiro
sem sofrer uma derrota definitiva*

⁷ Rebelião: Revolta; ato de rebelar; oposição por via de fato à execução de um ato, resistência à mão armada às ordens superiores ou das autoridades legais. REBELIÃO. In: DICCIONÁRIO técnico militar de terra. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911. p. 322.

(MMF) no Brasil, ocorrido a partir de 1920, mas apenas as consequências táticas e operacionais do emprego das tropas legais contra os revoltosos, utilizando a doutrina militar e os conceitos preconizados pela MMF, condicionados, é claro, às características geográficas do território brasileiro.

O Exército Brasileiro, naquela época, ao dar combate de imediato aos rebeldes, já utilizava os conhecimentos militares da Missão Militar Francesa, que se havia instalado no Brasil a partir de 1920, de concepção contrária, até certo ponto, à que era empregada pelos rebeldes, o que poderia suscitar alguma dúvida sobre a eficácia do aprendizado.

A ideia de que as forças legais foram incompetentes e que não atuaram profissionalmente na perseguição e no combate aos rebeldes nunca foi confirmada historicamente. Vivia o Exército Brasileiro sob a influência doutrinária da MMF, que certamente teve a oportunidade de verificar se a doutrina ensinada estava sendo aplicada, mesmo que de forma incipiente. Têm-se que considerar também a experiência militar dos tenentes, adquirida na prática e, ainda, a inversão dos preceitos da hierarquia e da disciplina militares.

Fazer uma revisão das obras mais importantes hoje existentes sobre o assunto não nos permitirá ter conhecimento sobre as ações militares dos rebeldes e das forças legais empenhadas em combatê-los. Prin-

cipalmente porque não existe uma obra específica sobre a "Coluna Gaúcha". As informações sobre essa coluna estão inseridas nos livros que tratam da "Coluna Miguel Costa-Prestes", precisamente naqueles que construíram a mistificação de "Coluna Invencível."

As ações militares desenvolvidas pela coluna rebelde ainda não foram estudadas em profundidade, considerando-se a doutrina militar da época. As experiências vividas, descritas em fontes bibliográficas, e os relatos dos comandantes dos destacamentos, por vezes autobiográficos, tornaram-se fontes de informação doutrinária, que não foram nem estão sendo analisadas com a importância e o interesse necessários.

Estudar o Movimento Tenentista como fenômeno militar nunca foi foco de pesquisa para historiadores na atualidade. Dentro da instituição Exército Brasileiro,

não houve nem há, no momento, estudos ou pesquisas sobre as operações militares desenvolvidas naquela época.

O livro *A Coluna Prestes* do brasileiro Neil Macaulay, é que contém

uma abordagem mais "operacional" sobre o tema. Também o livro do professor José Augusto Drummond, *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*, analisa as ações militares com uma visão mais prática, sem estabelecer, no entanto, nexos com as operações desenvolvidas

*Estudar o Movimento Tenentista
como fenômeno militar
nunca foi foco de
pesquisa para historiadores
na atualidade*

pelo Exército Brasileiro durante o combate aos rebeldes.

No livro da historiadora Anita Leocádia Prestes (filha de Luis Carlos Prestes), *A Coluna Prestes*, fruto de extensa pesquisa, que poderia ser uma referência para o trabalho, a autora procurou focar a ação dos rebeldes centrada na figura de Prestes e na ideia de formação de um "Exército de Libertação Nacional", que, acredito, fora do contexto cronológico dos fatos históricos. As autobiografias de João Alberto, Cordeiro de Farias e de Juarez Távora abordam os aspectos militares voltados para o lado dos rebeldes. Não houve a intenção de estudar o movimento militar da "Coluna", nem mesmo discutir as ações levadas a efeito pelos dois lados.

Encontrou-se, fruto de pesquisa realizada, uma obra, do marechal Oscar Falcão, que estudou as ações militares da Força Federal e, nela, pode-se observar a preocupação em mostrar como foram realizadas as operações de cerco aos rebeldes. No livro, há os relatos sobre todas as unidades militares envolvidas, as direções em que atuaram e os resultados obtidos. É a primeira vez que se observou a ideia do governo federal em estabelecer um isolamento dos rebeldes e a intenção de obrigá-los a se evadir para um país vizinho (a Argentina).

Trata-se de um assunto de importância para a história brasileira e de interesse universitário, por buscar esclarecer os acontecimentos que permearam aquelas rebeliões e as ações militares desenvolvidas, tanto pelos rebeldes como pelas forças legais.

O presente artigo abordou as duas vertentes formadoras da "Coluna Miguel

Costa-Prestes": as colunas paulista e gaúcha. Os rebeldes paulistas foram cercados na cidade de São Paulo, dela se evadindo trinta dias após o início das hostilidades, sendo perseguidos pelo interior dos estados de São Paulo e do Paraná e ficando confinados à cidade de Foz do Iguaçu. Os gaúchos foram combatidos nas cidades de Santo Ângelo, São Luís, Porto Feliz e Foz do Iguaçu, perseguidos pelo interior dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, por tropas legais, que cumpriam ordens do presidente da República Arthur Bernardes.

Da análise superficial de algumas fontes, no caso os relatórios dos ministros da Guerra dos anos de 1924 e 1925, podem-se perceber novas informações, inclusive levantamentos de inteligência, que asseveravam ser ideia dos rebeldes fundar, no Estado do Mato Grosso, um "Estado Livre do Sul".

É interessante lembrar que o movimento deve ser estudado sob o enfoque militar, dentro do contexto das revoltas, para que as lições aprendidas não fiquem esquecidas ou, mais grave, sejam perdidas.

Conclusão

Diferente do que a historiografia brasileira tem apresentado sobre as revoltas tenentistas — particularmente as ocorridas nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul em 1924, das quais se formaram a coluna rebelde paulista, comandada pelo capitão de Engenharia do Exército Juarez Távora e pelo major da Força Pública de São Paulo Miguel Costa, e a coluna rebelde gaúcha, comandada pelo capitão de Engenharia do Exército

Luis Carlos Prestes —, elas não obtiveram o êxito necessário para modificar, de imediato, a conjuntura política que existia no Brasil na década de 1920.

As colunas rebeldes, conhecidas inicialmente pela designação de “Divisão São Paulo” e “Divisão Gaúcha”, não realizaram as ações de combate exatamente da maneira que a memória construída erigiu, *a posteriori*, como verdade histórica.

Apesar de ter, no momento do levante, reunido um efetivo considerável de rebeldes militares (cerca de 9.500 homens) e contando, ainda, com a concorrência oportunista de opositores civis, particularmente estrangeiros remanescentes da 1ª Grande Guerra e aqui chegados como imigrantes, as colunas rebeldes não conseguiram fazer frente às tropas dos governos federal e estadual. Não houve condições táticas e operacionais para oferecer combates decisivos às Forças Legais. Portanto, só lhes restou a “manobra de fuga”, que, apesar de alguns expoentes do tenentismo terem asseverado tratar-se de uma “Guerra de Movimento”, na realidade o que se verificou foi uma grande ação de perseguição por parte do Exército Brasileiro, auxiliado pelas milícias estaduais, como a Brigada Militar Gaúcha, sem trégua aos rebeldes. A “Guerra de Movimento” pressupõe ações ofensivas e não de retiradas e de rompimento de contato com a força oponente.

Foram o relevo e a hipótese mais provável de conflito (com a Argentina) daquela época que condicionaram a decisão do governo brasileiro em concentrar o maior efetivo militar no Estado do Rio Grande do Sul (três divisões de cavalaria e uma divisão de infantaria). O território paulista não é favo-

rável ao emprego maciço de tropa de cavalaria, o que favoreceu o uso constante de meios ferroviários pela Força Legal. Já no oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná, o terreno é mais movimentado e possuidor de vegetação mais densa, o que dificultou o movimento dos cavaleiros.

Em 1924, a estrutura viária no Brasil era por demais precária. Em São Paulo, particularmente, e nos estados do Sul, no entanto, havia uma malha ferroviária muito importante, ligando os principais centros produtores e distribuidores do principal produto brasileiro, que era o café, além da criação e do comércio do gado gaúcho. Considere-se também a existência da Central do Brasil, que realizava a ligação imediata com o centro político nacional, o Rio de Janeiro. As rodovias, a maioria de terra batida, não tinham capacidade operacional para permitir um tráfego constante de veículos, particularmente nos períodos de chuva.

Ao iniciar a rebelião, os sediciosos sublevaram as guarnições militares da cidade de São Paulo, a 5 de julho, e do Rio Grande do Sul, em 29 de outubro, contando com a adesão supostamente prometida por outras no interior dos Estados, o que não ocorreu. Em São Paulo, os combates se desenvolveram dentro do perímetro da cidade, o que se revelou uma grande dificuldade de controle por parte dos rebeldes. O combate em zonas edificadas e em localidades ainda é o mais difícil de ser realizado, particularmente pela existência de população civil envolvida. No Rio Grande do Sul, as ações mais relevantes ocorreram na porção noroeste do Estado; o grande centro militar, a cidade de Santa Maria, não foi atacado.

Se a intenção dos rebeldes, manifestada pela cabeça dos movimentos, foi derrubar o governo de Artur Bernardes, não se compreende a razão e a “visão estratégica” em dominar regiões de fronteira, como ocorreu após a fuga para o interior do Estado e para o oeste paranaense. Não tinha o comando rebelde noção de dimensão territorial e não possuía efetivo suficiente para mobiliar todo o espaço pretendido. A ideia de tentar ocupar outras localidades que não contribuiriam diretamente para o objetivo (como as cidades do oeste paranaense e o território do Estado do Mato Grosso) caracteriza a total ausência de um planejamento estratégico. O centro militar mais importante do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, não foi ameaçado por qualquer força rebelde em nenhum momento. Deve-se lembrar também que as unidades militares sublevadas em São Paulo e no Rio Grande do Sul não o foram na sua totalidade.

O apoio da população aos revoltosos foi também relativo. Nos locais onde havia forte oposição ao governo, existia solidariedade. Em outras regiões, os moradores defenderam as cidades do assalto dos rebeldes.

A ausência de uma ligação de comando mais eficiente entre as várias colunas rebeldes não permitiu uma coordenação tática que garantisse êxito nas ações de combate, particularmente contra outras localidades. A reação dos militares que não aderiram à rebelião e a posterior defecção de outros comprometidos com ela foram aspectos que dificultaram a consecução dos objetivos previstos pelos revoltosos, obrigando-os a se dispersar pelo território nacional.

A constituição dos destacamentos (Dst) — formação similar ao que hoje entendemos

como “força-tarefa”, flexíveis na sua composição e fortes em unidades de cavalaria e infantaria, conseguindo, com isso, mobilidade e ação de choque — pelas Forças Legais agregou à sua estrutura o reforço dos Corpos Auxiliares e dos Batalhões Patrióticos. Esses Dst, partindo de diversas bases, atuaram coordenados, apesar das dificuldades em meios de locomoção, especialmente porque os rebeldes — e nesse aspecto tiveram sucesso — destruíram muitas pontes e inutilizaram locomotivas, composições férreas e as próprias linhas, negando à Força Legal a utilização eficaz desse meio de transporte.

O apoio da população às tropas legais ficou evidente, principalmente na luta para garantir as localidades e no apoio dado por chefes regionais.

De todas as ações levadas a efeito pelos rebeldes, a única que pode ser considerada como objetivo militar foi o assalto à localidade de Formigas, no Estado do Paraná, que, apesar de ter durado apenas uma jornada, conseguiu, por meio de ações rápidas e de surpresa tática, desarticular, momentaneamente, o sistema logístico da Força Legal. Os outros não foram concretizados, descaracterizando qualquer visão de futuro para a rebelião.

A opção de seguir rumo ao Sul, através do meio fluvial, o rio Paraná, e realizar a junção com as tropas rebeldes gaúchas, orientação feita pelo “Gen Isidoro” (Isidoro Dias Lopes), comandante-geral das revoltas, obrigou Miguel Costa a reorganizar as forças rebeldes paulistas. Essa nova formação, diga-se de passagem, eficiente, permitiu à coluna rebelde retirar-se do território paulista, atravessar o Estado do Paraná e juntar-se aos rebeldes da “Divisão Rio Grande”, na

cidade de Benjamin Constant, no oeste paranaense, concentrar-se em Foz do Iguaçu e, posteriormente, se evadir para território paraguaio, atravessando o rio Paraná.

O enfrentamento dos rebeldes com as Forças Legais, nessa etapa da retirada, deu causa a alguns combates. Cabe ressaltar, em especial, o combate de Catanduvas, no qual os rebeldes foram obrigados à rendição de grande parte de seu efetivo.

A escassez de recursos (munição, armamento e alimentação) foi também outro fator de restrição imposto aos rebeldes. Os paulistas chegaram a Foz do Iguaçu com cerca de 700 homens, menos da metade que havia saído do Estado de São Paulo. Os rebeldes gaúchos eram cerca de 4.000 homens.

As ações da Força Legal sob o comando geral do Gen Rondon, contra os rebeldes da "Divisão São Paulo," estavam em andamento quando a coluna gaúcha penetrou no oeste paranaense. A tropa que atuou no interior do Estado de São Paulo e na região centro-oeste do Estado do Paraná estava articulada para enfrentar os rebeldes paulistas. Com a chegada da coluna rebelde vinda do Sul, houve a necessidade de reordenar as Forças Federais. O Gen Coutinho, comandante do 1º grupo de Dst (Dst Mariante, Almada e Corbiniano), após a queda de Catanduvas, último reduto forte dos paulistas, direcionou as ações visando manter os rebeldes concentrados na faixa de fronteira com a Argentina e com o Paraguai.

Após a junção com os rebeldes paulistas, que ocuparam por cerca de sete meses a cidade de Foz do Iguaçu, com um efetivo aproximado de 700 homens, os

rebeldes comandados pelo Cap Prestes não tiveram outra opção senão se preparar para emigrar do território brasileiro, transpondo o rio Paraná, juntamente com os paulistas de Miguel Costa, pelos portos fluviais existentes ao longo da via fluvial. A decisão do comandante da "Divisão Rio Grande" de unir-se à "Divisão São Paulo", no Norte do rio Iguaçu, foi o que lhe restou fazer, uma vez que haviam decidido prosseguir na luta contra o governo. Desprovidos de apoio logístico, pressionados pelas Forças do Governo, transpuseram o rio, com uma nova formação, invadiram o território de um país soberano, o Paraguai, caracterizando um ato deliberado de confronto bélico.

O reforço enviado pelo comando da 3ª RM, os Dst do Gen Paim e do Cel Claudino, em apoio às tropas do Gen Rondon, permitiu que a ação dos rebeldes ficasse limitada à fronteira oeste paranaense. Todas as ações dos revoltosos buscando penetrar no Estado do Paraná para apoiar os paulistas foram repelidas com sucesso.

As Forças legalistas atingiram seu objetivo com a posse do extremo oeste do Estado do Paraná e com a retirada dos rebeldes, reintegrando aquela região ao domínio do governo brasileiro.

Muita especulação existe até os dias atuais sobre a atuação do Exército nessa campanha. A ideia de que a Força Federal não se conduziu com determinação e que foi incompetente na perseguição aos rebeldes carece de fundamentação nos aspectos militares.

Outro aspecto importante: os reflexos da atuação da Missão Militar Francesa, que a historiografia tradicional teima

em avaliar como decadente, preocupada apenas com operações estáticas, de sítio, como as operações de cerco, foram observados durante as ações contra os rebeldes. A organização das unidades militares, a confecção das ordens de operações, a utilização de armamento francês e alemão, o método de análise da situação e a posterior definição das ações evidenciaram a orientação da Missão Militar. Havia, também, um sistema de informações estruturado, apoiado por meios de transmissão eficientes para a época, além de um apoio logístico razoável. O trabalho de estado-maior

nas unidades e nos grandes comandos foi utilizado com a frequência, indispensável ao bom êxito das operações.

Mesmo com as deficiências decorrentes das modificações conjunturais da época, da distribuição nem sempre satisfatória dos meios de combate, soube o Exército adaptar e modificar as táticas aprendidas ao seu tipo de terreno e à ação em grandes espaços, demonstrando capacidade de adaptação, criatividade e determinação em cumprir da melhor maneira o papel constitucional que lhe coube naquela época. ☺

Referências

ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. e. **Dicionário técnico militar de terra**. Lisboa : Typographia do Annuario Commercial, 1911.

BARROS, João Alberto Lins de. **A marcha da coluna**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

BONNET, Gabriel. **Guerras insurrecionais e revolucionárias**: da antigüidade aos nossos dias. Rio de Janeiro: Bibliex, 1963.

CAMARGO, Aspásia; GOÊS, Walder de. **Diálogo com Cordeiro de Farias**: meio século de combate. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CORREIA, Anna Maria Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**: dos conflitos indígenas aos choques da reforma agrária (1996). Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

DRUMOND, Carlos Augusto. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FALCÃO, Oscar de Barros. **A revolução de 5 de Julho de 1924** (a componente militar). Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. São Paulo: EDUSP, 1975.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.

FORJAZ, Maria Cecília Spinna. **Tenentismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HAYES, Robert Annes. **Nação Armada**: a mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1969.

KEITH, Henry Hunt. **Soldados salvadores**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989.

MACAULAY, Neill. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Difel, 1977.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967.

MCCANN, Frank D. **A nação armada**: ensaios sobre a história do exército brasileiro. Recife: Guararapes, 1982.

_____. **Soldados da pátria**: história do exército brasileiro: 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras**: uma história da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército**: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944). Rio de Janeiro: Bibliex, 1976.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Dir). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano, sociedade e instituições. Rio de Janeiro: Difel, 1985, p. 30.

_____. **Estratégias da ilusão**: a Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROUQUIÉ, Alain (Org). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**: análise e depoimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

TÁVORA, Juarez. **A guisa de depoimento**. São Paulo: Companhia Nacional, 1927.

_____. **Uma vida e muitas lutas: memórias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976.

Fontes

A pesquisa de fontes primárias foi realizada, basicamente, no Arquivo Histórico do Exército, considerando-se a natureza e a especificidade do assunto. Estão relacionadas abaixo as fontes primárias que foram pesquisadas:

- Relatório de Combate do Destacamento ALMADA no sul do Brasil (1924-1925).
- Relatório do Destacamento do Coronel Emílio Lúcio ESTEVES das ações no Rio Grande do Sul (1924-1925).
- Relatório do general João Nepomuceno da Costa sobre os levantes sediciosos de São Paulo e do Rio Grande do Sul (outubro de 1924).
- Relatórios do Ministro da Guerra dos anos de 1924 e 1925.
- Relatório de Operações da 3ª Região Militar (Rio Grande do Sul), durante o período revolucionário (1924-1925).

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Alia Cristiano Ottoni (POC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440

FHE

Fundação
Habitacional
do Exército

POUPEX

Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teletendimento ao Cliente 0800 61 3040 Ouvidoria 0800 647 8877 Central de Teletendimento aos Surdos 0800 646 4747

**FINANCIAMENTO PARA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**

POUPEX

JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.



Sul do Norte ou Norte do Sul?

Ideologia e inflexões na cultura estratégica brasileira

Cesar Campiani Maximiano¹

RESUMO

Este artigo discute como a identificação cultural e estratégica com o Ocidente que prevaleceu no Brasil até fins do século XX não foi meramente produto da aproximação com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. A noção de pertença ao mundo Ocidental já integrava o horizonte cultural e político de setores importantes da população brasileira antes da guerra, permanecendo componente importante entre os fatores que influenciaram as escolhas estratégicas adotadas pelo país após 1945. Egressos de um conflito em que a noção de pertencimento à comunidade cultural Ocidental foi amplamente consolidada, os veteranos brasileiros tiveram papel fundamental na elaboração de políticas que, durante a Guerra Fria, definiram o posicionamento do país no que diz respeito às relações internacionais.

Introdução

Os embates em busca de alianças com o intuito de orientar e encontrar soluções para a modernização do Brasil pautaram a história nacional nas décadas iniciais do século XX. Desde o final do Império, o leque de opções estava vinculado às matrizes das grandes potências do Ocidente: Tavares Bastos e André Rebouças eram adeptos da americanização; Eduardo Prado repeliu tais propostas em seu libelo contra os Estados Unidos, datado de 1893, *A Ilusão Americana*. Para Dunshee de Abranches,

a via de preferência encontrava-se no modelo Alemão.²

Apesar da falta de consenso, os modelos de desenvolvimento estavam invariavelmente vinculados às matrizes do mundo Ocidental. Não se questionava o pertencimento do Brasil à cultura tradicional do Ocidente, fosse o paradigma adotado o da modernização conservadora ou de uma dinâmica economia de mercado calcada no sistema democrático. O contexto estratégico das décadas de 1930 e 1940 constituiu ponto de virada promotor do alinhamento com os Estados Unidos em detrimento dos modelos europeus até então cogitados.³

¹ Doutor em história pela Universidade de São Paulo. Lecionou História das Relações Internacionais e História dos Estados Unidos na PUC/SP e Estratégia, Doutrina Militar e História Militar no mestrado em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde também participou da instrução do CCEM.

² TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³ MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Ao se alinhar aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil colaborou diretamente com os combates na Europa por meio de uma força expedicionária composta por contingente do Exército, ao qual se somou um grupo de caça da Força Aérea Brasileira, totalizando efetivo de aproximadamente 26.000 homens. Esse contingente operou subordinado aos Estados Unidos, inserido no 5º Exército, grande comando formado por conjunto de divisões e elementos de apoio, que começou a atuar no Teatro de Operações do Mediterrâneo em janeiro de 1943.⁴

Desde a década de 1930, o Departamento de Estado americano empreendia esforço de aproximação diplomática com as nações das Américas, já então prevendo as crescentes necessidades de defesa continental que se descortinavam em vista do ameaçador contexto estratégico internacional. A série de conferências pan-americanas conduziu à solidez quase total do esforço de defesa do entorno estratégico brasileiro, com a exceção de Chile e Argentina, que não subscreveram os acordos. Aliado de primeira hora — mesmo durante o período de duvidosa neutralidade que precedeu o reconhecimento do estado de beligerância em agosto de 1942 —, o Brasil, por meio de parte de sua liderança militar, entreviu a

*Desde a década de 1930,
o Departamento de Estado
americano empreendia esforço
de aproximação diplomática
com as nações das Américas*

possibilidade de participação direta em combate no exterior, com a finalidade de adquirir experiência prática na guerra moderna e de reduzir o déficit de material bélico constatado durante a década anterior. Mas dada a carência de recursos das Forças Armadas, condição que em si foi motivadora da expedição à Europa, essa possibilidade só viria a ser executada por meio de íntima cooperação militar com os EUA.⁵

As dificuldades da cooperação internacional

Coalizões multinacionais incluem-se entre as mais complexas contingências das operações militares. Dificuldades culturais, logísticas e de comando foram constantes nas ocasiões em que se empregaram unidades de diferentes países atuando em conjunto, argumento que a história militar já discute

desde o tempo de Tucídides. Acima de todos esses problemas, pairava, sobretudo, dúvida a respeito do propósito político da expedição. O Brasil já tinha atingido seus principais objetivos por meio da concessão que permitiu aos EUA o uso de bases próximas ao litoral para a Campanha do Atlântico Sul. Na fase anterior de aproximação, o país também tinha conseguido o financiamento da siderúrgica de Volta

⁴ MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: IPE, 1947.

⁵ MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Ver, também, MCCANN, Frank D. **A nação armada: ensaios sobre a história do exército brasileiro**. Recife: Guararapes, 1982.

Redonda, solução para o problema da industrialização que vinha no topo da lista de prioridades do Estado Novo e dos militares.

Exércitos precisam de motivação. Quem corre o risco de derramar o próprio sangue lutará melhor quando convicto da superioridade de sua causa. A trindade clausewitziana insere o fator passional como um dos ingredientes básicos da equação em permanente interação com o acaso e razão que rege as relações entre lideranças; base de sustentação que confere legitimidade; e o braço armado da comunidade política envolvida na guerra.⁶

Por mais que as Forças Armadas tivessem a ganhar com presença direta no *front* — fosse pelas vantagens de modernização, fosse pela possibilidade de projeção na América do Sul do pós-guerra —, permanecia o questionamento a respeito do propósito da expedição entre grande parte da tropa e cadeias de comando, o que pode ser interpretado como a relação entre os domínios passional e racional na dinâmica da natureza da guerra. Afinal, o principal ponto de toque da motivação Aliada era a luta em prol da democracia. Como equacionar tal ideal em vista do regime ditatorial de Getúlio Vargas e da ambiguidade de Dutra e Góes Monteiro? Como considerava um poema que circulou na Vila Militar antes do embarque,

Soldado voluntário
Do Corpo Expedicionário
Que vais lutar a esmo
Se a luta que se inicia
É pela Democracia
Começemos aqui mesmo.⁷

Por outro lado, a possibilidade do aproveitamento do envolvimento direto na guerra como expediente adicional visando à modernização nacional difundiu-se por vários setores da Força Expedicionária Brasileira (FEB), incluindo oficialato e praças. "Somos um povo privado do aço e do combustível, o que quer dizer civilização e liberdade. Esse o grande problema do Brasil, mas creio estar para breve sua solução". Assim, o autor do texto no jornal de trincheira ... E a Cobra Fumou! acreditava na intrínseca relação entre o envio da FEB para a Europa e a concretização de objetivos políticos do país.⁸

A clareza de propósitos em termos de objetivos de Estado figurou entre os principais fatores de influência no desempenho dos exércitos de conscrição dos grandes conflitos do século XX, tal como foi com a FEB. Forças combatentes com alto grau de motivação apresentam maior índice de coesão e eficácia operacional, para os quais pode contribuir o trabalho de preparação psicológica. Na fase preliminar de conscrição para a FEB, como sugere o poema citado, não se pôs em prática esforço intenso com a finalidade de instruir a tropa de forma a facilitar a compreensão ampla e geral da importância da expedição para o país. O psiquiatra chefe da FEB, Dr. Mirandolino Caldas, em seu relatório publicado ao final da campanha, alertou que, durante entrevistas conduzidas no processo de seleção, havia detectado ignorância em 50% da tropa sobre as razões para o Brasil entrar em guerra.⁹

⁶ CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

⁷ Luiz Paulino Bomfim, por e-mail, maio de 2002.

⁸ Citado em MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

⁹ CALDAS, Mirandolino. **O posto avançado de neuro-psiquiatria da F.E.B.** Rio de Janeiro: Graf. Laemmert, 1950.

Motivar homens para o combate é um dos desafios permanentes da guerra. O estudo de Samuel Stouffer e equipe, publicado em 1949, provou que havia vinculação direta entre as atitudes dos combatentes relacionadas ao moral (*morale*) e seu desempenho posterior em ação. Os depoimentos verbais colhidos entre soldados com experiência de combate, versando sobre sua motivação para lutar, não registravam meramente percepções: havia ligação clara entre as opiniões proferidas e aquilo que os soldados praticavam de fato no campo de batalha. Entretanto, outra das conclusões do estudo de Stouffer apontou para a direção de que as principais razões responsáveis por fazer os soldados continuarem em ação eram extremamente prosaicas: pôr um fim na tarefa; garantir o descanso depois de cumprir a tarefa e solidariedade com o grupo. Só uma parcela mínima atribuiu importância a fatores idealistas como patriotismo e preocupação com os objetivos da guerra, o que não significa que essas motivações fossem irrelevantes, mas apenas que não se integravam aos principais impulsos para a resolução em permanecer combatendo. As pesquisas conduzidas entre soldados do Exército Americano revelaram que, em termos de motivação originada de ideais relacionados com as causas oficiais da guerra, a disposição para lutar era mais forte no que di-

*Forças combatentes
com alto grau de motivação
apresentam maior índice
de coesão e eficácia operacional*

zia respeito ao Japão — em virtude do ataque a Pearl Harbor — e mais débil no que concernia à Alemanha Nazista. Portanto, graças à própria iniciativa japonesa, parte do problema estava resolvida desde a primeira ação de guerra no Teatro de Operações do Pacífico. O que podia ser feito para aumentar o grau de coesão do moral nos contingentes alocados para combater na Europa?¹⁰

Na Campanha da Itália, travada pelos Aliados contra as forças do Eixo entre 1943 e 1945, o empenho em promover a comunhão de ideais foi constante. No Teatro de Operações do Mediterrâneo, combatiam homens provenientes de vinte e sete países diferentes, sob comando anglo-

-americano. Dado relevante do conteúdo das preleções dirigidas para os soldados de ambos os campos beligerantes estava relacionado ao significado da história do território onde se travavam as batalhas. A necessidade de guerrear na Itália levou combatentes de dezenas de nações a tomar contato com a história do país. A quase impossibilidade de viagens internacionais para a maioria da população mundial na década de 1940 foi mitigada pelos milhões de homens e mulheres que, em vista das contingências estratégicas, cruzaram o globo, oceanos e continentes por via aérea, naval e terrestre. Americanos que viviam isolados da Europa e do resto do planeta na década de 1930 adquiriram, durante

¹⁰ STOFFER, Samuel Andrew. et al. **The american soldier: combat and its aftermath**. Nova York: Sicence Editions, 1965.

as constantes travessias por regiões diversas, experiência internacional direta, que só viria a ser novamente viável para grandes quantidades de pessoas na era das viagens transcontinentais em jatos comerciais, por meio do turismo acessível à classe média, já na década de 1980. Entre veteranos da Segunda Guerra, a experiência de combate consolidou-se como fator primordial da recordação e das memórias posteriormente materializadas em livros; contudo, a oportunidade de travar contato com culturas estrangeiras também foi componente do conjunto de vivências compartilhadas pela geração que passou pela guerra. Ter lutado na Segunda Guerra Mundial significava, essencialmente, provação passada além dos limites geográficos do próprio país de origem, apesar do cinismo manifestado em alguns casos após o retorno ao lar, que reduzia os veteranos da Itália à condição de *turistas* ou *fujões do Dia D*.¹¹

Na década de 40, a *Itália Ensolarada* ainda não se havia tornado o paraíso turístico das gerações do pós-guerra, e, na verdade, parte apreciável da península só poderia ser considerada como generosamente banhada pela luz solar em comparação ligeiramente vantajosa com as ilhas britânicas, de onde se originou a falsa idéia de que combater na região equivalia a um passeio. Fato

O significado da cultura italiana transcendia as dezenas de nacionalidades que se embatiam para a libertação do país

é que os órgãos de lazer para soldados puderam aproveitar o passado cultural do país com duplo objetivo: primeiramente, atenuar o cansaço da linha de frente, e, secundariamente, promover, por meio da estrutura de museus, monumentos históricos e obras de arte, um processo de aculturação dos combatentes. Este encontrava sintonia com o propósito de consolidar a coesão dos exércitos Aliados: a própria Itália, por meio de seu patrimônio e do legado cultural Ocidental, era o símbolo da validade e superioridade das motivações para que os soldados se empenhassem de corpo e alma na missão de expulsar os alemães. O significado da cultura italiana transcendia as dezenas de nacionalidades que se embatiam para a libertação do país, unificando-as ao redor de valores em

comum. Associar a Itália ao esforço de guerra dos Aliados era também uma maneira de minorar a sensação de desconforto que muitos soldados do V e VIII Exércitos sentiam ao combater para liberar

tar cidades e a população de uma nação que, afinal, havia sido uma das agressoras no início das hostilidades.¹²

Os serviços de lazer para combatentes empenhados no Teatro de Operações do Mediterrâneo promoveram a noção de que a luta contra o nazi-fascismo equivalia à defesa

¹¹ SCHRIJVERS, Peter. **The crash of ruin:** American combat soldiers in Europe during World War II. New York: New York University Press, 1998.

¹² COLES, Henry Lewis; WEINBERG, Albert Katz. **Civil affairs:** soldiers become governors. Washington, D.C.: Office of the Chief of Military History, 1962.

da Civilização Ocidental, a partir do emprego do passado histórico da península italiana. Subjacente às tentativas de mobilização das opiniões e crenças dos combatentes encontrava-se a condução de uma campanha de operações psicológicas, cujas emissões eram voltadas tanto para o "público interno" quanto para a população civil e os inimigos.

Além de fomentar uma causa em comum entre os combatentes das várias nações Aliadas, o efeito do material de propaganda psicológica extra-

polou a duração da guerra, reiterando a ideia preexistente do Brasil como componente da comunidade Ocidental. Interessamos menos aferir a

eficácia das campanhas psicológicas como fator de motivação para o combate do que entender sua permanência no senso de pertença cultural dos indivíduos expostos aos vários esforços de validação das razões da guerra.

A ideia dos "corações e mentes" como parte do campo de batalha moderno só se difundiu durante o processo de descolonização após a Segunda Guerra Mundial. Os estrategistas da contrainsurgência, dependentes do apoio da população para a conquista da vitória, aperceberam-se da necessidade de garantir a adesão dos civis das áreas afetadas em conflitos como os da Argélia e da Malásia, como meio de alienar os insurgentes, tornando-os carentes da estrutura de refúgio e logís-

tica proporcionada pela intimidade de convívio em bairros e pequenos vilarejos. Mas, antes de se tornarem notórias como recurso intrínseco à Guerra Fria, as campanhas psicológicas já haviam cumprido seu papel durante a Segunda Guerra.¹³

Os empenhos britânicos em garantir a solidez moral dos países Aliados são menos estudados do que os engenhos da mobilização cultural americana. Entre 1941 e 1945, o OCIAA (*Office of the Chief of Inter American Affairs*)

produziu a revista *Em Guarda - Para a Defesa das Américas*. Bem editorada e inteiramente em cores, a publicação foi impressa em tal quan-

tidade que até hoje, setenta anos após o embarque da FEB, ainda pode ser encontrada com facilidade em sebos.

Neptuno era um folheto de propaganda britânico, também redigido em português e distribuído gratuitamente no Brasil. Apesar de não ser tão conhecido como a *Em Guarda*, o *Neptuno* apresentava teor semelhante. Em 1943, Muniz de Aragão, então embaixador em Londres, colaborou com o *Neptuno* por meio de um artigo em que celebrava um ano do envolvimento brasileiro no conflito:

como na guerra passada, saberemos lutar ao lado das Nações Unidas pela vitória absoluta que virá assegurar a liberdade dos povos, de acordo com a Carta do Atlântico, e trazer a paz ao mundo.¹⁴

*O efeito do material
de propaganda psicológica
extrapolou a duração da guerra*

¹³ NAGL, John A. *Learning to eat soup with a knife*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

¹⁴ Muniz de Aragão. "Brasil, a Contribuição de Um Ano", In: *Neptuno*, P. No. 45, 1943. p. 8

Aragão fazia menção a outro momento histórico em que o Brasil cumpria sua aspiração de pertencer ao mundo civilizado: a Primeira Guerra, após o armistício de 1918, foi comemorada como *The Great War for Human Civilization*. Embora o Brasil não tivesse grandes ambições estratégicas ao se juntar ao esforço Aliado em 1917, pôs em prática seu anseio de se representar como um dos participantes da titânica contenda entre o mundo da *Zivilisation* e o da *Kultur*.

A importância dessa estreita afinidade entre o Brasil e o Ocidente se encaixa na ideia de cultura estratégica, segundo definida por Colin S. Gray: a cultura é uma das dimensões da estratégia, o contexto que influencia e provê de sentido as várias escolhas que direcionam o rumo político de uma comunidade. Para Gray, “em outras palavras, a cultura são os ideais, e evidência das idéias, e seu comportamento”.¹⁵ A interpretação de um processo de elaboração de estratégia por meio da evidência cultural não se presta a funcionar como uma “chave” apta a desvendar os próximos passos de um ator político. Analisar a cultura produz dados úteis que auxiliam a avaliar as decisões adotadas de maneira conjugada com outros fatores: a história, a geografia, a demografia, a capacidade industrial, a ética. A cultura estratégica ajuda a explicar o comportamento político com base na experiência nacional e

os valores cultivados por uma comunidade. Ela, de forma alguma, possui valor preditivo, mas é útil para estabelecer correlações entre idéias e ação.

Razões para lutar: o Berço da Civilização Ocidental como teatro de operações

Evidentemente, o significado de *Civilização Ocidental* é também material para análise. Aliados e o Eixo puderam se servir

do legado do passado como componente motivacional da guerra psicológica. O material básico para tal esforço era o mesmo, embora fosse utilizado de modo ambíguo. Os dois la-

dos beligerantes recorriam ao epíteto de *bárbaros* para rotular a natureza destrutiva do oponente. A aparente similitude na utilização de um mesmo tema para propósitos de convencimento dos corações e mentes obedecia a valores não somente diferentes, mas opostos: a qual Ocidente se reportavam Aliados e nazi-fascistas quando exaltavam a salvaguarda das tradições do mundo greco-romano como um dos objetivos a serem assegurados com a vitória? A situação era bastante parecida com o dilema da Primeira Guerra Mundial: os Aliados pugnavam pela defesa da civilização, o discurso alemão ressaltava a missão de lutar pela proteção da cultura nacional. O choque ocorria entre *Kulture Zivilisation*. Na visão alemã, os bárbaros agora invadiam a Europa para combater

*A cultura estratégica
ajuda a explicar o comportamento
político com base
na experiência nacional*

¹⁵ GRAY, Colin S. *Modern strategy*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 132.

a cultura germânica. Para os Aliados, os novos bárbaros propugnavam a destruição de uma cultura universal e integradora.

Na Wehrmacht, as exortações direcionadas aos combatentes reiteravam idéias de superioridade racial e da necessidade da limpeza étnica nos territórios críticos para a política de *Lebensraum*.¹⁶ Embora os padrões estéticos nazistas sofressem influência da escultura greco-romana, o Terceiro Reich só utilizou a idéia de defesa do Ocidente de forma marginal, destacando a importância da Alemanha como centro de um novo modelo civilizacional para a Europa. Em livro publicado em 1934, Herman Göring exaltava a importância da consolidação do regime nazista na Alemanha como recurso para a proteção do continente europeu. O marechal da *Luftwaffe*, apesar disso, deixa bem clara a concepção que atribuía à garantia da integridade da região: "a Alemanha é e permanece sendo o coração da Europa". O crítico literário Helmut Langenbucher comemorava em 1937 a bem-sucedida extirpação de toda influência alienígena na cultura alemã, e Martin Heidegger exaltava a capacidade do Nacional Socialismo em instigar nova expressão para o "ser europeu". A partir de sua própria imagem, a Alemanha propunha homogeneizar a Europa.

*A invasão anglo-americana
da Itália traria o caudal
de novos hunos, personificados
pelas tropas coloniais*

O historiador da caricatura política Mark Bryant ressaltou a disposição que a propaganda de guerra do regime fascista cumpria ao classificar os soldados Aliados como bárbaros. Em um conhecido pôster de 1940, de autoria de Gino Boccasile, um sargento de feições simiescas abraça-se grotescamente a uma estátua clássica, na qual foi rabiscado o ridículo preço de dois dólares. A invasão anglo-americana da Itália traria assim o caudal de novos hunos, personificados pelas tropas coloniais, indiferentes à tradição cultural local.¹⁷

Apesar das referências ao passado clássico, ao contrário do ideal de Civilização Ocidental proposto pelos Aliados, o nazifascismo renunciava o caráter inclusivo da possibilidade da adoção de valores independente de raça. O regime nazista promoveu culto a um pastiche de "objetos artísticos culturais", "resgatados" de uma Idade Média fantasiada. Ao gosto da estética da SS, cada ariano proclamava sua identidade por meio de rituais de fertilidade assemelhados ao neopaganismo e pela compra de itens de decoração rúnicos inspirados em vestígios arqueológicos das tribos nórdicas.¹⁸ Por sua vez, desde os primeiros anos do regime fascista, Benito Mussolini exacerbava o passado italiano no intuito de promover a idéia de *Romanità*: no entanto, as condições de progresso intelectual e téc-

¹⁶ WETTE, W. *The Wehrmacht*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

¹⁷ BRYANT, Mark. *World War II in cartoons*. Nova York: Gallery Books, 1989.

¹⁸ NS-Kunst und kultur des dritten reichs. Disponível em: <<http://www.ns-kunst.com/>>. Acesso em: 27 out. 2012.

nico derivadas da Roma antiga e retomadas durante o Renascimento cediam lugar para o desenvolvimento do espírito marcial aplicado ao engrandecimento da Nação.¹⁹

Na época da guerra, do ponto de vista dos Aliados, a distinção entre o mundo desejado e o indesejado era bem clara: a Europa sob ocupação nazista era o símbolo máximo daquilo que se devia combater. O presidente Franklin Delano Roosevelt, ao proferir os vários discursos com a temática que inspirou a série *Why We Fight*, de Frank Capra, sobre as razões da luta contra o Eixo, posicionara a *sobrevivência* dos Estados Unidos no topo da lista de prioridades. Era uma diferença essencial. Um lado lutava pela expansão, o outro, para continuar existindo.²⁰

Estamos lutando pela liberdade e contra a escravidão.

Liberdade de expressão,

Liberdade religiosa,

Liberdade contra a carestia,

Liberdade contra o medo.

(...) Poucas pessoas têm uma noção clara do significado da vida para o indivíduo no caso de uma vitória do Eixo.

Deve ser claramente percebido que a nós não é permitido desfrutarmos a sós as Quatro Liberdades. Elas devem ser consolidadas mundialmente — sim, até mesmo na Alemanha, Itália e Japão —, ou elas sempre correrão risco na América.

(...)

Estamos lutando por um Novo Mundo.

Estamos lutando por um mundo mais decente — um mundo livre da força e do militarismo. Estamos lutando não apenas para manter para nós mesmos os ganhos que efetuamos no passado, mas também pelo direito de construir vida nova e melhor “para todas as pessoas e para as gerações futuras”. Estamos lutando pela democracia entre as nações e entre os indivíduos, para uma comunidade mundial dedicada ao livre fluxo do comércio, idéias e cultura.²¹

Os filmes de Capra consagraram-se como símbolo da motivação americana para intervir na guerra europeia, em tempos que o isolacionismo ainda exercia seu peso no debate político americano. Para muitos soldados e parte considerável de civis dos Estados Unidos, a situação na Europa era uma repetição do mesmo de sempre: “o Velho Continente está novamente arrumando problemas, e cabe à América resolvê-los”²². Entretanto, convencer a população americana e os homens em idade militar que ainda não haviam ingressado em algum dos Serviços era apenas uma parte do problema. O desdobramento dessa questão lapidar implicava prover de continuidade o argumento da defesa de um modelo civilizacional: não bastava combater, era preciso *acreditar* nas razões da guerra. Dado o alto grau de desgaste psicológico e físico dos combatentes empregados no *front* italiano,

¹⁹ GRIFFIN, R. (Ed.). *Fascism*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

²⁰ [Discurso radiofônico de FDR, 23 de fevereiro de 1942]. Disponível em: <<http://bl-libg-doghill.ads.iu.edu/gpd-web/historical/gimmpi/gimmpii.pdf>>. Acesso em 28 out. 2012.

²¹ [Presidente Roosevelt, Mensagem Anual ao Congresso, 6 de janeiro de 1942]. Disponível em: <<http://bl-libg-doghill.ads.iu.edu/gpd-web/historical/gimmpi/gimmpii.pdf>>. Acesso em 28 out. 2012.

²² STOUFFER, Samuel Andrew. et al. *The American soldier: adjustment during army life*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1949.

a necessidade de recuperar e manter os padrões de desempenho dos homens momentaneamente retirados das posições de combate era uma das prioridades do comando Aliado. Parte da tarefa foi cumprida pela *Fine Arts and Monuments Sub-Commission*, subordinada à *Allied Control Commission* — órgão, por sua vez, criado sob a égide do *Allied Military Government*.²³

O AFHQ (*Allied Forces Headquarters, Italy*) continha uma subdivisão de guerra psicológica, o *Psychological Warfare Branch* (PWB). Este comando recebeu o empenho de produzir uma série de cartilhas, impressas no teatro de operações e distribuídas pela *Fine Arts and Monuments Subcommission* aos combatentes em seus períodos de des-

canso nas cidades da retaguarda. Como várias cidades italianas historicamente relevantes encontravam-se além da Linha Gótica, o foco das operações psicológicas na península foram Roma e Florença, populares destinos de repouso dos soldados em suas folgas de sete ou oito dias nas áreas de descanso.²⁴

A autoria dos guias de visita ficou a cargo do major De Wald, diretor da subcomissão. No prefácio ao guia dedicado a Roma (*Soldier's Guide to Rome*) o marechal Alexander, comandante supremo Aliado na

Itália, alertava que o autor era um perito no assunto da história da Cidade Eterna. Alexander destacava a importância de Roma como a primeira capital europeia a ser libertada pelos exércitos Aliados, e sua condição de berço da civilização. O texto de Alexander ressaltava a importância da cidade como “herança de toda civilização, e não apenas da Itália”.²⁵

Além do guia elaborado pela *Fine Arts and Monuments Subcommission*, dois outros guias para a cidade de Roma foram localizados, com nomes quase idênticos: outro *A Soldier's Guide... Rome*, feito pela *Information and Education Section* do QG do MTOUSA; e o *A Soldier's Guide to Rome*, da *Morale Services Section*, HQ, SOS, NATOUSA.

O guia para Roma da *Information and Education Section* conjugava a visita com

os vários centros de apoio a soldados existentes na cidade, como os *Rest Centers* e a Cruz Vermelha. Embora o foco fossem os museus, igrejas, Fórum Romano e ruínas, extensa lista de clubes militares, centros recreativos e restaurantes ocupava as páginas finais do opúsculo.²⁶

A Soldier's Guide to Rome publicado pela *Morale Services Section*, começava suas páginas reputando importância à oportunidade que o soldado Aliado tinha de “absorver a cultura e a antiguidade da Cidade Eterna. *Aproveite-as ao máximo*.”²⁷ O texto continuava

*Convencer a população
americana e os homens em
idade militar era apenas
uma parte do problema*

²³ The Medical Department in the Mediterranean and Minor Theaters.

²⁴ CRUZ, Vicente Pedrosa da. **Os caminhos de um pracinha**. São Paulo: Edição do autor, 2009.

²⁵ *Soldier's Guide to Rome*. Itália: Allied Control Commission, 1944.

²⁶ *A Soldier's Guide... Rome*. Itália: Information and Education Section, Hq., MTOUSA, 1944.

²⁷ *A Soldier's Guide to Rome*. Itália: Morale Services Section, HQ, SOS, NATOUSA. No original, “Make the most of them”. Itálico deste autor.

exaltando a grandeza da cidade:

Ao se mencionar o nome de Roma, quais pensamentos não são suscitados na mente de cada homem. Talvez histórias de Enéas ou de Rômulo venham à mente, talvez lições meio esquecidas sobre Brutus esfaqueando César[...] Em nenhum momento, nem mesmo quando os italianos estavam entre nossos inimigos, se podia pensar em Roma como pertencente ao inimigo, pois Roma é mais do que uma cidade italiana, ela pertence ao mundo por causa de sua herança em comum.

Já o *A Soldier's Outline of Italian History*, de responsabilidade da *Information and Education Section*, asseverava que “os soldados americanos lutando na Itália lembram-nos em todo momento que outros homens lutaram por esta terra por cerca de três mil anos”.²⁸

Referências ao passado militar clássico pontuaram e serviram de paralelo para vários episódios da campanha da Itália: ao proferir declaração sobre a conquista de Roma por seus homens, o general Mark Clark, então comandante do V Exército em junho de 1944, enfatizou o feito da tropa no impresso *Road to Rome*: “vocês conseguiram fazer aquilo em que as forças de Aníbal,

o cartaginês, falharam. Vocês capturaram Roma pelo Sul.” O mesmo livreto publicado pelo V Exército comemorando a conquista da capital italiana afirmava que os soldados Aliados “libertaram uma cidade que não pertence a uma só nação, mas ao mundo” e que “a cidade foi arrancada das mãos do Eixo e devolvida a uma civilização que a celebra”.²⁹

O guia para visitas à cidade de Florença foi produzido pela *Morale Services Section* conjuntamente com a *Subcommission for Monuments and Fine Arts*.³⁰ No lugar de destacar passatempos triviais, como cantinas para soldados, a publicação é um pequeno manual de história da arte, nar-

rando e analisando a prevalência cultural da cidade desde o Renascimento e indicando museus, palácios e galerias contendo as obras mais relevantes. O patrimônio florentino era reconhecido

*O patrimônio florentino era
reconhecido por ambos
os lados beligerantes,
uma vez que a cidade foi
poupada da destruição da guerra*

por ambos os lados beligerantes, uma vez que a cidade foi poupada da destruição da guerra, quando os alemães se limitaram a destruir as pontes mais novas, inviabilizar o acesso à *Ponte Vecchio* e retrain para a cadeia defensiva da Linha Gótica ao norte da localidade, em vez de prepará-la para o combate urbano.

²⁸ *A Soldier's Outline of Italian History*. Itália: Information and Education Section, MTOUSA, 1945.

²⁹ V Exército. *Road to Rome*. Itália: 1944.

³⁰ *A Soldier's Guide to Florence*. Itália: Morale Services Section, HQ, SOS, NATOUSA; The Subcommission for Monuments and Fine Arts, Allied Control Commission, 1944.

Guerra psicológica e a motivação para o combate na FEB

Combater na Itália e conquistar território equivalia, portanto, a expurgar a mácula nazifascista da matriz que originara a essência civilizacional agora incorporada pelas forças Aliadas. Como integrantes do V Exército, os expedicionários da FEB estavam igualmente expostos ao conteúdo das operações psicológicas conduzidas pela Subcomissão. O empenho diplomático dos Estados Unidos na década anterior já produzira efeitos no sentido de incentivar a noção do Brasil como integrante da comunidade de nações do continente americano. A *Notícia Histórica* divisionária, publicada na Itália ao fim das hostilidades, assinalava a importância dos compromissos continentais como fator que influenciara a decisão de participar diretamente da guerra. O país "não podia ficar indiferente às agressões do Eixo, principalmente a uma nação americana".³¹

De que maneira a produção propagandística Aliada obteve sucesso em nutrir a crença do Brasil inserido em uma identidade cultural mais ampla?

Em toda a história do Exército Brasileiro, a FEB certamente contou com o contingente mais bem instruído. Além de alto nível de alfabetização, entre os convocados havia quantidades de soldados rasos e graduados com formação técnica e superior que era desproporcional em relação

à média da população nacional. Tratava-se de consequência da vasta amplitude de especialidades demandadas pela organização de uma divisão de Infantaria moderna, que se estendiam desde qualificações em meteorologia até enfermeiros altamente capacitados. O apurado grau de instrução da tropa expedicionária devia-se também às parcelas de oficiais R2 incorporados, (estudantes e profissionais liberais convocados como tenentes). Igualmente importantes nos escalões superiores que formaram a FEB foram os oficiais da ativa do Exército, dentre os quais alguns nomes que logo após o término da guerra viriam a protagonizar a criação da Escola Superior de Guerra.³²

Combatentes brasileiros egressos do *front* e premiados com o cobiçado descanso na retaguarda puderam desfrutar a inserção no ambiente proporcionado pelo sistema de recreio do V Exército Americano. Leonércio Soares, veterano da 2ª Companhia de Fuzileiros do 11º Regimento de Infantaria, escreveu em seu *Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira* sobre a epopeia do cabo Valério, veterano de sua companhia favorecido com a visita à cidade:

Roma é Roma, empolga e deslumbra todo aquele que, pela primeira vez, a vê e alguma coisa sabe de sua imensa história. Roma, a que nasceu poderosa e cosmopolita — orgulhosa metrópole das metrópoles de todos os latinos e cristãos. Roma, fascinante e acolhedora, onde nenhum peregrino se sente estrangeiro.³³

³¹ Seção Especial do Comando. *Força Expedicionária Brasileira. Notícia Histórica*. Itália: MTOUSA, 1945.

³² FERRAZ, Francisco César Alves. *À sombra dos carvalhos: Escola Superior de Guerra e política no Brasil, 1948-1955*. Londrina: Editora, UEL, 1997.

³³ SOARES, Leonércio. *Verdades e vergonhas da Força Expedicionária Brasileira*. Curitiba: L. Soares, 1985, p. 276.

De antemão, a Itália já possuía significado especial para a tropa da FEB, desde o mais humilde cabo fuzileiro ao oficial superior com complexas atribuições no estado-maior divisionário. Ao chegar ao Quartel-General em Roma, o grupo de brasileiros da narrativa de Soares foi recebido por um oficial de relações públicas, que lhes recomendou aproveitar

da melhor maneira possível estes sete dias em que são hóspedes do Estado-Maior Americano. Divirtam-se. Esqueçam a guerra. De nossa parte, faremos tudo para que isso ocorra. Aqui vocês dispõem, gratuitamente, de tudo que consta nas instruções que receberam. Nada lhes faltará. Mas, se preferirem outras coisas, Roma está aí à disposição de vocês. Escolham aonde ir. É boa sorte!⁵⁴

Como hóspede especial do comando americano, Valério e um grupo de companheiros de várias nacionalidades gozaram do privilégio de passar uma semana repousando e recebendo os pequenos mimos e regalias que tanto significavam para quem era retirado das trincheiras por um punhado de dias. Soares atribuiu relação especial que os brasileiros teriam com a cidade por duas razões: latinidade e cristianismo. Não era só isso: o veterano brasileiro mencionou igualmente a afortunada presença do "sisudo e circunspecto primeiro-sargento Rui" no grupo. Pertencente ao Regimento Sam-

paio, sua presença era uma gratificação extra, pois Soares qualificou Rui como "versado em história romana".⁵⁵ Valério então se encantou, num "retrocesso no tempo", ao visitar Fórum, Coliseu e as galerias e obras de arte do Vaticano, com dedicada narração do sargento Rui.

Outro dos brasileiros merecedor da viagem a Roma foi o sargento José Alves da Silva, de Santa Catarina. Os combatentes engajados no V Exército Americano eram dirigidos para o Foro Mussolini, local onde se estabeleceu o *Rest Camp*: "chegando ao 'Rest Camp', do outro lado do Tibre, perto do Jardim Zoológico, ficamos deslumbrados porque ultrapassava em muito tudo o que se pudesse imaginar".⁵⁶

Evidentemente, as seduições de Roma não afetavam da mesma maneira todos brasileiros exaustos pelo *front*: o acadêmico de Direito Joaquim Xavier da Silveira pouco escreveu sobre as maravilhas da civilização clássica em seu livro de memórias, registrando, em vez, sua felicidade por poder se embriagar e dançar alegremente na arena do Coliseu.⁵⁷ Após folgar em Roma, o segundo-tenente Joaquim Urias de Carvalho Alencar, da 4ª Companhia do Regimento Sampaio, escreveu que a formação cristã de todos fazia com que os interesses de visitação convergissem para os monumentos religiosos.⁵⁸

Nas memórias publicadas por veteranos brasileiros, o sentido de afinidade civilizacional é a orientação religiosa, sobreposta

⁵⁴ SOARES, op. cit., p. 278.

⁵⁵ SOARES, op. cit., p. 278.

⁵⁶ SILVA, José Alves. **A saga de um catarina na FEB**. Florianópolis: Edição do Autor, 2001. O Rest Camp de Roma foi montado pelo Exército Americano em um complexo esportivo construído na era fascista. Atualmente, encontra-se convertido em albergue da juventude, e oferece aos mochileiros internacionais as mesmas instalações onde descansaram milhares de veteranos da linha de frente entre 1944 e 1945.

⁵⁷ SILVEIRA, Joaquim Xavier. **Cruzes brancas**: diário de um pracinha. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1963.

⁵⁸ ALENCAR, J.U.C. **Com um pelotão na FEB**. João Pessoa: Edição do Autor, 1993.

a motivações de outra ordem. O major médico Alípio Corrêa Neto, que no pós-guerra seria reitor da Universidade de São Paulo, também destacou sua reverência a Roma como origem de sua crença:

af se firmou a sede do cristianismo a dominar espiritualmente grande parte da humanidade. Não é sem emoção, e profundamente respeitosa, que pisamos este solo, que se pode considerar sagrado para quem cultiva a inteligência e mais vive pelo espírito.³⁹

Porém, não havia contradição entre a peregrinação e a imersão na cultura italiana: para Ubirajara Dolácio Mendes, da 8ª Companhia de Fuzileiros do 6º Regimento de Infantaria,

nossa visita a Roma revestiu-se de um caráter quase que essencialmente religioso, pois que andamos de igreja em igreja. Não obstante, quero crer que nada perdemos com isso porque, como relatei páginas atrás, os maiores tesouros de arte acumulada estão represados nas igrejas italianas [...] Visitamos o museu de arte. As pinturas são maravilhosas. Vi os originais de muitas obras-primas, que eu só conhecia por figuras, em livros.⁴⁰

A Itália como referência cultural

Cientes das necessidades de progresso do Brasil, os soldados da FEB agora travavam contato com duas culturas: a dos Estados

Unidos, representada pela pujança técnico-material, e a italiana, símbolo das tradições das ciências e das Belas-Artes. O sargento Alcides Conejeiro Peres, do interior do estado de São Paulo, mencionou ter visitado Pisa movido pelo entusiasmo sobre a descoberta de Galilei: "estivemos em Pisa, eu e Bucker. [...] Bucker me mostrou o candelabro que, segundo se crê, Galilei observara e chegara à conclusão de que o mundo se move".⁴¹

Alguns oficiais expedicionários partilhavam de extenso conhecimento do passado do Mediterrâneo, como o general Francisco de Paula Cidade. Historiador, Cidade deteve esmerada atenção sobre os vários locais pelos quais passou ao longo de seu itinerário na Itália, publicando ao final do conflito um livro que combina narrativa histórica com suas impressões de veterano daquele teatro de operações. Para o general, a guerra não conseguiu erradicar o arcabouço sobre o qual havia sido construído o edifício cultural italiano:

cimentada por dois mil anos de vida intelectual, a cultura italiana floresce hoje entre os escombros da guerra. Feridas que ainda sangram, necessidades imediatas e mesmo elementares não satisfeitas e o espectro da fome a bater-lhe à porta não impedem que o povo italiano leia, estude, medite.⁴²

O conhecimento sobre a história da península italiana, demonstrado em vários escritos de veteranos brasileiros publicadas

³⁹ CORRÊA NETO, Alípio. *Notas de um expedicionário médico*. São Paulo: ALMED, 1983.

⁴⁰ MENDES, U.D. *Brasileiros na guerra*. São Paulo: Edição do Autor, 1998.

⁴¹ PERES, Alcides Conejeiro. *As agruras de um recruta da usina miranda*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, [19--?].

⁴² CIDADE, F. P. *Nápoles e... um pouco mais*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1946.

logo após a guerra, deixa evidente que, em vez de mero produto do contato com o esforço de guerra Aliado, a valorização do passado clássico era um dado formativo da parcela mais culta da população brasileira, esta bem representada na FEB, dados os rigorosos padrões de seleção militar, o voluntariado de estudantes e acadêmicos e o universo cultural do oficialato profissional. O Ocidente era entendido como a comunidade cultural à qual o Brasil pertencia.⁴³

Esta aspiração foi fortemente sedimentada com a ativa cooperação no esforço de guerra Aliado. O Brasil seria a ponta de lança do Ocidente no Hemisfério Sul. Suas instituições, hábitos, valores e desenvolvimento social deveriam seguir tal modelo para propiciar o almejado processo de modernização nacional, como parceiro das grandes potências do Hemisfério Norte.

Na Guerra Fria

Os itinerários pelos quais fluíam os produtos do que A.P. Tota chamou de “fábrica de ideologias” eram vários. Oficiais brasileiros estagiaram nos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, e, durante o conflito, o birô dos Assuntos Interamericanos (o já citado OCIAA) foi peça essencial para o estabelecimento de boas relações entre os países das Américas e o governo americano.⁴⁴

Mas, se alguma consequência política pode ser extraída dessa fase de aproximação, ela se limitou à adoção do modelo americano, em outras palavras, *uma* das opções de desenvolvimento oferecidas pelo arcabouço Ocidental. Tratava-se de um modelo que essencialmente não se desviava da noção mais ampla e principal de desenvolvimento orientado pela democracia e pelo capitalismo.

Em 1960, o tenente-coronel Meira Mattos avaliava os valores tradicionais que aninhavam “as quatro sementeiras de nossa formação histórico-cultural: latinidade, lusitanismo, cristianismo e democracia representativa”.⁴⁵

E assim deveria permanecer o Brasil, no intuito de alcançar seus objetivos nacionais:

Essa síntese nos conduz, inelutavelmente, para o lado ocidental. Procurar fora do mundo ocidental uma linha de destinação política para nossa nacionalidade seria, para nós, o rompimento violento com as origens étnicas, religiosas, culturais e sentimentais. Não resta dúvida, portanto, de que somos ocidentais por imperativo de nossa gênese política e pela força incoercível de nossas aspirações espirituais.⁴⁶

Ao discursar para os recém-empossados diplomatas no Itamaraty em 1964, o presidente Castello Branco enfatizou tal preferência: “no caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental”.⁴⁷

⁴³ MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados**: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua Livros, 2010.

⁴⁴ TOTA, op. cit.

⁴⁵ MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**: volume I. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 56.

⁴⁶ MATTOS, op. cit.

⁴⁷ CASTELLO BRANCO, H. A. **Discursos**. Rio de Janeiro: Secretaria de Imprensa, 1964, p. 110.

O general Golbery do Couto e Silva, em *Geopolítica do Brasil*, avalizou a posição do Brasil como integrante da comunidade cultural do Ocidente:

o Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o Mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem o seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia”.⁴⁸

Castello Branco e Golbery pronunciavam-se não somente ecoando o alinhamento brasileiro contextualizado pelo momento político internacional, mas, acima de tudo, por suas crenças pessoais, fortemente arraigadas em sua geração e endossadas pela tradição que buscava amoldar o país à civilização Ocidental. Obviamente, esse senso de fidelidade não implicava acatar imediatamente quaisquer imposições das grandes potências. Castello Branco estava realmente preocupado em assegurar que o melhor rumo a orientar as decisões de amplitude nacional residia no arcabouço cultural e institucional do Ocidente:

Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto, nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de quaisquer das grandes potências — nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que, na política externa destas, é necessário distinguir os interesses básicos da preservação do sistema ocidental dos interesses

específicos de uma grande potência”.⁴⁹

Ainda em *Geopolítica do Brasil*, Golbery lembrava os “tantos e tradicionais laços de interesses” entre o país e os Estados Unidos, que uniam ambos “em defesa, ao mesmo tempo, da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica”.⁵⁰

Conclusão

Se os motivos que levaram o Brasil a enviar tropa expedicionária para combater no exterior permaneciam nebulosos na fase organizacional do contingente, ao ombrearem com os exércitos Aliados no berço do Ocidente, parte significativa dos militares brasileiros — tanto os de carreira quanto os convocados e voluntários — teve sua atenção despertada para razões mais profundas que a certificaram da importância da luta em que tomava parte. A cultura foi matéria-prima para a construção da estratégia.

O esforço propagandístico e psicológico Aliado, empreendido na Campanha da Itália, robusteceu tal crença. Mas, de forma alguma, o empenho das comissões de motivação de combatentes foi responsável por gerar expectativas dissociadas de um senso de pertença cultural e civilizacional já pré-existente na população brasileira. A guerra endossou a afinidade cultural e estratégica que orientou o país pela maior parte do século XX. Durante uma fase crítica da Guerra Fria, o posicionamento nacional apenas aprofundou uma bem estabelecida tradição do pensamento conservador brasileiro, manifestado em sua cultura estratégica posta em ação. ☉

⁴⁸ SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967, p. 170.

⁴⁹ CASTELLO BRANCO, op. cit.

⁵⁰ SILVA, op. cit., p. 52.

Referências e fontes

Livros

- ALENCAR, J.U.C. **Com um pelotão na FEB**. João Pessoa: Edição do Autor, 1993.
- BRYANT, Mark. **World War II in cartoons**. Nova York: Gallery Books, 1989.
- CALDAS, Mirandolino. **O posto avançado de neuro-psiquiatria da FEB**. Rio de Janeiro: Graf. Laemmert, 1950.
- CASTELLO BRANCO, H. A. **Discursos**. Rio de Janeiro: Secretaria de Imprensa, 1964.
- CIDADE, F. P. **Nápoles e... um pouco mais**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1946.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- COLES, Harry Lewis; WEINBERG, Albert Katz. **Civil affairs: soldiers become governors**. Washington, D.C.: Office of the Chief of Military History, 1962.
- CORRÊA NETTO, Alípio. **Notas de um expedicionário médico**. São Paulo: ALMED, 1983.
- CRUZ, Vicente Pedroso da. **Os caminhos de um pracinha**. São Paulo: Edição do autor, 2009.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **À sombra dos carvalhos: Escola Superior de Guerra e política no Brasil, 1948-1955**. Londrina: UEL, 1997.
- GRAY, Colin S. **Modern strategy**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- GRIFFIN, R. (Ed.) **Fascism**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- KRAMER, Alan. **Dynamic of destruction: culture and mass killing in the First World War**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- LAMB, Richard. **War in Italy, 1943-1945: a brutal story**. Nova York: Da Capo, 1993.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica: volume I**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.
- MCCANN, Frank D. **A nação armada: ensaios sobre a história do exército brasileiro**. Recife: Guararapes, 1982.
- MENDES, U. D. **Brasileiros na guerra**. São Paulo: Edição do Autor, 1998.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: IPE, 1947.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NAGL, John A. **Learning to eat soup with a knife**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

PERES, Alcides Conejeiro. **As agruras de um recruta da usina miranda**. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, [19--?].

SCHRIJVERS, Peter. **The crash of ruin: American combat soldiers in Europe during World War II**. New York: New York University Press, 1998.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

SILVA, José Alves da. **A saga de um catarina na FEB**. Florianópolis: Edição do Autor, 2001.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **Cruzes brancas: diário de um pracinha**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1963.

SOARES, Leonércio. **Verdades e vergonhas da Força Expedicionária Brasileira**. Curitiba: L. Soares, 1985.

STARR, Chester G. **From Salerno to the Alps**. Washington: Infantry Journal Press, 1948.

STOUFFER, Samuel Andrew, et al. **The American soldier: adjustment during Army life**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1949.

_____. **The American soldier: combat and its aftermath**. Nova York: Science Editions, 1965.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WETTE, W. **The Wehrmacht**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

Documentos

Castello Branco, H.A. *Discursos*. Rio de Janeiro: Secretaria de Imprensa, 1964.

Exemplares originais no arquivo pessoal do autor:

A Soldier's Guide to Florence. Morale Services Section, HQ, SOS, NATOUSA; Subcommittee for Monuments and Fine Arts. Allied Control Commission. Itália: 1944.

A Soldier's Guide to Rome. Itália: Morale Services Section, H.Q., SOS, NATOUSA, 1944.

A Soldier's Guide... Rome. Itália: Information and Education Section, Hq., MTOUSA, 1944.

Soldiers Guide to Rome. Itália: Psychological Warfare Branch; Allied Control Commision, 1944.

A Soldier's Outline of Italian History. Itália: Information and Education Section, MTOUSA, 1945.

Força Expedicionária Brasileira. Notícia Histórica. Itália: Seção Especial do Comando, MTOUSA, 1945.

Neptuno, P. No. 45, 1943.

Road to Rome. V Exército, Itália: 1944.

Internet

[Discurso radiofônico de FDR, 23 de fevereiro de 1942]. Disponível em: <<http://bl-libg-doghill.ads.iu.edu/gpd-web/historical/gimmpi/gimmpii.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2012.

[Presidente Roosevelt, Mensagem Anual ao Congresso, 6 de janeiro de 1942]. Disponível em:

<<http://bl-libg-doghill.ads.iu.edu/gpd-web/historical/gimmpi/gimmpii.pdf>>. Acesso em 28 out. 2012.

NS-KUNST und kultur des dritten reiches. Disponível em: <<http://www.ns-kunst.com/>>. Acesso em: 27 out. 2012.

Entrevista

Luiz Paulino Bomfim.

A Inteligência Logística aplicada na Amazônia Ocidental

Guilherme Calls Theophilo Gaspar de Oliveira¹

Francisco Nixon Lopes Frota²

Introdução

O apoio logístico às unidades e subunidades do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental é responsabilidade da 12ª Região Militar (12ª RM) – Região Mendonça Furtado, Grande Comando Territorial subordinado ao Comando Militar da Amazônia e com sede em Manaus.

A 12ª RM tem como propósito executar as seguintes missões:

Manter-se em condições de apoiar o emprego da tropa, em sua área de responsabilidade, no que tange ao planejamento e execução das atividades logísticas e administrativas de suas organizações militares diretamente subordinadas. Planejar, coordenar, executar, integrar e controlar as funções logísticas, a mobilização, o serviço militar, o transporte administrativo, a assistência social e o controle do patrimônio das organizações militares do Comando Militar da Amazônia, nos Estados do AM, RR, RO e AC. Ficar em condições de propiciar a evolução de um Comando Logístico de Operações/Área de Operações, quando ativada a Estrutura Militar de Defesa (BRASIL, 2013a).

Além disso, deve participar do desenvolvimento regional e da defesa civil dessa região e, quando ativada a Estrutura Militar de Guerra, estar em condições de atuar como Centro Logístico do Teatro de Operações Terrestre e como Região Militar do Teatro de Operações, particularmente para atender a estratégia da resistência.

Ademais, em decorrência do valor estratégico da Região Amazônica para o Brasil e o mundo, a execução de uma logística eficaz e efetiva é fator determinante para a presença e a atuação das Forças Armadas, vitais para resguardar a soberania nacional.

Contudo, a Amazônia Ocidental, região fronteira com cinco países e formada pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, caracteriza-se pelos grandes vazios demográficos, pelo afastamento dos grandes centros produtores nacionais, por possuir a maior bacia fluvial e a maior floresta tropical do mundo, pelo clima equatorial, quente e úmido, pela constância de chuvas abundantes ao longo do ano, pelas grandes distâncias entre centros urbanos, pela parca malha rodoviária e pelo número reduzido de fornecedores, dentre outros aspectos.

¹ General de exército. Comandante Militar da Amazônia. Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior de Exército (ECEME).

² Major de Infantaria. Mestre em Ciências Militares pela ECEME.

Isso posto, percebe-se que as inúmeras peculiaridades da Amazônia Ocidental se convertem em sérios óbices à logística, motivando o desenvolvimento de diversos estudos para aprimorar a gestão do fluxo físico do suprimento dos fornecedores aos clientes finais.

Segundo Charles Darwin, as espécies vivas que sobrevivem não são as mais fortes nem as mais inteligentes, são aquelas que conseguem se adaptar e se ajustar às contínuas demandas e desafios do meio ambiente (CHIAVENATO, 2009).

Nesse sentido, no período de 2012 e 2013, o Comando da 12ª RM se conscientizou de que, no mundo moderno,

as organizações que sobrevivem às mutáveis condições ambientais são aquelas que, não somente se ajustam, mas se antecipam proativamente e criam as condições de mudanças que impactam o ambiente e as outras organizações” (CHIAVENATO, 2009).

Com esse propósito, foi adotado um conjunto de competências e habilidades técnicas que têm permitido à 12ª RM responder de maneira mais rápida e eficaz aos desafios logísticos na Amazônia Ocidental. Denominado de Inteligência Logística, esse conjunto foi aplicado como ferramenta de gestão com o intuito de orientar os processos organizacionais e operacionais, direcionando-os para o alcance dos resultados desejados, com as ações a seguir descritas.

O Plano Estratégico Organizacional

O Comando da 12ª RM acredita que planejar é conhecer e entender o contexto; é saber o que se quer e como atingir objetivos; é saber como se prevenir e evitar as ameaças; é calcular os riscos e buscar minimizá-los, evitando a vulnerabilidade; é preparar-se tática e estrategicamente no sentido de rearranjar-se internamente; é ousar em relação às metas propostas e superar-se de maneira continuada e constante para oferecer resultados cada vez melhores (CHIAVENATO, 2009).

De fato, o planejamento estratégico é um processo essencial dentro de qualquer organização, inclusive militar, na medida em

que traça as diretrizes para a definição dos planos de ação que resultarão em vantagens competitivas e sustentabilidade ao longo prazo.

Nesse contexto, o **Plano de Gestão** da 12ª Região Militar foi concebido. Fruto do Planejamento Estratégico Organizacional (PEO), ele foi realizado pelo Estado-Maior do Comando da 12ª RM e veio ao encontro daquilo a que se propõe o **Sistema de Excelência do Exército Brasileiro (SE-EB)**, pois estabelece parâmetros e diretrizes para a melhoria da sua gestão como Grande Comando Territorial, balizando ou orientando a confecção e a execução do plano de gestão do próprio Comando como organização militar, constituído também pelas organizações militares diretamente subordinadas.

*Segundo Charles Darwin,
as espécies que sobrevivem são
aquelas que conseguem se
ajustar às contínuas demandas
do meio ambiente*

As ações e diretrizes de gestão nele inseridas buscam propor “ações concretas”, orientando e priorizando os planos de ação e as ações de comando, com metas tangíveis e escalonadas no tempo, das diversas organizações militares da 12ª RM. Tais planos de ação e ações de comando devem, portanto, ser exequíveis, podendo contemplar qualquer área de atividade, considerar o apoio possível dos escalões superiores e “levar a resultados práticos, objetivos” e mensuráveis por meio de indicadores de desempenho.

Nesse cenário, foi criada a **Seção de Gestão**, com responsabilidade e autoridade para gerenciar e coordenar todos os processos-chave relacionados à estratégia, e o **Escritório de Projetos**, este com o objetivo de assumir diferentes funções relacionadas ao gerenciamento de projetos e portfólios, apoiando o comandante com informações no sentido de auxiliar a execução da estratégia organizacional, permitindo alinhar as iniciativas no sentido de fazer as coisas certas (seleção, categorização e priorização) do jeito certo. Dentre as suas atribuições, destacam-se as seguintes:

- Padronização da metodologia de gerenciamento de projetos.
- Treinamento de gerentes e equipes de projetos.
- Suporte e infraestrutura para as equipes de projetos.
- Apoio aos gerentes de projetos.

*Nesse cenário, foi criada
a Seção de Gestão,
com autoridade para gerenciar
todos os processos-chave*

Os resultados desses esforços voltados para o Planejamento Estratégico Organizacional permitiram que o Comando da 12ª Região Militar recebesse, em outubro de 2012, o **Troféu Destaque em Gestão Pública**, categoria 250 pontos, do **Prêmio Qualidade Amazonas 2012** (PQA 2012), e em setembro de 2013, o **Troféu Prata, Modalidade Gestão**, categoria 500 pontos, do **Prêmio Qualidade Amazonas 2013** (PQA 2013). O PQA é coordenado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) e conduzido pelo Departamento de Assistência à Micro e Pequena Indústria (DAMPI). Essas premiações têm o objetivo de reconhecer organizações públicas e privadas que desempenham suas atividades segundo critérios de excelência em gestão, alcançando resultados significativos nos seus processos internos e apresentando melhorias nos seus serviços e produtos.

Reconhecimentos como esses motivam e fortalecem a crença de que é possível contribuir com a evolução do Exército Brasileiro, consciente da nítida percepção da

necessidade de se transformá-lo da Era Industrial para a Era do Conhecimento.

O diagnóstico contínuo

Nesta segunda década do século XXI, o mundo vive a era da informação. Se no passado, a terra, o trabalho e o capital eram fatores decisivos na produção, atualmente, a riqueza mundial está baseada em conhecimento e informação.

Nesta Sociedade do Conhecimento, as mudanças e as inovações tecnológicas ocorrem em um ritmo mais acelerado, e o valor de produtos e serviços dependem cada vez mais do percentual de inovação, tecnologia e inteligência a eles incorporado.

Nesse ambiente, observa-se o acelerado desenvolvimento dos meios de comunicação, sobretudo da Internet, ocasionando um crescimento exponencial de informações, que resulta em extrema dificuldade sempre que o aumento da quantidade de informações ultrapassa a capacidade de processá-las.

Ademais, as mudanças rápidas, profundas e descontinuas que afetam as pessoas, as organizações e a sociedade em geral são provocadas pela ação de muitos agentes que simultaneamente formam um intenso e caótico campo dinâmico de forças e cujas decorrências são incertas e imprevisíveis (CHIAVENATO, 2009, p. 98).

Segundo Costa (2012, p. 85), conhecer os outros é mais fácil que conhecer a si próprio. Para muitos, o autoconhecimento parece tarefa praticamente impossível. Há mais de 20 séculos, Sócrates afirmou "Conhece-te a ti mesmo".

Sun Tzu deixou a célebre citação:

Conhece o inimigo e conhece-te a ti mesmo; se tiveres cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso. Se ignoras teu inimigo e conheces a ti mesmo, tuas chances de perder e de ganhar serão idênticas. Se ignoras, ao mesmo, tempo teu inimigo e a ti mesmo, só contarás teus combates por tuas derrotas. (SUN TZU, 2002. p. 43)

*Para muitos,
o autoconhecimento
parece tarefa praticamente
impossível*

Com base nessas premissas, o Comando da 12ª Região Militar decidiu por implementar e intensificar os estudos, pesquisas, sistemas e projetos que possibilitem analisar efetivamente os **ambientes**

externo e interno, a fim de se construir um diagnóstico real desse Grande Comando Territorial.

Consciente da relevância da análise sistêmica do ambiente interno da instituição, foi criada a **Sala de Gerenciamento de Sistemas**, a qual tem o objetivo de integrar os inúmeros sistemas do Exército Brasileiro, tais como o SISCOFISWEB³, SERMILWEB⁴, OPUS⁵, SICaPEX⁶, SIGMA⁷, SISPEG-WEB⁸, FICO-TEMP⁹, SIGIR¹⁰, SISCOL¹¹, SISPATR¹², SISCUSTOS¹³, SUCEM¹⁴, dentre outras dezenas,

³ Sistema de Controle Físico on-line.

⁴ Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar on-line.

⁵ Sistema de Controle de Obras do Exército.

⁶ Sistema de Cadastramento de Pessoal do Exército.

⁷ Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

⁸ Sistema de Excelência no Exército Brasileiro.

⁹ Ficha Controle de Temporários do Serviço de Identificação do Exército.

¹⁰ Sistema de Gestão Inteligente de Recursos do Sistema de Pessoal do Exército.

¹¹ Sistema de Contratos e Objetivos Logísticos.

¹² Sistema Gerencial de Acompanhamento e Controle de Materiais.

¹³ Sistema Gerencial de Custos do Exército Brasileiro.

¹⁴ Sistema Único de Controle de Efetivos e Movimentações

dos quais o SILOG é o protagonista. O Sistema Integrado de Informações Logísticas (SILOG) é um programa criado pelo Comando da 12ª RM para realizar a gestão das classes I (alimentação), II (fardamento, mobiliário e material de campanha), III (combustíveis e lubrificantes) e V (armamento e munição) da cadeia de suprimentos de forma simples e amigável, permitindo atualizações diárias e a emissão de relatórios imediatos.

Essa efetiva integração de sistemas facilita sobremaneira a tomada de decisões, pois transforma uma gama de informações isoladas e aparentemente sem significado em conhecimento útil, oportuno e confiável. Com base nesse conhecimento, são identificados os pontos fortes, os pontos fracos e os pontos a melhorar de cada processo e suas relações com outros setores.

Nessa sala, por meio do emprego de Tecnologia da Informação (TI) adequada e de recursos humanos capacitados, podem-se visualizar, em uma única tela, a espacialização de dados estatísticos, gráficos e planilhas com a localização de cada unidade do Exército na Amazônia Ocidental, permitindo o monitoramento, o controle e a coordenação imediata ou no tempo necessário do fluxo da cadeia de suprimento, dentre outros aspectos.

Considerando que “os principais fatores que condicionam a construção do sucesso futuro de uma organização estão mais fora do que dentro dela” (COSTA, 2012, p. 69), o co-

mandante da 12ª Região Militar intensificou as ações da **Seção de Planejamento e Gestão (SPG)** do Escalão Logístico, direcionando-as para o monitoramento do ambiente externo, pois os fatores externos alicerçam e embasam o ambiente interno.

Efetivamente, o ambiente externo, tal qual a temperatura ambiente ou o clima, pode trazer muitas surpresas e intempéries. Certamente, ele

deve orientar o planejamento para tomar providências imediatas quanto ao aproveitamento das oportunidades, ou para evitar as consequências negativas das ameaças” (COSTA, 2012, p. 69).

Assim sendo, dentre as ações voltadas para a análise do ambiente externo adotadas, sobressai-se a realização do **I Simpósio de Logística Interagência da Amazônia Ocidental**, no período de 10 a 14 de junho de 2013, no

auditório da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM). O evento teve por finalidade incentivar a interação do Exército Brasileiro com outras instituições públicas e privadas, na busca de soluções logísticas na

área da Amazônia Ocidental.

Na oportunidade, personalidades civis e militares debateram sobre o assunto. O assessor especial do Exército para o Setor Cibernético e para o Sistema de Vigilância das Fronteiras (SISFRON), general de divisão João Roberto de Oliveira, apresentou o SISFRON; e o chefe do Gabinete de Pla-

*Nessa sala, podem-se visualizar,
em uma única tela,
dados estatístico de cada
unidade do Exército
na Amazônia*

nejoamento e Gestão do Comando Logístico, general de brigada Eduardo Arnaud Cypriano, discorreu sobre o Comando Logístico e a transformação do Exército, apresentando o planeamento e a distribuição de recursos para atender às necessidades logísticas do Exército Brasileiro (BRASIL, 2013e).

Na abertura do simpósio, o comandante da 12ª RM ressaltou a importância da atividade para fomentar a criação de polos de desenvolvimento no interior do Amazonas, a fim de melhorar o apoio logístico na área. Foram realizadas, ainda, palestras sobre os temas *Zona Franca de Manaus*, pelo secretário de Planeamento do Governo do Estado do Amazonas, Sr. Airton Ângelo Claudino, e *Experiências de Logística na Amazônia e na Organização das Nações Unidas (ONU)*, pelo consultor militar da ONU, general Ítalo Fortes Avena (BRASIL, 2013e).

Outrossim, a SPG mantém contínua análise do ambiente externo, participando e monitorando eventos, programas e projetos relacionados com a logística, seja em âmbito regional, nacional ou internacional, a fim de identificar tendências e discontinuidades, oportunidades e ameaças. Dentre outras atribuições, salienta-se o estabelecimento das ligações com o **Escritório de Projetos do Exército (EPEX)**, garantindo o perfeito alinhamento com os projetos estratégicos do Exército Brasileiro.

Os stakeholders prioritários e suas necessidades

Durante a análise do Ambiente Externo do Comando da 12ª Região Militar, foi importante enfatizar o conceito de partes interessadas ou *stakeholders*¹⁵. Esta palavra (*stakeholders* — sustentador, sustentáculo)

é uma extensão, ou uma generalização, do conceito clássico de *shareholder* — acionista, proprietário, dono do negócio.

Stakeholders são o público de interesse, grupos ou indi-

víduos que afetam e são significativamente afetados pelas atividades da organização: clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, distribuidores, imprensa, governo, comunidade, entre outros.¹⁶

Segundo Chiavenato (2009, p. 91), “públicos de interesse são grupos estratégicos que pervagam uma determinada organização”. Cada organização é um sistema que congrega vários públicos de interesse, ou seja, partes interessadas, intervenientes, com os quais estabelece suas relações.

De fato, o sucesso de qualquer empreendimento é função da participação de suas partes interessadas e, por isso, é necessário assegurar que suas expectativas e demandas sejam consideradas pelos gestores, que, de modo geral, envolvem satisfação de necessi-

¹⁵ O termo *stakeholder* foi emprestado do conceito de ganchos firmemente fincados no chão e que servem para sustentar os mastros da barraca.

¹⁶ HARRISON, Jeffrey S. *Administração estratégica de recursos e relacionamentos*. Porto Alegre: Bookman, 2005. P. 31.

dade, compensação financeira ou comportamento ético.

Diante dessas premissas fundamentais, o Comando da 12ª Região Militar elencou um *stakeholder* prioritário, para o qual todas as ações deveriam estar direta ou indiretamente voltadas. Este *stakeholder* prioritário é o **Pelotão Especial de Fronteira (PEF)**.

O PEF é a vanguarda avançada do Exército Brasileiro no Comando Militar da Amazônia (CMA). É uma unidade militar com efetivo variável de 30 a 70 militares, localizados em pontos estratégicos da faixa de fronteira da floresta amazônica. Atualmente, existem 22 PEF na área da 12ª Região Militar. O seu tradicional lema é "Vida, Combate, Trabalho e Proteção" (BRASIL, 2013a).

Esses 22 PEF situados na Amazônia Ocidental enfrentam inúmeros óbices em seus cotidianos em decorrência de vários fatores, sobretudo pelo isolamento e pela falta de infraestrutura de toda ordem, pois estão localizados em áreas inóspitas da selva amazônica brasileira, o que limita substancialmente a operacionalidade dessas unidades. Dentre esses contratempos, cinco temas merecem destaques, quais sejam:

água potável, energia elétrica, telecomunicações, transportes e armazenagem.

Água potável

Considerado por integrantes dos PEF como o problema prioritário a ser resolvido, a inexistência de um sistema que

garanta o fornecimento de água potável de forma efetiva contribui para a disseminação de doenças, ocasionando danos à saúde dos militares e de seus dependentes. Atualmente, os recursos utilizados são a captação de água dos rios, de poços artesianos e da chuva, sempre de forma improvisada.

Energia elétrica

Um dos mais visíveis contratempos evidenciados é a extrema dificuldade em fornecer energia elétrica firme para a totalidade dessas unidades militares. Embora, atualmente, existam três formas de fornecimento desse importante bem de consumo (pela concessionária, por grupos geradores a diesel e por microusinas hidroelétricas), tem sido recorrente a solução de continuidade, o que tem afetado inclusive a segurança daquelas instalações militares e causado desconforto aos que ali

residem. Importante esclarecer que cada PEF utiliza uma ou duas formas de fornecimento de energia elétrica. Todos têm grupos geradores a diesel e, onde não há fornecimento da concessionária regional,

foi construída uma microusina hidroelétrica. Contudo, ainda há um PEF que utiliza, exclusivamente, o grupo gerador.

Além do mais, esses geradores e microusinas apresentam constantes problemas, o que torna inviável sua manutenção e recuperação.

*Durante a análise do
Ambiente Externo foi importante
ênfatar o conceito
de partes interessadas*

Telecomunicações

O terceiro tema a ser ressaltado é a carência de infraestrutura básica de telecomunicações que atenda as necessidades mínimas de coordenação e controle dos escalões superiores e dos habitantes daquelas instalações militares. De fato, estabelecer projetos na Floresta Amazônica tem sido um enorme desafio também para as concessionárias de telecomunicações. Os obstáculos passam não apenas pelas dificuldades de acesso e falta de investimentos, mas também por restrições ambientais de toda ordem.

Transportes

A continuidade do fluxo logístico na Amazônia Ocidental encontra sérios obstáculos, dos quais se destaca o limitado sistema de transportes da região, considerado inadequado e obsoleto, por não ter a capacidade de atender a demanda das organizações militares situadas na faixa de fronteira de forma eficaz, o que vem causando atrasos e encarecimento de produtos, destacadamente para os de Classe I (alimentos).

Observa-se que o modal fluvial é o mais utilizado, tendo em vista a grande quantidade de rios navegáveis. Contudo, com o tempo de percurso considerado muito longo, além das restrições de calado de embarcações, dos regimes dos rios e das condições climáticas, apresenta inú-

meras restrições à Logística Militar.

O modal terrestre, por sua vez, é extremamente limitado em razão da escassez de vias rodoviárias, inexistência de vias ferroviárias e da fraca manutenção das existentes.

Já o modal aéreo tradicional, que apresenta grande vantagem pelo reduzido tempo de deslocamento, caracteriza-se pelo limitado número de localidades com infraestrutura instalada e, sobretudo, pelo elevado custo. Tais aspectos geram grande dependência da 12ª RM do atendimento do Plano de Apoio Aéreo (PAA), realizado pela FAB.

Armazenagem

Todos esses óbices mencionados e outros mais, típicos da área geográfica em que atua a 12ª RM, agravam as dificuldades encontradas na atividade logística. Acrescente-se a isso tudo o fato de que os alimentos, ao darem entrada na 12ª RM, são submetidos a uma cri-

*Estabelecer projetos
na Floresta Amazônica tem
sido um enorme desafio também
para as concessionárias
de telecomunicações*

teriosa inspeção e análise para averiguar se o produto recebido está próprio para o consumo e em consonância com as especificações contidas no edital de licitação. Caso o produto seja reprovado pela análise laboratorial, toda carga é devolvida, e então se aguarda nova remessa, que poderá demorar trinta dias, ou mais. Caso o Órgão Provedor (OP) não tenha um nível de segurança adequado, o fluxo do suprimento poderá ser prejudica-

do, faltando alimento nas organizações militares, inclusive naquelas situadas na faixa de fronteira, e desarticulando o planejamento e a execução otimizada do transporte (BRINGEL, 2012).

Principais projetos

Diante dessas necessidades identificadas (água potável, energia elétrica, telecomunicações, transportes e armazenagem), nasceram os projetos, frutos de um planejamento estratégico e que se destinam a conduzir à conquista de um ou mais objetivos organizacionais, provocando uma mudança, inovação ou transformação.

Segundo PMBOK¹⁷ (Apud BRASIL, 2013b), projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. A sua natureza temporária prevê um início e um término definidos. O término é alcançado quando os objetivos tiverem sido alcançados ou quando se concluir que esses objetivos não serão ou não poderão ser atingidos, ou quando o mesmo não mais for necessário ou compensador. Temporário não significa necessariamente de curta duração. Além disso, geralmente, o termo

temporário não se aplica ao produto, serviço ou resultado criado pelo projeto.

Assim sendo, o resultado (chamado de "entrega", na linguagem de projetos) poderá ser um novo produto de defesa (PRO-DE), um sistema, obras de infraestrutura, um novo processo, aperfeiçoamentos em processos já existentes, um conhecimento (normalmente, expresso em um documento) etc. Para ser projeto, houve a preocupação

de que o produto deva ser único (se for repetitivo, será um processo) e o empreendimento precisa ter início, meio e fim, além de ser mensurável, isto é, necessita dispor de meios e ferramentas

para o controle e acompanhamento de todo o seu desenvolvimento (BRASIL, 2013b).

Nesse contexto, foi determinado pelo comandante da 12ª Região Militar que cada projeto seja o produto do equilíbrio de 3 fatores:

- I - o que cada **interessado** gostaria que dele resultasse;
- II - o que a organização realmente **necessita**; e
- III - do necessário, o que é **viável** naquele momento.

Logo, percebe-se que nem toda necessidade poderá ser satisfeita da forma e

*Os alimentos, ao darem
entrada na 12ª RM,
são submetidos a uma criteriosa
inspeção e análise*

¹⁷ Project Management Body of Knowledge, também conhecido como PMBOK, é um livro que apresenta um conjunto de práticas em gestão de projetos ou gerenciamento de projetos publicado pelo Project Management Institute e constitui a base do conhecimento em gerenciamento de projetos do Project Management Institute (PMI).

no instante desejado e deverá aguardar melhor oportunidade. As informações necessárias à decisão da autoridade, sobre começar ou não o projeto, serão produtos do **Estudo de Viabilidade (EV)**, peça fundamental no processo de iniciação (BRASIL, 2013b).

Com o intuito de perfilar adequadamente com as diretrizes do Comando Militar da Amazônia, foram estabelecidos vetores que enquadram todos os projetos, quais sejam: "Água, Energia, Comunicação e Dignidade" (BRASIL, 2013a).

Resultante desse esforço, foi elaborado o **Portfólio de Projetos Estratégicos da 12ª Região Militar**, que estabelece os eixos norteadores das ações propostas, dos quais se destacam dois: **Eixo IV – Logística, Fiscalização e Operações** e **Eixo V – Modernização das Infraestruturas dos PEF**.

Eixo IV – Logística, Fiscalização e Operações (...) ações voltadas a mitigar as dificuldades das atividades logísticas impostas pelo ambiente amazônico, considerando as prioridades e peculiaridades das áreas estratégicas e hipótese de emprego, a carência estrutural de recursos e meios, os planos de mobilização estabelecidos, a análise dos principais processos logísticos e o aperfeiçoamento de suas atividades básicas, de modo a integrar as informações corporativas das OMDS pertencentes ao Comando da 12ª Região Militar e disponibilizá-las aos escalões enquadrantes. (...) Eixo V – Modernização das Infraestruturas dos PEF: (...) ações voltadas

à ampliação e modernização das frotas terrestres, fluviais e aéreas deste órgão. (BRASIL, 2013f)

A seguir, serão identificados os principais projetos implantados pelo Comando da 12ª Região Militar.

Destaque para a criação do prêmio de qualidade da gestão ambiental, denominado "**Prêmio Região Verde**", com o objetivo

de aperfeiçoar a gestão ambiental na Amazônia Ocidental, incentivando as organizações militares diretamente subordinadas a elaborar e desenvolver projetos sustentáveis e inovadores com foco na

gestão de água, energia e resíduos.

Importante esclarecer que, entre os demais projetos, não mencionados neste artigo, nem todos foram decorrentes do Planejamento Estratégico Organizacional, mas todos visam a atender aos interesses estratégicos da 12ª RM, do Comando Militar da Amazônia, do Exército Brasileiro e do Ministério da Defesa.

Considerações finais

Finda-se este artigo, após muita pesquisa, reflexão e análise, concluindo que, embora o Comando da 12ª Região Militar conviva, diariamente, com uma série de óbices à execução da logística na Amazônia Ocidental, sobretudo, em razão das peculiaridades dessa região, tais como o vazio demográfico, o afastamento dos grandes cen-

*Que nem toda necessidade
poderá ser satisfeita
da forma e no instante
desejado e deverá aguardar
melhor oportunidade*

PROJETO	ESTRATÉGIA
Projeto Suprimento Aéreo	Criação de Organização Militar (OM) de Aviação de Transporte Logístico (Av Trnp Log) capaz de realizar o transporte em favor da 12ª RM.
Projeto Fronteira Abastecida	Aumentar a capacidade de armazenamento do OP e das Bases Logísticas (Ba Log) para atender ao fluxo normal de suprimento e manter estoque de segurança de todas as classes.
Modernização da Frota de Embarcações Logísticas da 12ª RM	Dotar o Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA) de autonomia de navegação para até 5 eixos de navegação simultâneos (Solimões, Negro, Madeira, Juruá, Amazonas).
Ampliar a capacidade operacional da estrutura portuária da guarnição apoiada pela 12ª RM	Melhoria estrutural da infraestrutura portuária dos locais de embarque e desembarque de suprimentos nas guarnições.
Aquisição de Veículos de Transporte Rodoviário	Renovar e ampliar a estrutura do transporte rodoviário para as Gu apoiadas pela 12ª RM.
Estruturação de uma matriz alternativa de energia para os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF)	Aperfeiçoar novos projetos de fornecimento de energia alternativa nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) (solar, eólica e microssinas).
Modernização da infraestrutura de suprimento de água potável para os PEF da Amazônia Ocidental.	Aperfeiçoar novos projetos de fornecimento de água potável nos PEF.
Modernização da infraestrutura de telecomunicações para os PEF da Amazônia Ocidental	Aperfeiçoar novos projetos de telecomunicações nos PEF.

QUADRO 1 - Principais projetos da 12ª Região Militar, no período 2012-2013.

FONTE: BRASIL (2013f)

tros produtores e a escassa infraestrutura logística, mantém ininterrupto esforço na busca da melhoria contínua.

Nos anos de 2012 e 2013, esse esforço ficou notório pela aplicação da Inteligência Logística, definida como o conjunto de competências e habilidades técnicas empregadas como ferramenta de gestão da logística militar com o intuito de orientar os processos organizacionais e operacionais, direcionando-os para o alcance dos resultados desejados e definidos na estratégia do escalão superior. Na prática, o emprego dessa ferramenta corresponde a atividades multifuncionais, ou até mesmo multissetoriais, que agregam conhecimentos e habilidades do capital humano, integrando-os por meio da Tecnologia da Informação em prol de melhores resultados organizacio-

nais e evolução dos processos logísticos.

Entretanto, apesar das análises iniciais do emprego dessa ferramenta apresentarem resultados positivos, gerando uma expectativa extremamente otimista para médio e longo prazo, torna-se prudente e necessário a manutenção

de frequente avaliação de seu emprego e da estratégia adotada, com o propósito de realizar os ajustes e retificações que se fizerem necessárias.

Por fim, evidencia-se que as

ações adotadas pelo Comando da 12ª RM, descritas neste artigo, buscam o aperfeiçoamento contínuo do fluxo logístico no Comando Militar da Amazônia, com ênfase nos PEF, contribuindo fortemente para a defesa nacional e a evolução do Exército Brasileiro, transformando-o da Era Industrial para a Era do Conhecimento. ☺

*O Comando da 12ª Região Militar
mantém ininterrupto esforço
na busca da melhoria contínua*

Referências

BRASIL. Exército. 12ª Região Militar. **A logística na Amazônia ocidental**. Palestra do comandante da 12ª Região Militar, Gen Guilherme Calls Theophilo Gaspar de Oliveira ministrada aos alunos da ECEME em Ago 13. Manaus. 2013a.

_____. Exército. **Minutas das NEGAPEB**. Versão final – Revisada em 16 Abr 13. Escritório de Projetos do Exército. 2013b. Brasília-DF.

_____. Exército. 12ª Região Militar. **Plano de gestão – Comando 12ª Região Militar 2013/2014**. Manaus. 2013c.

_____. Exército. **Homepage da 12ª Região militar**. 2013d. Disponível em: <<http://www.12rm.eb.mil.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Exército. **Homepage do Exército Brasileiro – CCOMSEx**. 2013e. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/feed/-/journal_content/56/16541/3081509?refererPIid=16560#.UhjNIZK1FFA>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Exército. **Portfólio de projetos estratégicos da 12ª Região Militar**. Manaus, 2013f.

BRINGEL, Luiz Alberto Martins. et al. **Da logística da Amzônia ocidental: o suprimento e o transporte**. 12ª Região Militar: Manaus, 2012. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/seminarioamazonia/wp-content/uploads/2010/08/Artigo-Gen-Bringel-Cmt-12-RM.pdf>>, Acesso em: 15/01/2014

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações: da intenção aos resultados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão estratégica: construindo o futuro de sua empresa – Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

HARRISON, Jeffrey S. **Administração estratégica de recursos e relacionamentos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ROCHA, Telma; GOLDSCHMIDT, Andrea (Coord.). **Gestão dos Stakeholders: como gerenciar o relacionamento e a comunicação entre a empresa e seus públicos de interesse**. São Paulo: Saraiva, 2010.

TZU, SUN. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

Biblioteca do Exército

Tradição e Cultura

Em 1881, a Biblioteca do Exército (BIBLIEX) foi criada, tendo-se tornado um importante vetor de difusão cultural na sociedade brasileira, contribuindo para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral. Seu acervo está à disposição do público civil e militar.

Em 1937, iniciou um programa editorial que firmou tradição pela qualidade de suas publicações, as quais são distribuídas aos seus assinantes e também disponibilizadas para vendas avulsas.

Obras literárias de interesse para futuros líderes, formadores de opinião e pessoas que buscam enriquecer sua cultura geral são selecionadas anualmente por um Conselho Editorial, integrado por destacados militares e civis da intelectualidade brasileira.

A BIBLIEX atinge hoje cerca de um milhar de títulos publicados, proporcionando aos leitores, inclusive, reedições de obras há muito esgotadas e procuradas, especialmente no campo da História Militar.

Seja um assinante da BIBLIEX! **Receba livros a preços com desconto**

A Coleção General Benício é constituída de obras de natureza profissional-militar e de cultura geral. Seus livros são disponibilizados para civis e militares mediante assinatura, uma forma de aquisição que oferece ao cliente as seguintes vantagens:

- comodidade de recebimento em seu endereço, por via postal;
- preço com expressivo desconto.

Opções de assinaturas anuais da BIBLIEX

Coleção General Benício - 10 livros	R\$ 240,00
Coleção General Benício - 5 livros (compacta)	R\$ 130,00
Formas de pagamento: • desconto em folha de pagamento p/ militares (Exército, Marinha ou Aeronáutica), em até 12 vezes; • dinheiro (com Guia de Recolhimento da União - GRU); • cheque nominal à Biblioteca do Exército;	

Contatos para assinaturas:

- tel (21) 2519-5715 / 2519-5716 / assinantes@bibliex.ensino.eb.br

Vendas avulsas:

- tel (21) 2519-5732 / vendas@bibliex.ensino.eb.br



Conflitos futuros e a organização do Exército

Marcelo Oliveira Lopes Serrano¹

Há, de certa forma, uma ideia compartilhada por grande parte dos pesquisadores das ciências políticas, e também por militares, segundo a qual os conflitos armados na atualidade teriam assumido uma nova natureza, distinta dos tradicionalmente travados ao longo da História.

Várias teorias e conceitos novos, uns mais, outros menos convincentes, têm sido propostos a fim de tentar explicar essa pretensa nova natureza. Podem ser citados: Revolução em Assuntos Militares, Guerra de Quarta Geração, Guerra Assimétrica, Guerra Híbrida, Guerra no Meio do Povo etc.

Não é o escopo deste artigo especular sobre a natureza, nova ou não, dos conflitos armados atuais. Basta-lhe identificar se há pontos comuns que façam as guerras da atualidade assemelharem-se e que, portanto, apontem uma tendência.

De fato, parece haver uma tendência.

Segundo o SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*), houve quinze conflitos ativos no mundo em 2010². Destes, quatro envolveram disputas territoriais, e onze, disputas pelo governo. Ao longo da última década, os conflitos ativos envolvendo o governo superaram os motivados por

questões territoriais, e, de vinte e nove conflitos ao todo, somente dois se deram entre estados. Vê-se que, mesmo entre os conflitos com motivação territorial, metade deles ocorreu dentro dos estados.

A tendência se apresenta clara: os conflitos da atualidade são, em sua maioria, intraestatais e majoritariamente motivados por disputas pelo poder político local. Ademais, os antigos conceitos de guerra irregular e insurrecional³ parecem ser suficientes para caracterizá-los. Talvez não haja uma nova natureza, mas simplesmente uma probabilidade maior de ocorrência de um tipo de conflito já sobejamente conhecido na História, diferenciado simplesmente pelos meios nele utilizados nos dias de hoje.

A questão pertinente seria, então, não conhecer e conceituar uma possível nova natureza da guerra, mas, sim, perceber quais os fatores que a levam a assumir, na atualidade, a feição irregular/insurrecional; ou, por outro lado, quais as circunstâncias que têm desestimulado, neutralizado ou eliminado a eclosão dos tradicionais conflitos convencionais entre estados.

Essas questões, tratadas sumariamente nestes parágrafos iniciais, compõem o pano

¹ Coronel da reserva do Exército.

² SIPRI Yearbook 2011.

³ Glossário das Forças Armadas.

de fundo contra o qual se destaca o ponto focal deste artigo. O que ressalta de importância, na realidade, é como essas questões influenciam o modo brasileiro de ver e analisar os conflitos modernos e, particularmente no âmbito do Exército, como a Força Terrestre os vem encarando e como deve se preparar para enfrentá-los.

No que concerne a conflitos armados, é ponto pacífico que nós, oficiais do Exército, somos influenciados principalmente, ou quase com exclusividade, por conceitos, ideias, teorias e doutrinas oriundas de fontes norte-americanas tanto civis como militares.

Indiscutivelmente, nos últimos anos, nossas escolas e centros de elaboração de doutrina têm absorvido e tentado ambientar às nossas condições um considerável volume de informações referentes a conceitos e doutrinas desenvolvidos particularmente pelo Exército norte-americano em virtude de suas experiências de guerra recentes no Iraque, no Afeganistão e contra o Terror.

Em função dessa influência atual, real e marcante do envolvimento bélico das Forças Armadas dos EUA, tem grassado entre integrantes do Exército Brasileiro a ideia de que, tendo em vista as tendências dos conflitos atuais, poderíamos nos abster de nos dotarmos de meios pesados e variados de combate, já que, nos conflitos atuais, de ca-

ráter irregular e insurrecional, eles não mais seriam indispensáveis ou necessários.

Além da leitura dos autores que advogam uma nova natureza para as guerras, essa ideia ganhou especial impulso entre nós a partir de uma interpretação incompleta da chamada "Doutrina Rumsfeld"⁴, que traduzia as ideias do então Secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, e que, alterando os planejamentos prévios do Exército norte-americano⁵, foram colocadas em prática na fase inicial da guerra no Iraque. Da "Doutrina Rumsfeld", que se revelou falha no desenrolar insurrecional daquela

guerra, retemos e passamos a enfatizar apenas a ideia parcial de que o emprego de forças leves e aerotransportáveis, com larga utilização de forças especiais, seria a chave para o enfrentamento dos conflitos na atualidade.

Essa questão é de grande relevância para o Exército Brasileiro, pois se refere à preservação futura de sua capacidade de emprego em toda a amplitude do espectro dos conflitos armados — fator fundamental para a defesa da Pátria e para o adequado respaldo militar da autonomia do Brasil na definição de seus objetivos de política externa.

Convém analisar essa questão sob dois enfoques, a fim de se verificar até que ponto forças leves e aerotransportáveis são suficientes para o eficaz enfrentamento dos conflitos futuros:

*A tendência se apresenta clara:
os conflitos da atualidade são,
em sua maioria, intraestatais*

⁴ Formalizada no QuadrennialDefenseReviewReport / 2001. Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/pdfs/qdr2001.pdf>.

⁵ GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. **Iraque: um conflito polêmico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p. 65-66.

- qual é o grau de leveza e de aerotransportabilidade das principais forças que estão em operações de guerra atualmente?
- é certo que a tendência insurrecional dos conflitos atuais prevalecerá no futuro?

O primeiro enfoque é de fácil elucidação, sendo suficiente identificar a natureza das tropas que estão atuando, ou que atuaram recentemente, em operações de contrainsurgência, sendo o Iraque e o Afeganistão os melhores exemplos.

A 4ª Divisão de Infantaria do Exército dos EUA, em operações no norte do Iraque, no curso da Operação "New Dawn"⁶, está composta por quatro brigadas. Três destas compõem-se de um regimento de carros de combate, um batalhão de infantaria, um regimento de cavalaria mecanizado e apoios, incluindo um grupo de artilharia de campanha. A quarta brigada difere-se por possuir, em vez do RCC, mais um batalhão de infantaria. A 25ª Divisão de Infantaria, responsável pelo setor central do Iraque, compõe-se por duas brigadas de infantaria mecanizada (brigadas Stryker) e duas brigadas de infantaria, sendo uma paraquedista.

*No Afeganistão, as tropas
são mais leves do que
no Iraque; com certeza,
devido à natureza do terreno*

Anteriormente, durante quinze meses a partir de abril de 2003, a 1ª Divisão Blindada foi o grande comando responsável pela repressão à crescente violência dos insurgentes na zona central do país, onde se localiza Bagdá. Posteriormente, suas 3ª e 1ª brigadas foram novamente desdobradas no Iraque em 2005 e 2006 respectivamente⁷.

No Afeganistão, há atualmente onze brigadas do Exército norte-americano em operações. Destas, duas são mecanizadas —

uma de infantaria e outra de cavalaria. As demais brigadas são de infantaria, incluindo uma paraquedista e duas de montanha⁸. Nota-se que, no Afeganistão, as tropas

são realmente mais leves do que no Iraque; com certeza, devido à natureza do terreno. No entanto, todas as brigadas de infantaria, sem exceção, estão dotadas de viaturas blindadas leves para prover-lhes adequada proteção, o que também é válido para a infantaria em operações no Iraque⁹. A tendência dessas viaturas blindadas é serem do tipo MRAP (*Mine Resistant Ambush Protected*), que, como o nome indica, fornecem proteção contra minas, além da blindagem leve normal. À semelhança da brigada francesa e do batalhão espanhol¹⁰,

⁶ UNITED STATES FORCES-IRAQ. Operation New Dawn. Disponível em: <<http://www.usf-iraq.com/inside-the-force/organization>>.

⁷ 1st Armored Division, página na internet (consultada em Set 2011).

⁸ International Security Assistance Force/Afghanistan – página na internet (consultada em Set 2011).

⁹ Informação confirmada pelo oficial do Exército dos EUA instrutor da ECEME.

¹⁰ Informação prestada pelo oficial do Exército espanhol instrutor da ECEME.

as tropas dos demais países da OTAN em atuação no Afeganistão, muito provavelmente, também devem estar dotadas de nível similar de proteção.

Há uma nítida discrepância entre o que o Exército Brasileiro considera como tropa leve e a natureza daquelas que estão realmente sendo empregadas em operações de contrainsurgência na atualidade. Por serem estas últimas dotadas de proteção blindada em virtude das necessidades reais do combate, elas não são tão leves como julgamos, embora possam, com exceção das unidades de carros de combate e de infantaria blindada, ser aerotransportadas.

Pode-se concluir, desde já, sobre o erro que cometeríamos se julgássemos que as nossas tropas leves, brigadas de infantaria motorizada, leve, paraquedista e, em que pese à especificidade de seu emprego, a de operações especiais, estariam suficientemente aptas a enfrentar com sucesso os conflitos de caráter irregular da atualidade e, simultaneamente, corresponder às expectativas da sociedade moderna, avessa a baixas desnecessárias.

Do fato de nossas tropas leves serem adequadas às operações de manutenção da paz, inscritas no capítulo VI da Carta da ONU, não se deve induzir que elas sejam capazes também de enfrentar eficazmente operações que se inscrevem sob o capítulo VII daquela Carta e que visam à imposição da paz. O próprio EB demonstra ter consciência desta constatação, tanto por ter equipado as tropas enviadas ao

Haiti com blindados leves, como pelo esforço de desenvolver uma nova família de blindados sobre rodas.

Visualizando-se a mesma questão sob outro ponto de vista, não podemos nos permitir o risco de, pressionados pela carência de recursos, nos deixarmos convencer, por argumentos enviesados, da suficiência operacional de nossas tropas leves. Nossas brigadas consideradas leves são as menos onerosas, tanto em termos de adestramento, como de equipamentos e manutenção. Por terem custo menor e, portanto, se constituírem em objetivo de mais fácil concretização para o processo de transformação do Exército, o risco seria nos rendermos ao apelo, até certo ponto conveniente, de considerar a ideia da desnecessidade de tropas mais pesadas e robustas para o combate moderno como justificativa da solução mais barata.

O que seria convenientemente atrativo do ponto de vista financeiro significaria, na realidade, sério comprometimento da eficiência operacional ou, por outro lado, limitação de cunho militar, devida à falta de meios adequados ao leque das opções políticas disponíveis à defesa dos interesses nacionais em nível mais

*O risco seria nos rendermos
ao apelo, de considerar a ideia da
desnecessidade de tropas
mais pesadas e robustas*

amplo. Essa limitação representaria considerável vulnerabilidade, já que os meios militares devem, de preferência, adaptar-se aos interesses nacionais ditados pela política e não o inverso.

O fato de os conflitos da atualidade tenderem a assumir caráter insurrecional

não significa necessariamente que um eventual conflito futuro envolvendo o Brasil se inscreverá nessa categoria. Guerras como as do Iraque e do Afeganistão e, em sentido mais difuso, a guerra contra o terror dificilmente podem ser compreendidas isoladamente da política de exercício hegemônico do poder promovida por algumas potências mundiais, especialmente pelos Estados Unidos — elas são, na realidade, reflexos desta política.

O Brasil, contrariamente, não aspira a nenhum protagonismo hegemônico, nem se alinha automaticamente a qualquer projeto

neste sentido. A crescente importância brasileira no relacionamento internacional certamente se pautará pela valorização dos princípios constitucionais tradicionalmente cultivados por nossa diplomacia. Não há, pelo que nos é possível conhecer, motivações de ordem material que possam, no futuro, induzir-nos a transigir com esses princípios. Não temos ambições nem necessidades territoriais. Somos suficientemente providos de terras agricultáveis para alimentar nossa vasta população e ainda dispor de amplo excedente para exportar. Não temos necessidade de buscar, fora de nossa base territorial, matérias primas ou fontes de energia essenciais à nossa subsistência e desenvolvimento.

Podemos, então, admitir que a tendência insurrecional dos conflitos modernos, em princípio, é uma realidade que temos a opção política de manter afastada de nossos horizontes, na medida em que nos

limitemos à política de só nos predispor-mos ao emprego de tropa sob o capítulo VI da Carta do ONU.

Entretanto, seria imprevidência e imprudência o Exército estruturar-se visando apenas a este tipo de operação, para o qual bastam as nossas tropas leves. Como já salientado, as forças militares não devem limitar as opções políticas. Em consequência,

convém ao Exército equipar-se e adestrar-se adequadamente para operar sob o capítulo VII, já que não se pode descartar a possibilidade de, por razões políticas, vir a

ser do interesse nacional o enfrentamento de uma insurreição no futuro.

A essa altura, pode-se indagar: tropas leves, mesmo dotadas do nível adequado de proteção blindada, aptas aos conflitos insurrecionais da atualidade, seriam suficientes para o Exército Brasileiro enfrentar as incertezas do século XXI?

Para responder essa pergunta, há que se abordar o segundo enfoque sob o qual a questão central deste artigo deve ser analisada: é certo que a tendência insurrecional dos conflitos atuais prevalecerá no futuro? Ou, reformulando a pergunta, essa tendência confirmaria a impossibilidade futura de ocorrência de guerras convencionais entre estados?

A quase inexistência de guerras¹¹ no período, já longo, que se seguiu à Guerra Fria reforçou a intuição, mais ou menos

*Tropas leves, seriam suficientes
para o Exército Brasileiro
enfrentar as incertezas
do século XXI?*

¹¹ Para efeito de simplificação, a partir deste ponto, guerra terá o significado de guerras interestatais.

generalizada, de que o enorme morticínio e a vasta destruição das guerras da era industrial, o desenvolvimento das normas e de organismos do Direito Internacional, bem como o medo do efeito paroxístico do cataclismo nuclear seriam motivos suficientes para desestimular os estados a buscar a concretização de seus interesses por meios violentos.

Entretanto, intuições, à semelhança de idealismos pacifistas, não servem de orientação estratégica para os exércitos, já que, se infundadas, os levariam a fracassar como instrumento de defesa da nação.

A única maneira de confirmar essa intuição seria nos convenceremos, mediante argumentos sólidos e racionais, de que as causas das guerras teriam sido completamente eliminadas das relações internacionais. Caso contrário, a guerra, como tradicionalmente conhecida, restará sendo sempre uma possibilidade.

Mas quais são as causas da guerra? Filósofos e estudiosos de todas as épocas têm-se debruçado sobre esta questão.

Não sabemos nada ou quase nada das causas das guerras: econômicas, sociais, ideológicas, religiosas, nacionais e, como nestes últimos tempos, tribais e étnicas. Mas como se pode encontrar o remédio para um mal do qual não conhecemos a causa?¹²

Naturalmente, Bobbio refere-se às causas gerais da guerra, já que as causas es-

pecíficas podem bem ser identificadas, como ele mesmo sugere. A pergunta inquietante dele já é uma indicação da dificuldade de se eliminar o mal da guerra.

Quincy Wright¹³ reforça a mesma linha de raciocínio ao afirmar que

não existe uma causa simples da guerra. A paz é o equilíbrio entre diversas forças. A transformação de uma determinada força, tendência, movimento ou política pode, sob certas circunstâncias, contribuir para a guerra, mas pode também, em outras, contribuir para a manutenção da paz.

Segundo seu raciocínio, os estados poderiam contribuir para a paz ora armando-se ora desarmando-se; em certas ocasiões, lutando por seus direitos, em outras, predispondo-se à conciliação. Mas, saber que as causas da guerra são circunstanciais apenas modifica os termos da pergunta: quais são as circunstâncias que, uma vez inexistentes, eliminariam a ocorrência das guerras?

Esse mesmo autor afirma que “no período moderno da civilização mundial, as flutuações de guerra e paz tornaram-se estáveis em ciclos de aproximadamente 50 anos”¹⁴. Os períodos de guerra estariam ligados a mudanças político-militares, socioeconômicas e culturais e se desencadeariam devido à tendência de os estados implementarem sempre com retardo os ajustes políticos e legais necessários ao acomodamento pacífico dessas mudanças.

Prosseguindo em sua análise, Wright aprofunda o relacionamento dos conflitos

¹² BOBBIO, Norberto. *O problema da guerra e as vias da paz*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 17.

¹³ WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. p. 303.

¹⁴ WRIGHT, op. cit., p. 74.

bélicos com aquelas mudanças. Em perspectiva histórica, ele afirma que

quando grupos independentes, utilizando técnicas militares muito diferentes, mantêm contatos econômicos e sociais muito íntimos, tem sido comum a ocorrência de guerra contínua até que o grupo com menos eficiência técnica tenha sido exterminado ou conquistado ou que tenha adotado uma técnica mais eficiente, [...] quando grupos independentes, utilizando técnicas militares semelhantes, vieram a ter contato econômico e social mais estreito com o outro, surgiram guerras periódicas de grandes proporções, intercaladas em geral por longos períodos de paz.¹⁵

Raramente foram exitosos os esforços políticos para congregar estes grupos,

já que as forças de transformação políticas, socioeconômicas e militares tendem a sobrepujar a capacidade dos processos pacíficos de efetuar o ajustamento entre os padrões subentendidos nestas mudanças e os estabelecidos pela lei vigente.¹⁶

Wright acrescenta:

a gravidade da guerra tende a ser inversamente proporcional à frequência. À medida que uma civilização avança, suas guerras tendem a se tornar [...] mais destrutivas e menos frequentes. No apogeu, pode haver um período de relativa tranquilidade. Quando uma civilização entra em decadência, ocorrem guerras mais frequentes, porém menos destrutivas, desencadeadas por grupos internos insatisfeitos ou deflagradas por grupos

externos empregando técnica militar menos aprimorada [...] Intimamente associada a esta tendência da gravidade da guerra de oscilar em longas ondas durante a sobrevivência de uma civilização está a tendência de os períodos de guerra muito intensa serem seguidos de movimentos em prol da paz [...] Esta reação natural pelo pacifismo depois de guerras muito cruentas tem levado a ampliar o intervalo entre guerras deste tipo.¹⁷

Essas ideias, elaboradas por Quincy Wright em 1942, compõem um quadro bastante adequado à situação atual e indicam que a guerra teria um caráter cíclico, vinculado à ascensão e ao declínio das civilizações.

Outro aspecto frequentemente aludido como fator de eliminação das guerras seria a expansão dos regimes democráticos no mundo, na crença de que democracias, sendo estados aprimorados, não fariam guerras entre si, nem as provocariam. Sob este ponto de vista, as causas da guerra estariam ligadas à estrutura interna dos estados ou, mais propriamente, à organização defeituosa deles.

Mas, “a existência de uma quantidade de bons estados [...] contribui para um mundo de paz? A esta questão Kant responde sim; Rousseau diz não”¹⁸.

A resposta de Kant está ligada à sua crença de que, em vez de buscar a solução dos conflitos por meios violentos, “estados republicanos voluntariamente concordariam em submeter seus assuntos a um código de leis definido pelos próprios estados”¹⁹. Mas, há de se admitir que

¹⁵ WRIGHT, op. cit., p. 76-77.

¹⁶ WRIGHT, op. cit., p. 77.

¹⁷ WRIGHT, op. cit., p. 78.

¹⁸ WALTZ, Kenneth Neal. *Man, the state, and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 2001. p. 181.

¹⁹ WALTZ, op.cit., p. 84.

esta perspectiva tem-se revelado falha. A Liga das Nações fracassou neste aspecto, e a adesão voluntária dos países à Carta da ONU não tem, até o presente, apresentado um desempenho muito melhor.

Um partidário das ideias de Kant poderia alegar que o insucesso dos organismos internacionais em evitar as guerras seria devido à existência de estados não democráticos. Alguém com visão pragmática da realidade poderia emendar: situação que perdurará ainda por tempo indeterminado nas relações internacionais.

Mas, é verdade que democracias seriam avessas ao emprego da violência na busca de seus objetivos? Na Antiguidade, isso não ocorreu. O agressivo expansionismo de Atenas, berço da democracia, provocou a Guerra do Peloponeso, e a

Roma republicana fundamentou sua política externa em permanente estado de guerra. Contemporaneamente, os dois maiores impérios coloniais do século XX foram conquistados e mantidos, frequentemente por meios violentos, por duas nações democráticas. A maior de todas as democracias usou de violência ou atacou sucessivamente ao longo de sua história mexicanos, japoneses²⁰, espanhóis, filipinos, vietnamitas, granadinos, panamenhos e, mais recentemente, iraquianos. A resposta a essa questão é, no mínimo, incerta, com o que Waltz

concorda ao afirmar que “não é impossível que uma República, embora internamente bem governada, envolva-se numa guerra injusta”²¹.

A respeito da causa da guerra,

a resposta de Rousseau é que realmente as guerras ocorrem porque não há nada para evitá-las. Entre estados, como entre pessoas, não há automático ajustamento de interesses. Na ausência de uma autoridade suprema, há então constante possibilidade de que conflitos sejam regulados pela força.²²

Mesmo quando estados, ou pessoas, cooperam entre si para atingir um fim no qual todos estão interessados, para que um deposite absoluta confiança na ação dos outros, é necessário que todos os outros, sem exceção, façam o mesmo. Pode-se atingir este grau de

confiança? É possível ter-se a certeza de que, em nenhum momento, algum deles irá se aproveitar da cooperação de todos para promover interesses próprios? Raymond Aron julga que não, ao afirmar que

todo bem que não pode ser compartilhado [...] é um objeto de inevitáveis disputas. Quando o objeto de um conflito é um bem que se pode partilhar, é possível a conciliação, mas resta sempre a tentação de aplicar a violência. Por que devo transigir, se posso obter tudo o que desejo pela força?²³

*Os dois maiores impérios
coloniais do século XX
foram conquistados e mantidos
por duas nações democráticas*

²⁰ Abertura forçada do mercado japonês pelo Alm Perry em 1854.

²¹ WALTZ, op. cit., p. 181.

²² WALTZ, op. cit., p. 188.

²³ ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Ed. UnB, 2002. p. 441.

As raízes dos conflitos estariam menos nos caprichos dos estados, do que no sistema das relações internacionais²⁴. A natureza das relações internacionais é anárquica, no sentido de que não há instância superior aos estados com poder coercitivo para forçá-los ao cumprimento das normas do Direito. A este ambiente estariam vinculadas as causas da guerra, já que

na anarquia não há harmonia automática. Um estado usará força para atingir seus objetivos se, após avaliar as perspectivas de sucesso, ele valorizar estes objetivos mais do que valoriza as benesses da paz. Devido a cada estado ser o juiz final de sua própria causa, qualquer estado pode, em qualquer momento, usar a força para implementar suas políticas. Devido a qualquer estado poder, em qualquer momento, usar a força, todos os estados devem constantemente estar preparados para conter a força pela força, ou pagar o custo de sua fraqueza.²⁵

Outro grande cientista político, Hans J. Morgenthau, confirma a mesma ideia ao questionar-se:

O que responde pela instabilidade da paz e da ordem nas relações entre estados, e o que responde pela relativa estabilidade nos estados? Em outras palavras, qual o fator que possibilita a paz e a ordem nas sociedades nacionais e que falta no cenário internacional? A resposta parece óbvia: é o próprio estado.²⁶

Cabe ainda indagar se a ausência de guerras entre estados nas últimas décadas não estaria vinculada inicialmente à ação hegemônica de EUA e URSS em suas áreas de influência e dos EUA de forma isolada na atualidade. A questão é relevante, já que

a ausência de guerras não está relacionada com a igualdade aproximada de forças que reina nas unidades políticas, impedindo qualquer uma delas, e qualquer coalisão dessas unidades políticas, de impor sua vontade; pelo contrário, está vinculada à superioridade incontestável de uma das unidades. Superioridade tal que os estados insatisfeitos desesperam de modificar o *status quo*.²⁷

Mas, considerando que não há situação hegemônica que se perenize, não há garantia de que o atual estado de paz relativa não seja interrompido futuramente, devido ao fato de a hegemonia ser uma forma precária de equilíbrio em um sistema no qual as unidades são ciumentas de sua autonomia²⁸.

Após discorrer sobre o que estes renomados cientistas políticos concluíram em seus estudos, não se pode afirmar, com bases sólidas e racionais, que as circunstâncias causadoras da guerra tenham sido eliminadas das relações internacionais.

Os tempos atuais são de rápidas e importantes mudanças. O declínio relativo dos EUA e o movimento de ascensão de novos polos de poder — fatos que prenunciam mais um ciclo

²⁴ WALTZ, op. cit., p. 168.

²⁵ WALTZ, op. cit., p. 160.

²⁶ MORGENTHAU, Hans Joachim; THOMPSON, Kenneth W. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: Knopf, 1985. p. 525.

²⁷ ARON, op. cit., p. 221.

²⁸ ARON, op. cit., p. 221.

histórico com necessidade de novos ajustes políticos e legais —, bem como a ausência de poder coercitivo das Nações Unidas desvinculado dos interesses políticos dos países membros, são fatores potenciais de instabilidade das relações internacionais.

Não se pode afirmar que a guerra voltará a ocorrer. Mas, não se pode igualmente assegurar o contrário. Mesmo se admitindo que a tendência atual a conflitos irregulares e insurrecionais poderá persistir, a guerra continuará sendo uma possibilidade, já que suas causas não foram eliminadas.

O problema da adequação operacional dos exércitos aos conflitos armados apresenta então uma nova faceta — o balanço entre probabilidade e risco. Deve-se ponderar entre a probabilidade de ocorrência dos conflitos e o risco que eles representam para os interesses nacionais.

Os conflitos insurrecionais são mais prováveis de ocorrer na atualidade e talvez no futuro, mas os impactos negativos que eles podem causar aos interesses dos países que os reprimem são restritos. O resultado de um conflito dessa natureza, qualquer que seja, tem baixa possibilidade de prejudicar seriamente os interesses essenciais do país que o reprimiu. Por outro lado, uma guerra contra outro estado, embora pouco provável, tem o potencial de afetar seriamente, ou mesmo definitivamente, a economia, a soberania e a independência do país derrotado.

O que priorizar: o maior risco ou a probabilidade mais alta? A resposta parece evidente: o bom senso estratégico recomenda priorizar o maior risco. Até mesmo porque, preparando-se para o enfrentamento de uma guerra, um exército estará também materialmente equipado e, portanto, disporá das condições básicas para enfrentar uma insurreição; mas a recíproca não é verdadeira.

O Exército dos Estados Unidos exemplifica esta escolha. Apesar do seu profundo envolvimento em guerras insurrecionais, a modernização ou o desenvolvimento de seus meios de combate²⁹ apontam para a sua preocupação com a preparação para a guerra. Sob o mesmo diapasão, o então Secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates, afirmou que:

a necessidade de blindados pesados e de poder de fogo para proteger, para cerrar sobre o inimigo e destruí-lo sempre existirá, como os veteranos de Sadr City e Fallujah³⁰ podem, sem dúvidas, atestar [...] um dos benefícios do nosso retraimento do Iraque é a oportunidade para conduzir o adestramento de nossas forças em amplo espectro — incluindo exercícios de forças blindadas em combinação de armas — que foram negligenciados em decorrência das necessidades atuais da guerra.³¹

Essa visão foi consolidada nas novas Diretrizes Estratégicas de Defesa dos EUA, publicadas em janeiro de 2012, as quais apresentam como o primeiro de seus

²⁹ *Weapon Systems 2011*, US Army, página na internet (consultada em Set 2011).

³⁰ Localidades do Iraque onde ocorreram intensos combates em 2004.

³¹ Discurso na Academia Militar de West Point em fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1539>.

princípios fundamentais a determinação em assegurar a versatilidade das Forças Armadas dos EUA, a fim de mantê-las capazes de operar em toda a amplitude do espectro dos conflitos³².

Nós continuaremos a conduzir um complexo conjunto de missões que variam desde o contraterrorismo e da contenção de armas de destruição em massa até a posse de uma dissuasão nuclear segura, confiável e eficiente.³³

Devemos, também nestes aspectos, seguir essa influência doutrinária norte-americana.

O Exército Brasileiro não deve, portanto, basear-se em prognósticos apressa-

dos e superficiais, que apontam para a suficiência operacional das tropas leves.

Deve, com visão posta nos desafios do futuro, preparar-se da melhor forma possível para estar apto à superação deles. Não há como não dotar o Exército da capaci-

dade de operar em toda a amplitude do espectro dos conflitos, porque não podemos saber de antemão em que grau de gravidade os nossos interesses essenciais poderão ser ameaçados. Somente com meios modernos e variados, incluindo os pesados, e que abranjam todos os sistemas operacionais, o Exército alcançará esta capacidade. ☺

*Não se pode afirmar que
a guerra voltará a ocorrer.
Mas, não se pode igualmente
assegurar o contrário*

Referências

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das forças armadas**: MD35-G-01. 4. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.

GATES, Robert M. **United States Military Academy (West Point, NY)**. Disponível em: <<http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1539>>. Acesso em: 20 set. 2011.

GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. **Iraque: um conflito polêmico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

INTERNATIONAL SECURITY ASSISTANCE FORCES: Afghanistan. Disponível em: <<http://www.isaf.nato.int/>>. Acesso em: 10 set. 2011.

³² Sustaining US Global Leadership: priorities for 21st Century Defense. Disponível em: http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf

³³ Discurso do Secretário de Defesa Leon Panetta. Disponível em: <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1643>

MILITARY VET SHOP. A summary history of the 1st Armored Division - old ironsides. Disponível em: <<http://www.militaryvetshop.com/History/1stArmorDivision.html>>. Acesso em: 10 set. 2011.

MORGENTHAU, Hans Joachim; THOMPSON, Kenneth W. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: Knopf, 1985.

PANETTA, Leon E. **Statement on defense strategic guidance**. Disponível em: <<http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1643>>. Acesso em: 17 set. 2011.

QUADRENNIAL DEFENSE REVIEW REPORT. Washington, DC : Secretary of Defense, Sept. 30, 2001. Disponível em: <<http://www.defense.gov/pubs/pdfs/qdr2001.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

SIPRI. Yearbook 2011. Disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook/2011/02/02A>>. Acesso em: 15 set. 2011.

SUSTAINING US global leadership: priorities for 21st century defense. 2012. Disponível em: <http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011.

UNITED STATES FORCES-IRAQ. Operation new dawn. Disponível em: <<http://www.usf-iraq.com/inside-the-force/organization>>. Acesso em: 17 set. 2011.

WALTZ, Kenneth Neal. **Man, the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

WEAPON SYSTEMS 2011. Disponível em: <<http://www.bctmod.army.mil/news/pdf/USArmy2011WSH.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2011.

- WRIGHT, Quincy. **A guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

O “efeito dominó” da Logística Humanitária influenciando as ações operacionais do Batalhão Brasileiro na MINUSTAH

Um estudo de caso sobre o terremoto no Haiti

Fabricio Leite Silva¹

Introdução

Os cenários prospectados para o Brasil para os próximos 20 anos o colocam entre as cinco maiores economias do mundo, desempenhando importante status político no Sistema Internacional. Para tal, o Exército Brasileiro (EB) deverá ter estatura compatível com a do país, o que ocorrerá por intermédio de um processo de transformação até 2030, o PROFORÇA².

Essa Força Terrestre (FT) deverá ser capaz de atuar em operações de amplo espectro e ambiente não linear, normalmente

em área urbana e, conforme PINHEIRO³ (2013), gerenciando situações civis e sincronizando ações táticas não letais, que afetam não combatentes, com as de combate, de caráter letal.

Do mesmo modo, sob a ótica de Visacro⁴ (2011), alguns desses atuais cenários complexos e difusos são as operações de manutenção e imposição de paz, as ações humanitárias, as operações de estabilidade e apoio, a guerra contra as drogas e a contra o terrorismo.

Stochero⁵ (2010, p. 156) narrou, assim, um desses cenários no Haiti:

¹ O autor é Ten Cel do Quadro de Material Bélico, bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Possui os cursos de Gerência de Manutenção de Aeronaves e Avançado de Aviação pelo Centro de Instrução de Aviação do Exército. Trabalhou com logística no PqRMnt/2 e AGSP (Barueri/SP), nos 2º e 4º BAvEx (Taubaté/SP e Manaus/AM), Missão das Nações Unidas no Chade e República Centro-Africana, Seção de Missão de Paz/Comando Logístico (Brasília/DF) e GAC/HELIBRAS (Itajubá/MG). Foi, também, instrutor da EsAO e, atualmente, é aluno do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

² Port 104 - Cmt Ex, de 14 de fevereiro de 2011. Cria o Projeto de Força do EB.

³ Álvaro de Souza Pinheiro é general de brigada da reserva e ex-comandante das Forças Especiais do EB; é analista militar e especialista em guerra irregular.

⁴ Alessandro Visacro é oficial de Infantaria e ex-comandante da 3ª Companhia de Forças Especiais do EB, sediada em Manaus/AM.

⁵ Tahiane Stochero é jornalista especializada em tropas de operações especiais, segurança pública, defesa e conflitos internacionais. Ela esteve no Haiti em 2007 e após o terremoto de 2010.

Também na Casa Azul, o coronel Kid Bleu é alertado pelo rádio de que há muitos mortos em Cité Soleil. O chefe dos médicos Sem Fronteiras lhe telefona, propondo uma trégua no confronto para que possa socorrer os criminosos baleados. O representante da Cruz Vermelha no Haiti também entra em contato com o general Santos Cruz (...).

O texto acima demonstra de forma clara a necessidade de relação entre tropas do EB operando em conflito urbano e organizações não-governamentais (ONG) prestando assistência humanitária, haja vista que em missões de paz essa ajuda não é responsabilidade das tropas militares, sendo executada por agências⁶ da Organização das Nações Unidas (ONU) ou ONG.

Todavia, por questões de segurança, nenhuma daquelas acima mencionadas atuava em Cité Soleil⁷. Logo, os militares deveriam estar prontos a prestar atendimento à população em situações de emergência.

Com esse intuito, a logística humanitária tem evoluído sobremaneira, quer sob amparo dos conceitos e métodos da logística empresarial, quer da logística militar terrestre. Porém, a recíproca tam-

bém é verdadeira, pois, segundo Silva⁸ (2011), os desastres naturais também interrompem as cadeias de suprimento do setor privado, assim como a logística militar necessitará suprir, mesmo que temporariamente, o fluxo logístico na área de operações.

Portanto, o corpo deste artigo se debruçará sobre as ações operacionais do Batalhão Brasileiro de Operação de Paz no Haiti, Brazilian Battalion, (BRABATT/MINUSTAH), juntamente com suas demandas logísticas de saúde, suprimento, transporte e manutenção após o terremoto.

A administração de desastres naturais

Os dados do Banco de Dados sobre Desastres Internacionais⁹ demonstram que, nas últimas 5 (cinco) décadas, a quantidade de desastres reportados cresceu exponencialmente, tanto em número quanto em magnitude do impacto.

Com a crescente ocorrência de catástrofes e de seu impacto econômico e social, uma resposta mais rápida aliada a um esforço de ajuda humanitária mais bem coordenado são necessários para prover às populações em situação de crise a ajuda que precisam (ERGUN et al., 2007).

⁶ Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund, UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Programme, UNDP) e o Fundo das Nações Unidas para as Populações (United Nations Population Fund, UNFPA).

⁷ Bairro não pacificado da cidade de Port-au-Prince, capital do Haiti.

⁸ Luiza de Castro Ferreira da Silva era mestrando em administração pelo COPPEAD, da UFRJ, sobre Gestão da Logística Humanitária.

⁹ EM-DAT é uma Base de Dados sobre Desastres Internacionais do OFDA/CRED (Centro de Colaboração para Pesquisa sobre a Epidemiologia de Desastres do Escritório dos Estados Unidos da América para Assistência a Desastres no Exterior), criada em 1988.

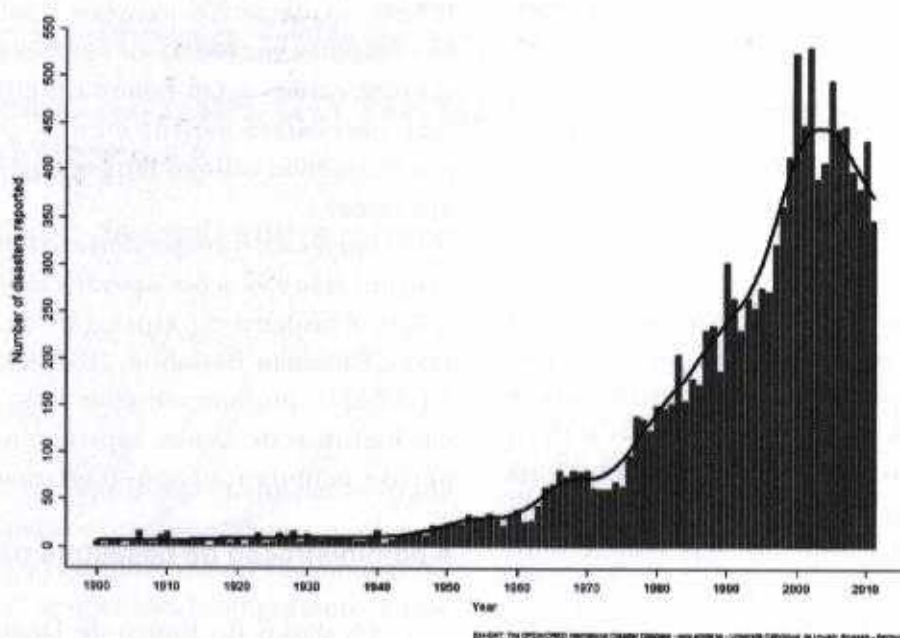


Fig. 1 – Quantidade de desastres naturais reportados entre 1900 e 2011 (EM-DAT, OFDA/CRED. Banco de Dados Internacional sobre Desastres Naturais, <http://www.emdat.be/database>, 2013)

Do ponto de vista militar, os desastres naturais e as atividades terroristas ou de guerras têm efeitos similares sobre as populações, pois dificultam as condições de vida com a falta de itens de necessidades básicas, como abrigo, água e alimento.

Sendo assim, a distribuição precisa no tempo de bens e materiais críticos para a sobrevivência sempre foi e será um elemento crucial para uma resposta efetiva (BOIN et al., 2010). Uma logística rápida, ágil e flexível é, portanto, capaz de reduzir o impacto dos desastres e salvar vidas. Essa resposta é dependente da eficácia da cadeia de suprimentos e de seus sistemas gerenciais (BERSFORD e PETTIT, 2009).

Uma das referências mais interessantes sobre as origens da administração de desastre foi encontrada nas citações de Araújo¹⁰ (2012), ao relembrar que:

(...) Desde o surgimento do homem sobre a face da Terra, houve sempre a necessidade de lidar com crises de todos os tipos, haja vista a existência de risco nos ataques dos animais e de outras tribos, de doenças, na forma de desastres naturais e, via de regra geral, na própria fome e na falta d'água para a sobrevivência. (...) os relatos bíblicos apresentam Noé como um dos primeiros Administradores de Desastres, o qual utilizou os princípios básicos de uma administração de emergências:

1^o- soube prever um determinado cenário;

¹⁰ Sérgio Baptista de Araújo é Ten Cel da reserva do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e especialista em Segurança Contra Incêndio pela "Fire Defence Agency", Japão.

2º- conseguiu estimar suas conseqüências;
 3º- definiu as vulnerabilidades específicas;
 4º- na impossibilidade de salvar a todos, salvou aqueles mais aptos para perpetuar a respectiva espécie;
 5º- estabeleceu um Plano de Emergência completo e concreto — Plano de Fuga + Plano de Mitigação + Plano de Abrigagem + Plano de Gestão de Conflitos + Plano de Alimentação para 40 dias e 40 noites;
 6º- após isso estabeleceu um Plano de recuperação através da liberação dos animais e sua reintegração, adaptação ao meio, de forma sustentável.

No entanto, o foco sobre este conhecimento está em demonstrar que as ações civis diante de um desastre natural ainda não estão consolidadas, havendo diversas versões sobre as fases de uma gestão de desastre.

Nesse sentido, a ONU (ONU, 2007) considera a existência de sete fases no ciclo de gerenciamento de um desastre: a mitigação, a redução dos riscos, a prevenção, a preparação, o desastre, a resposta e a reconstrução. De uma forma genérica, a literatura analisada segue a visão simplista, situando-as em apenas três fases: o antes, o durante e o depois.



Fig. 2 – Ciclo de Gerenciamento (ONU, ICT in Disaster Management. *Ciência e Tecnologia em Desastres Naturais*, e-Note 16, pag 2, 2007, <http://www.apdip.net/apdipenote/16.pdf>)



Fig. 3 – Dinâmica (ARAÚJO, 2012, p. 23)

Seguindo esse ciclo, uma das ações prioritárias para a ONU (2011) até 2015 será utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para a construção de uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis.

A evolução da doutrina militar operacional e humanitária

Neste mister, a Doutrina Militar Terrestre (DMT) deverá buscar soluções para preparar as tropas às ações de mitigação, diminuindo o impacto do desastre; de preparação, organizando a resposta à catástrofe; e de restabelecimento de serviços vitais, como o abastecimento e a infraestrutura, com vistas a revitalizar a economia.

Por analogia, percebe-se que a DMT tem sua Logística Militar faceada com a evolução da Logística Humanitária, ao se buscar compreender a própria definição do braço humanitário pela Federação Internacional da Cruz Vermelha (IFRC, 2005):

São processos e sistemas envolvidos na mobilização de pessoas, recursos e conhecimento para ajudar comunidades vulneráveis afetadas por desastres naturais ou emergências complexas.

Na mesma toada, Meirim (2006) observou que os processos logísticos humanitários merecedores de maior destaque são a infraestrutura destruída, dificultando o acesso; a chegada de recursos e a saída de pessoas; os recursos humanos excessivos e sem treinamento adequado; os materiais sob a indefinição de necessidades, do local de envio e do acúmulo de doações; e a ausência de processos coordenados.

Em sua dissertação, baseando-se no modelo referencial da Logística do Século 21 (*21st Century Logistics*), Silva (2011) destaca que

a fase de resposta envolve velocidade a qualquer custo em que se busca maximizar o serviço oferecido, em detrimento da redução de custos, com o objetivo de minimizar o sofrimento da população afetada.

Pode-se considerar que Bowersox, Closs e Stank (1999) desenvolveram tal modelo abrangendo o intervalo e a continuidade necessária para ligar os fornecedores de matérias-primas e recursos aos clientes finais, em cadeias de suprimentos comerciais. A lógica explora a integração e coordenação de fluxos e processos considerando os contextos: (1) operacional; (2) de planejamento e controle; e (3) comportamental.

Em seu estudo de caso, Silva (2011) propôs analisar as capacitações, competências e recursos desta fase do ciclo de desas-

tres naturais, seguindo o referencial teórico descrito a seguir:

- a. Contexto operacional: avaliação inicial do desastre; capacidade de atender as vítimas; eficiência do fluxo processual; capacidade de adaptação; capacidade de fusão operacional com fornecedores; e capacidade de gestão do fornecimento.
- b. Contexto de planejamento e controle: capacidade de gestão da informação; meios de comunicação e sistemas de alerta utilizados; colaboração (troca de informações) entre organizações; desempenho da resposta em relação aos objetivos definidos.
- c. Contexto comportamental: aderência aos papéis e responsabilidade planejados; compartilhamento de informações e recursos.

Na voga do EB (BRASIL, 2003), o Cmt militar e seu estado-maior (EM) deparam, continuamente, com tomada de decisões acerca de problemas que “envolvem dados imprecisos e outros aspectos pouco definidos para sua resolução”. Dessa forma, “as decisões decorrem de um processo de resolução de problemas”, designado por Estudo de Situação e “cuja finalidade é determinar a melhor maneira de cumprir uma missão”, a fim de “se assegurar de que os vários fatores que influenciam as operações militares recebam consideração lógica e ordenada”.

Logo, de maneira sintética, pode-se afirmar que todos buscam o estabelecimento de uma sequência de ações para a preparação e a pronta resposta, visando atender o maior número de pessoas, evitar falta e des-

perdício, organizar as diversas doações que são recebidas nesses casos e, principalmente, atuar dentro de um orçamento limitado.

Então, ao se analisar uma sequência de fases ou ações, há de se considerar o conceito do “efeito dominó” (WIKIPEDIA, 2013), comumente usado na ciência, quando processos acontecem de forma a desencadear outros processos:

(...) Efeito em cascata ou efeito em cadeia, sugere a idéia de um efeito ser a causa de outro efeito, gerando uma série de acontecimentos semelhantes de média, longa ou infinita duração (...) é uma alusão a uma brincadeira que consiste na colocação de diversos dominós em pé numa fileira de modo que, se o primeiro for derrubado com um simples toque, um derruba o outro até que todos sejam derrubados.

Consubstanciado nessas considerações referenciais acima descritas, o autor analisou os Relatórios de Emprego dos 9º e 11º Contingentes Militares Brasileiros no Haiti (CONTRABRAS HAITI/9 e 11), respectivamente de 4 dez. 2008 e 4 fev. 2010, em interação com os relatórios dos Médicos Sem Fronteiras (MSF), narrativas de STOCHERO e Livroto do Ministério da Defesa (MD).

O Haiti e a MINUSTAH

O Haiti, oficialmente República do Haiti, com capital em Porto Príncipe ou Port-au-Prince (PaP), em francês, é um país das Caraíbas que ocupa o terço ocidental da ilha Hispaniola, ou Ilha de São Domingos, sendo fronteira com a República Dominicana a leste, e tendo proximidade, por mar,

com as Bahamas e Cuba a noroeste, Turks e Caicos a norte, e Navassa a sudoeste (WIKIPEDIA, 2013).

No dia 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança (CS) da ONU aprovou a Resolução Nº 1.542, estabelecendo a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) a partir de 1º de junho de 2004, com os componentes civil e militar. Decidiu, ainda, que a MINUSTAH poderia cooperar com os parceiros internacionais prestadores de assistência humanitária aos haitianos, focado nos segmentos mais vulneráveis da sociedade, as mulheres e as crianças (ONU, 2004).

Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de proporções catastróficas, com magnitude sísmica 7,0Mw, na escala de magnitude de momento, e 7.3 na escala de Richter, atingiu o país a aproximadamente 22 quilômetros da capital, às 16h53min10s do horário local (WIKIPEDIA, 2013).

Stochero (2010, p. 198) descreveu os minutos iniciais para os militares:

Os militares só se dão conta da dimensão do ocorrido quando começam a avistar focos de incêndio por toda a capital. Haitianos batem às portas do batalhão trazendo parentes que foram atingidos pelos destroços, com braços, pernas e cabeças decepadas e encharcados de sangue.

As operações militares de paz (OMP) do CONTRABRAS HAITI

O componente militar em OMP, conforme previsto pelo MD (BRASIL, 2001, p. 23), deverá organizar-se em setores ou áreas de responsabilidade, a cargo do desenvolvimento dos compromissos de caráter militar.

Desse modo, as unidades de infantaria nível batalhão, em uma OMP, deverão estar preparadas para cumprir as seguintes tarefas, previstas pela ONU (BRASIL, 2001, p. 35): prover segurança, controle e vigilância entre partidos oponentes; monitorar e reportar violações de cessar-fogo; auxiliar na manutenção da lei e da ordem; investigar e reportar todos os incidentes e dirigir negociações em sua área de responsabilidade; proteger propriedades, instalações e escoltar comboios das Nações Unidas e pessoal sob sua custódia.

Por sua vez, o componente humanitário se organizará (BRASIL, 2001, p. 23)

quase sempre com base nas organizações, agências e programas do sistema das Na-

ções Unidas (...) responsável pela coordenação e apoio às atividades de caráter humanitário que se desenvolvem na área.

Nessa vertente, Stochero (2010, p. 156) assim descreveu a atuação humanitária do CONTBRAS Haiti, por ocasião da “queda da Base Jamaica”:

No Haiti, porém, isso não acontecia. Seguindo recomendações que impediam o acesso de funcionários a áreas de conflito, estas agências não atuavam em Cité Soleil, temendo os riscos. Os militares, nestas circunstâncias, eram obrigados a agir também no atendimento emergencial à população. E esse foi um dos fatores que gerou o maior entrosamento entre os haitianos e os soldados brasileiros.

Tabela 1 – Comparação dos dados estatísticos das operações realizadas

OM CONTBRAS HAITI	BRABATT/9	BRABATT/11
Período considerado	De 5 jun. 2008 a 4 dez. 2008	De 9 jul. 2009 a 4 fev. 2010
(BRABATT/11 com 25 dias de extensão pós-terremoto)		
Local de obtenção do dado no respectivo Relatório final	Item 4.f.	Item 3. a. 2)
Efetivo ¹¹ de militares desde 6 dez. 2006, incluídos 1 (um) da Bolívia e 31 (trinta e um) do Paraguai	1.080	1.080
a. Operações terrestres		
Operações conjuntas com a UNPOL/PNH no nível SU		131
Patrulhas com a participação da UNPOL/PNH		1.094
Patrulhas sem a presença da UNPOL/PNH		256
Patrulhas motorizadas e/ou mecanizadas		11.681
Patrulhas a pé pelos militares do BRABATT		9.631
b. Outras atividades operacionais		
Check Points e Static Points (Pontos de Controle e Passagem)		3.242
Patrulhas Marítimas e Reconhecimentos Aéreos		190
Segurança e Escolta de Autoridades/Jornalistas		184
Perícias		34
Segurança Pessoal		907
Total (a + b)	-26.000	27.350

Conclusão 1: 36,75% de aumento das operações psicológicas.

Fonte: elaborada pelo autor

¹¹ Extraído da Carta do Chefe do Serviço de Suporte e Gerência Financeira do Departamento de Operações de Manutenção de Paz (FMSS/OMS/DPKO), de 14 nov. 2006, p. A-3 e p. C7-8.

Tabela 2 – Comparação dos dados estatísticos das Operações Psicológicas

OM CONTBRAS HAITI	BRABATT/9	BRABATT/11
Período considerado (BRABATT/11 com 25 dias de extensão pós terremoto)	De 5 jun. 2008 a 4 dez. 2008	De 9 jul. 2009 a 4 fev. 2010
Local de obtenção do dado no respectivo Relatório final	Item 4.f.	Item 3. a. 2)
Efetivo de militares desde 6 dez. 2006, incluídos 1 (um) da Bolívia e 31 (trinta e um) do Paraguai	1.080	1.080
a. Diversos		
Apoio à Patrulha a Pé (Diss Spot AF, Panfleto e Ctt Pes) (321 h/3.000 Km)	49	86
Confeção de mensagens áudio para Vtr alto-falante		19
Filmetes de operações psicológicas		35
Produtos Gráficos		57
Análises (Prop Adv e Pesquisas Opi)		04
Pesquisas de Opinião		05
Mobilizações da População		03
Informes		12
Conclusão 2.a: 75,51 % de aumento de apoio às patrulhas a pé.		
b. Panfletos Disseminados	9.500	15.000
Conclusão 2.b: 57,89 % de aumento de distribuição de panfletos para a população.		

Fonte: elaborada pelo autor

O atendimento de saúde do CONTBRAS HAITI

Em decorrência das negociações entre a Missão Permanente do Brasil junto à ONU, é elaborado um memorando de entendimento (*Memorandum of Understanding*, MOU), definindo as responsabilidades administrativas e logísticas entre o Brasil e a ONU (BRASIL, 2001, p. 28).

A ONU preconiza três níveis de unidade médica (BRASIL, 2001, p. 52) para atendimento de seu pessoal em operações de paz. A unidade médica Nível 1 é constituída de oito militares, estando capacitada a:

- prover primeiros socorros e tratar doenças comuns e infecciosas para um efetivo de até 700 pessoas e atender

até 20 pacientes ambulatoriais por dia;

- realizar procedimentos para pequenas cirurgias;
- realizar tratamentos emergenciais para o salvamento de vidas e membros;
- estabilizar e evacuar vítimas para o próximo nível de atendimento;
- internar cinco pacientes por até dois dias para monitoração e tratamento;
- administrar vacinas e outras medidas profiláticas na área da missão;
- realizar exames laboratoriais básicos;
- formar duas equipes médicas avançadas para prestar atendimento em dois locais diferentes; e
- ser autossuficiente com suprimentos médicos por até 60 dias.

No caso da MINUSTAH, o acordo previu que o CONTBRAS HAITI fosse autossustentável a partir de 6 de dezembro de 2006, quanto ao suporte médico Básico e de Nível 1, cabendo à Argentina prover o Nível 2, enquadrando o atendimento dentário e laboratorial.

Entretanto, o CONTBRAS HAITI possuía capacidade para prestar atendimento dentário por conta própria, obedecendo a um equilíbrio entre a capacidade médica de cada nível e as condições necessárias para evacuação entre esses níveis.

O MÉDECINS SANS FRONTIÈRES relatou (2010, p. 17) que o desastre mobilizou a maior resposta de emergência dos 40 anos de sua história, citando que cerca de 222.000 pessoas morreram e 1,5 milhão ficaram desabrigadas.

Antes do terremoto, o MSF operava um centro de emergências, um hospital de trauma, um centro pós-operatório e uma

maternidade em Porto Príncipe, com equipe de 800 profissionais. Após o terremoto, esse número passou rapidamente para 3.400 pessoas trabalhando em 26 hospitais e quatro clínicas móveis. Lamentavelmente, 12 membros daquela equipe morreram no terremoto, e os hospitais de trauma e a maternidade da organização foram destruídos.

Diante da situação apresentada, o Cmt BRABATT/11 estabeleceu três frentes de socorro, embora possuísse duas equipes de atendimento médico Nível 1, haja vista o fato de as agências humanitárias e ONG, como o MSF, precisarem se reestruturar para atender o novo cenário designado como "Fase de emergência", entre 12 de janeiro de 2010 e 30 de abril de 2010 (MSF, 2011, p. 3), enfatizando: a triagem dos feridos; a escassez de suprimentos médicos; o estabelecimento de hospitais; e o tratamento da "Síndrome do Esmagamento".

Tabela 3 – Comparação dos dados da Unidade Médica Nível 1

OM CONTBRAS HAITI	BRABATT/11		CONTBRAS	
Período	De 1º jul. 09 a 31 dez. 09	De 1º jan. 10 a 25 jan. 10	Até 12 jan. 10	De 12 jan. 10 a 31 jul. 10
Paciente	Militares	Civis	Militares e civis	Militares e civis
Local de obtenção do dado	Item 3. Apêndice 1, Anexo "A", Relatório final, 2010		"O Brasil no Haiti – O esforço da reconstrução", MD, 2011	
Especialidades				
Clínica médica	752	98	-	(1.890 ou 315/mês)
Pequenas cirurgias	75	484	-	
Dermatologia	282	35	-	
Infectologia	227	36	-	
Traumato-ortopedia	366	37	-	
Perícia médica	263	-	-	(8.000/ano ou 667/mês)
Outras	117	104	-	
Odontologia	130	-	1.580	
Enfermagem	471	-	770	
Fisioterapia	152	-	1.182	
Total	3.629	3.532	42.000/ano	40.200
Total médio por mês	605	2.943	3.500	6.700

Conclusão 3.a: Foram realizados, em apenas 25 dias, 97,3% dos atendimentos realizados em 6 meses, com ênfase nos procedimentos odontológicos, de enfermagem e de fisioterapia.

Conclusão 3.b: Da mesma forma, em apenas 25 dias, houve acréscimo de 1.215% nos procedimentos odontológicos, 163,5% de enfermagem e 777,6% de fisioterápicos do que se efetuara nos últimos seis meses.

Fonte: elaborada pelo autor

As ações cívico-sociais (ACISO) do CONTBRAS HAITI

Além da propaganda e da contrapropaganda, é possível obter efeitos psicológicos positivos no público-alvo, sem prejuízo da missão principal, por meio de atividades subsidiárias ou Ações Comunitárias, das quais se destaca a Ação Cívico-Social (ACISO) (BRASIL, 1999, p. 2-36 e 2-37).

Neste Diário Operacional, foi relatado o seguinte quanto ao dia 12 de janeiro de 2010:

Às 1650, ocorreu um terremoto em PaP, que ocasionou muitos estragos estruturais

e desabamento de diversas casas e prédios, incluindo o Palácio Nacional, Assembléia Legislativa, ministérios, Catedral do Haiti, Igreja Perpétuo Socorro, o HOTEL CRISTOPHER (QG da MINUSTAH), FORTE NACIONAL e PONTO FORTE 22. A BASE TEBO e o PONTO FORTE 09 tiveram as suas estruturas comprometidas, que podem acarretar possíveis desabamentos impedindo o acesso ao seu interior. Duas patrulhas foram lançadas, minutos depois do terremoto, com o objetivo verificar a situação das Bases (TEBO e FN) e dos PF. O BRABATT passou a remover os entulhos, com o objetivo de salvar as vidas dos componentes do Btl e da MINUHSTAH no PF 22, FORTE NACIONAL e HOTEL CRISTOPHER.

Tabela 4 – Comparação dos dados das ACISO

OM CONTBRAS HAITI	Material distribuído			Beneficiados	
	Leite em pó	Alimentos	Água potável	Instituições	Pessoas
BRABATT/11	(kg)	(kg)	(l)		
Local de obtenção do dado no respectivo Relatório final	Apêndice 1, Anexo "C", Diário Operacional				
De 30 jul. 09 a 29 ago. 09	27.300	9.000	10.0000	11	4.800
Total médio por dia	910	300	333	0,4	160
De 16 jan. 10 a 25 jan.10		55.702	114.940	22	55.825
Total médio por dia		9.283	19.156	3,7	9.304

Conclusão 4: O BRABATT/11 passou a distribuir 30 vezes a quantidade normal de alimentos diários e 57 vezes a de água potável, atendendo 58 vezes mais pessoas por dia.

Fonte: elaborada pelo autor

A utilização de viaturas pelo CONTBRAS HAITI

Percebem-se as ações, também, pela narrativa de Stochero (2010, p. 198-199), intitulado de “O terremoto e o recomeço”:

Chefiado por Bodão, o DOPaz vai limpando o caminho para que homens da engenharia e equipes médicas cheguem até o

quartel-general da ONU, no bairro nobre de Pétiön-Ville; há escombros e muito pó por todos os lados. Uma nuvem de poeira impede que os militares vejam ao redor. Com os braços, Assombroso e o restante do destacamento arrastam carcaças de dezenas de carros que impedem o avanço dos militares. São cenas de terror: há mortos por todos os lados, uma imensidão de destroços, postes caídos, pessoas tentando se salvar ou andando desesperradas pela cidade, perdas.

Tabela 5 - Comparação dos dados de atividades e manutenção das viaturas

Quilômetros rodados (km)	Ano de 2009	Ano de 2010
Dados extraídos do Relatório final Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais do Haiti		
Land Rover ou Toyota	182.123	248.720
Viaturas blindadas sobre rodas, tipo Piranha	9.224	12.724
Caminhões	5.684	5.257
Consumo de pneus de viaturas em unidades	9 jul. 09 a 4 fev. 10	13 jan. 10 a 31 jul. 10
Dados extraídos do Relatório final, Apêndice 5, Logística, 4º Esquadrão de Fuzileiro Mecanizado e Companhia de Engenharia do CONTBRAS 12 (BRAENGCOY/12)		
Veículos de combate, tipo APC	7	
Equipamentos de Engenharia		120
Total médio por mês	1	17

Conclusão 5.a: aumento médio de 37% nos quilômetros rodados pelas Vtr Land Rover ou Toyota e Piranha.

Conclusão 5.b: redução de 7,51 % nos quilômetros rodados pelos caminhões.

Conclusão 5.c: aumento de 17 vezes na substituição de pneus de grande porte.

Fonte: elaborada pelo autor

Inicialmente, as viaturas de grande porte tiveram o seu movimento restrito devido aos escombros existentes pelas ruas; por outro lado, as patrulhas foram intensificadas, aumentando o uso de viaturas leves, de pequeno porte, em detrimento dos caminhões, de grande porte. Em seguida, houve substancial consumo de pneu pelas viaturas de engenharia, pois passaram a trabalhar em áreas com escombros e ferros retorcidos.

A intensidade dos trabalhos e atividades voltados à logística humanitária também pode ser vislumbrada, de forma simplista, pelo volume do esforço naval e aéreo deslocado do Brasil ao Haiti entre 13 de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2010, assim representado (BRASIL, 2013, p.16-17):

- Quatro navios, transportando 1.850 toneladas, aproximadamente, de material para ajuda humanitária, viaturas, tratores, caminhões, pipas, ambulâncias, geradores, barracas, caixas d'água, vestimentas, calçados, alimentos, medicamentos, contêineres etc.
- Duzentos e dezenove vôos, em 4.170 horas de voo, equivalentes a 24 voltas na Terra, transportando 4.656 pessoas, entre médicos, bombeiros, militares, repatriados, equipes de resgates, jornalistas etc. Além de 1.900 toneladas ou 316 ton/mês, aproximadamente, de material para ajuda humanitária, alimentos, água, medicamentos e hospital de campanha da Força Aérea Brasileira (FAB).

Considerações finais

Observou-se que o terremoto ocorrido no Haiti, em 12 de janeiro de 2010, teve reflexo direto na logística do CONTBRAS HAITI, tornando transparente a necessidade de integração dos conceitos, teorias e métodos advindos das logísticas empresarial e militar em prol da logística humanitária de atendimento às situações de desastre natural, buscando rápida e eficiente resposta aos necessitados.

Nesse sentido, a doutrina da ONU e de ONG humanitárias, como UNISDR, MSF ou IFRC, prevê que os trabalhos realizados pelas tropas de paz da ONU e pelas agências de assistência humanitária sejam totalmente imparciais, mantendo a credibilidade dessas entidades civis frente à população.

Todavia, as operações realizadas na MINUSTAH contrariaram tal premissa, pois se constatou que, mesmo antes do terremoto, as tropas brasileiras já executavam atividades voltadas à assistência médica aos civis em ambiente urbano, com estrutura logística militar orgânica do próprio CONTBRAS HAITI.

Logo, as ações humanitárias efetuadas pelos militares demonstraram-se altamente positivas e imperiosas, diante do confronto bélico em ambiente urbano, além de confirmar que “instituições distintas” não desenvolvem obrigatoriamente “ações distantes”, principalmente quando aquelas agências civis tiveram suas instalações e especialistas fortemente afetados pelo terremoto. Eis, então, o primeiro elo dos dominós.

Continuando, o estudo apresentou a existência de uma estreita ligação entre

o aumento das atividades de saúde e o das operações militares e psicológicas, visando orientar a população sobre as atividades então em desenvolvimento.

Ocorre que, após o terremoto e o consequente início das ações de socorro, houve também aumento nas ACISO de distribuição de água e alimento, gerando incremento na quilometragem rodada pelas viaturas. Tem-se, pois, o segundo elo dos dominós, entrelaçando a necessidade de transporte com a de divulgação de informações, de coordenação de ações e de distribuição de gêneros alimentícios.

Ao se considerar o transporte, chega-se ao terceiro elo deste dominó, ou seja, o necessário suporte logístico de evacuação e de engenharia. Nesse caso, a existência de escombros acarretou o estreitamento das vias de acesso por todo o país, essencialmente nas áreas de aglomerados subnormais, o que limitou o uso de caminhões.

Contudo, o início da desobstrução e limpeza daquelas vias obrigou os equipamentos e máquinas especiais de engenharia a transitar sobre tais escombros, ocasionando substancial perda de pneus, caracterizando o último elo na cadeia de dominós, isto é, a logística de manutenção e de suprimento.

Portanto, as informações levantadas permitiram entender o “efeito dominó” no caudal logístico daquelas OMP. Sendo assim, é oportuna a análise dos acontecimentos da logística militar à luz dos estudos do modelo de referencial teórico do século 21 e da proposta de Silva (2011), devendo haver ampla integração entre o contexto operacional, de planejamento e controle e comportamen-

tal, caracterizando a integração dos sistemas Operacional e Logístico.

Pelo exposto, é lícito à logística militar subdividir a fase de resposta ao acidente natural em fases de emergência e de pós-emergência, tal qual o proposto pelo MSF decorrente de seu aprendizado no Haiti.

Em seguida, novo aprendizado surgiu do fato de que, dentro da fase de emergência, há uma sequência de eventos em resposta a um desastre natural, conforme se segue:

- a. acionamento da equipe médica básica e de Nível 1 em diferentes frentes de socorro e diante de necessidades superiores às suas disponibilidades;
- b. destacamento de equipes de atendimento e busca de sobreviventes, preparadas para se defrontar com situações de “Síndrome do Esmagamento”;
- c. estabelecimento de patrulhas de segurança e escolta de comboios;
- d. destacamento de equipes de engenharia para desobstrução de vias e remoção de escombros;
- e. estabelecimento de operações psicológicas;
- f. preparar-se para não utilizar caminhões em face das vias obstruídas, operando sobre viaturas leves e, até mesmo, a pé.
- g. estabelecimento de prioridades no recebimento de quantidades elevadas de material oriundo de diferentes origens;
- h. preparar-se para substituir as agências e ONG humanitárias quanto à saúde, alimentação e distribuição de materiais diversos;
- i. preparar-se para receber suprimento nacional, atendendo ao aumento das demandas operacionais de manuten-

ção de viaturas e equipamentos de saúde ou medicamentos.

Finalmente, infere-se que tropas cumprindo ações de OMP devem estar adestra-

das para missões humanitárias em situações de catástrofe natural, em virtude de possível ocorrência do “efeito dominó” estudado e consequente acionamento da supracitada sequência de fases. ☺

Referências

- ARAÚJO, Sérgio Baptista de. **Administração de desastres: conceitos e tecnologias**. 3. ed. Rio de Janeiro: SYGMA SMS, 2012. Disponível em: <<http://www.defesacivil.pr.gov.br/arquivos/File/AdministracaodeDesastres.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2013.
- BERESFORD, Anthony; PETTIT, Stephen. Emergency logistics and risk mitigation in Thailand following the Asian tsunami. **International Journal of Risk Assessment and Management**, Olney, v.13, n. 1, p. 7-21, 2009.
- BOIN, Arjen; Peter, KELLE; WHYBARK, D. Clay. Resilient supply chains for extreme situations: outlining a new field of study. **International Journal of Production Economics**, Amsterdam, v. 126, n. 1, p. 1-6, July 2010.
- BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; STANK, Theodore P. **21st Century logistics: making supply chain integration a reality**. Oak Brook, IL: Council of Logistics Management, 1999.
- BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de Campanha: Estado-Maior e Ordens: C 101-5**. 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2003, 2 v.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Manual de campanha: operações psicológicas: C 45-4**. 3. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 1999.
- _____. Ministério da Defesa. **Livreto sobre o Haiti**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2011/mes02/livreto_haiti.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2013.
- _____. Ministério da Defesa. **Manual de operações de paz: MD 33-M-01**. Brasília: Ministério da Defesa, 2001.
- CENTER for Strategic & International Studies. **Criando a cadeia de suprimento do século 21**. Disponível em: <<http://csis.org/topics>>. Acesso em: 31 maio 2013.
- EFEITO DOMINÓ. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Efeito_domin%C3%B3>. Acesso em: 31 maio 2013.
- EM-DAT. OFDA/CRED. **Banco de Dados Internacional sobre Desastres Naturais**. Disponível em: <<http://www.emdat.be/database>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

ERGUN, Ozlem; KESKINOCAK, Pinar; SWANN, Julie. Humanitarian relief logistics. **OR-MS Today**, Marietta, GA, v. 34, n. 6, p. 28-33, Dec. 2007.

HAITI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Haiti>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

INFORMATIVO MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Rio de Janeiro: Médicos Sem Fronteiras no Brasil, [1996?]-. Semestral. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/arquivos/Doc/Publicacoes/93.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES. Disaster and crisis management. Disponível em: <<http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/>>. Acesso em: 31 maio 2013.

_____. Humanitarian logistics. Disponível em: <<http://www.ifrc.org/en/what-we-do/logistics/>>. Acesso em: 31 maio 2013.

INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION. Annual report 2011: UNISDR secretariat work programme 2010-2011. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/we/inform/publications/27627>>. Acesso em: 31 maio 2013.

_____. Strategic framework 2025: work programme 2012-2015. Out 2011. Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/23291_1101657inteng.pdf>. Acesso em: 31 maio 2013.

MÉDECINS SANS FRONTIÈRES (Organização). Haiti um ano depois: uma análise das operações de ajuda humanitária de Médicos Sem Fronteiras. 1 jan. 2012. 36 p. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/arquivos/Doc/Publicacoes/haiti-one-year-report.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2013.

_____. Relatório anual 2010. Disponível em: https://www.msf.org.br/arquivos/Doc/Publicacoes/layoutfinal_iar_2010.pdf. Acesso em: 31 maio 2013.

MEIRIM, Hélio. **Logística empresarial e logística humanitária**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/logistica-humanitaria-logistica-empresarial/12685/>>. Acesso em: 9 maio 2013.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolution 1542 (2004): adopted by the security Council at its 4961st meeting, on 30 April 2004

Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004))>. Acesso em: 4 jun. 2013.

_____. DPKO. **Carta do Chefe do Serviço de Suporte e Gerência Financeira do Departamento de Operações de Manutenção de Paz (FMSS/OMS/DPKO)**. 14 nov. 2006.

PINHEIRO, A. **Preparo da força terrestre: operações de amplo espectro: exercício Agulhas Negras e Operação Saci**. Palestra à ECEME. Maio 2013, slide 8.

PROFORÇA: Projeto de Força do Exército Brasileiro: 2031, [S.l. : s.n., 2011?]. 20 p. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad6facccc&groupId=1094704>. Acesso em: 20 maio 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. ICT in disaster management: APDIP e-Note 16/2007. Disponível em: <<http://www.apdip.net/apdipenote/16.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2013.

SILVA, Luiza de Castro Ferreira da Silva. **Gestão da logística humanitária**: proposta de um referencial teórico. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://184.72.231.112/upload/publicacoes/Luiza_Silva.pdf>. Acesso em: 16 maio 2013.

STOCHERO, Tahiane. **Dopaz**: como a tropa de elite do exército brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

THOMAS, Anisya S.; KOPCZAK, Laura Rock. From logistics to supply chain management: the path forward in the humanitarian sector. Fritz Institute, 2005. Disponível em: <<http://www.fritzinstitute.org/pdfs/whitepaper/fromlogisticsto.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2013.

VISACRO, Alessandro. O desafio da transformação. **Military Review**, Fort Leavenworth, Kan., US, v. 66, n. 2, p. 46-55, mar./abr. 2011. Disponível em:

<http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20110430_art010POR.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Cerimônia de fundação da Biblioteca do Exército, no Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias.

Da esquerda para a direita: Princesa Isabel, D. Pedro II, Imperatriz Teresa Cristina, Conde d'Eu, Conselheiro Franklin Dória, Capitão Teó França.

Arte sobre óleo de Alvaro Alves Martins (1996).





Biblioteca do Exército

**Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.**

www.bibliex.ensino.eb.br

ISSN 0011-7841

